



SIMARSUL

Grupo Águas de Portugal

PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO

2025

ÍNDICE

A.	PREÂMBULO.....	4
B.	SUMÁRIO EXECUTIVO.....	5
C.	INTRODUÇÃO.....	9
1	BASES DE PREPARAÇÃO.....	9
2	A EMPRESA.....	10
2.1	BREVE APRESENTAÇÃO.....	10
2.2	MISSÃO.....	12
2.3	VISÃO.....	12
2.4	COMPROMISSOS.....	12
2.5	ATIVIDADE DA CONCESSÃO ATRIBUÍDA À SIMARSUL PELO ESTADO PORTUGUÊS.....	12
2.6	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	13
2.7	CONTRATOS DE GESTÃO, CONTRATOS-PROGRAMA E CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO.....	14
2.8	INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO, EXECUÇÃO E CONTROLO.....	15
D.	ESTRATÉGIA DE MÉDIO PRAZO.....	17
E.	PRINCÍPIOS, LINHAS ORIENTADORAS E PRESSUPOSTOS MACROECONÓMICOS DE REFERÊNCIA.....	26
F.	INSTRUMENTO PREVISIONAL DE GESTÃO.....	28
1	PLANO DE INVESTIMENTO ANUAL E PLURIANUAL.....	28
1.1.	INVESTIMENTO.....	28
1.2.	COBERTURA FINANCEIRA DOS INVESTIMENTOS (EVEF).....	31
1.3.	IDENTIFICAÇÃO DOS NOVOS INVESTIMENTOS CUJO MONTANTE TOTAL SEJA IGUAL OU SUPERIOR A 10,7 MILHÕES DE EUROS OU A 10% DO ORÇAMENTO DA EMPRESA PARA O ANO DE 2025.....	35
2	PLANO DE ATIVIDADES PLURIANUAL.....	36
2.1.	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PREVISIONAIS.....	38
2.2.	DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA PREVISIONAL.....	39
2.3.	DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PREVISIONAL.....	40
2.4.	DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA PREVISIONAL.....	44
3	RECURSOS HUMANOS.....	46
3.1.	INTRODUÇÃO.....	46
3.2.	CONCLUSÃO DO ROBUSTECIMENTO DA ESTRUTURA.....	46
3.3.	EVOLUÇÃO NA ESTRATÉGIA DE MANUTENÇÃO.....	50
3.4.	QUADRO DE RECURSOS HUMANOS.....	54
3.5.	DO PLANO PLURIANUAL DE SAÍDAS DE TRABALHADORES AO PLANO DE SUCESSÃO.....	58
G.	ORIENTAÇÕES E PRINCÍPIOS FINANCEIROS DA DIREÇÃO GERAL DO TESOURO.....	59
1.	VOLUME DE NEGÓCIOS E MAXIMIZAÇÃO DAS RECEITAS MERCANTIS.....	62
2.	MELHORIA DO RESULTADO OPERACIONAL.....	65
2.1.	CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS.....	67
2.2.	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS.....	69
2.3.	FROTA AUTOMÓVEL.....	70

2.3.1.	Plano de substituição de viaturas no grupo AdP.....	72
2.3.2.	Aplicação IFRS 16 no prolongamento e substituição de viaturas.....	72
2.4.	GASTOS COM PESSOAL.....	73
3.	MINIMIZAÇÃO DO ENDIVIDAMENTO.....	78
4.	REDUÇÃO DO VOLUME DOS "PAGAMENTOS EM ATRASO" (ARREARS).....	79
H.	EFICIÊNCIA OPERACIONAL.....	81
1.	RÁCIO GASTOS OPERACIONAIS / VOLUME DE NEGÓCIOS (GOMN).....	81
2.	AJUSTES AO RÁCIO GASTOS OPERACIONAIS / VOLUME DE NEGÓCIOS (GOMN).....	82
I.	QUADRO SÍNTESE DE AUTORIZAÇÕES REQUERIDAS.....	84
J.	CONCLUSÕES.....	85
K.	ANEXOS.....	86

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Estrutura Acionista.....	10
Tabela 2 – Estrutura de pessoal atual da empresa.....	14
Tabela 3 - Objetivos de gestão.....	20
Tabela 4 - Investimento previsto no triénio.....	30
Tabela 5 - Investimento previsto no triénio.....	30
Tabela 6 - Fontes de financiamento.....	32
Tabela 7 - Endividamento.....	33
Tabela 8 - Cálculo do valor do investimento relevante.....	35
Tabela 9 - Quadro resumo dos principais números e indicadores.....	38
Tabela 10 - Demonstração da posição financeira previsional.....	39
Tabela 11 - Demonstração dos resultados por natureza previsional.....	40
Tabela 12 - Demonstração dos fluxos de caixa previsional.....	44
Tabela 13 - Outsourcing Manutenção - As Is vs Insourcing.....	52
Tabela 14 - Quadro de recursos humanos.....	54
Tabela 15- Movimento do pessoal - 2024.....	55
Tabela 16 - Movimento de pessoal – 2025.....	56
Tabela 17 - Movimento de pessoal – 2026.....	56
Tabela 18 - Movimento de pessoal – 2027.....	57
Tabela 19 - Número de trabalhadores em idade de reforma por categoria profissional.....	58
Tabela 20 - Cumprimento dos princípios financeiros constantes nas IEPG2025.....	60
Tabela 21 - Cumprimento –dos princípios financeiros constantes nas IEPG2025 - ajustado.....	61
Tabela 22 - Decomposição do Volume de Negócios.....	62
Tabela 23 - Decomposição da evolução do Volume de Negócios.....	63
Tabela 24 - Crescimento dos Gastos Operacionais (IEPG2025).....	66
Tabela 25 - Decomposição dos Fornecimentos e Serviços Externos.....	69
Tabela 26 - Movimento da Frota automóvel 2023 - 2027.....	71
Tabela 27 - Gastos com a Frota Automóvel 2023 - 2027.....	71
Tabela 28 - Gastos com pessoal - 2023 a 2027.....	73
Tabela 29 - Impacto nos Gastos com Pessoal das admissões de trabalhadores (supervisão de sistemas).....	74
Tabela 30 - Impacto nos Gastos com Pessoal das admissões de trabalhadores (estudo de dimensionamento de equipas).....	74
Tabela 31 - Impacto nos Gastos com Pessoal das admissões de trabalhadores (equipa manutenção).....	74
Tabela 32 - Custos com pessoal - SET.....	75
Tabela 33- Variação dos gastos com pessoal – 2023 a 2025.....	76
Tabela 35 - Apuramento da variação do endividamento.....	78
Tabela 36 - Cálculo do Prazo Médio de Pagamentos.....	79
Tabela 37 - Rácio Gastos Operacionais / Volume de Negócios.....	81
Tabela 38 - Rácio Gastos Operacionais / Volume de Negócios ajustado.....	82

Lista de Figuras

Figura 1 – Área de abrangência da concessão.....	11
Figura 2 – Dimensão da Empresa - Infraestruturas.....	11
Figura 3 – Estrutura Organizacional da Empresa.....	14
Figura 4 - Eixos estratégicos.....	23
Figura 5 - Pressupostos macroeconómicos de referência.....	27
Figura 6 - Gráfico referente à evolução do investimento e endividamento.....	34
Figura 7 - Evolução da entrada de trabalhadores em idade de reforma (pressuposto 60 anos).....	58

A. PREÂMBULO

O Fundo Monetário Internacional (FMI) reviu ligeiramente em alta a previsão de crescimento da economia global, projetando um aumento de 3,3% em 2025. No entanto, alerta para os riscos crescentes de uma inflação persistente que pode manter as taxas de juro elevadas por um período mais prolongado, no contexto da escalada das tensões comerciais e do aumento da incerteza política.

Nos últimos dois anos, a economia portuguesa enfrentou uma sucessão de choques de origem internacional. A pandemia de COVID-19 e a guerra na Ucrânia expuseram as fragilidades decorrentes das dependências globais dos países e os desafios para garantir a resiliência das cadeias de valor globais, principalmente quando a produção estava concentrada em poucos mercados. O ano de 2024 não foi também exceção, tendo sido marcado por significativas tensões internacionais, mudanças nas alianças políticas e um cenário macroeconómico caracterizado por incertezas. De entre os eventos mais relevantes, destacam-se os conflitos regionais que influenciaram as cadeias de fornecimento, a volatilidade dos mercados de *commodities* e a intensificação das políticas de proteção comercial. Além disso, as transformações climáticas e as crises energéticas exacerbaram a necessidade de uma abordagem sustentável e resiliente nas decisões de investimento e financiamento.

A atividade económica global apresentou no primeiro semestre de 2024 um desempenho melhor do que o esperado, apesar da elevada restritividade da política monetária e das incertezas de natureza geopolítica. Persistem, assim, fatores adversos ao crescimento mundial, incluindo o arrefecimento gradual dos mercados de trabalho, uma nova moderação do crescimento dos salários nominais e a diminuição da poupança em excesso nas economias avançadas.

Projeta-se que a inflação global apresente um movimento, em geral, lateral no curto prazo, registando depois, no decurso de 2025, nova moderação para níveis próximos do objetivo (2%). Tal reflete um abrandamento das pressões sobre os custos, incluindo do lado da mão de obra, e a transmissão gradual, aos preços no consumidor, do impacto desfasado do passado aumento da restritividade da política monetária.

As repercussões dos eventos supramencionados na atividade da SIMARSUL fizeram-se sentir, quer pelo aumento generalizado de todos os gastos essenciais para uma prestação de serviço de qualidade, quer pela dificuldade de adjudicação dos investimentos previstos no Contrato de Concessão.

Com uma visão voltada para o futuro, o planeamento e orçamentação para os próximos três anos refletido no presente orçamento será um instrumento fundamental para enfrentar os desafios e capitalizar as oportunidades, sempre com o compromisso de contribuir para um desenvolvimento sustentável e responsável.

B. SUMÁRIO EXECUTIVO

Os tempos que atravessamos continuam a caracterizar-se por uma elevada incerteza e complexidade, ou de esperar o inesperado, como nos sugere Edgar Morin.

A Organização Meteorológica Mundial confirmou publicamente, no passado dia 12 de janeiro de 2024, que se atingiu em 2023 um novo recorde na temperatura mundial com uma margem significativa, consequência do aumento global alcançado, de cerca de 1,45°C, aproximando-se do limiar de 1,50°C estabelecido no Acordo de Paris. Informou ainda esta instituição que, a combinação do fenómeno El Niño com as alterações climáticas, alimentou o aumento das temperaturas na segunda metade de 2023, admitindo ainda que 2024 seja possivelmente mais quente, circunstância que não deixará de ter impactos socioeconómicos. Já a 5 de dezembro de 2023, esta mesma instituição, intitulava um relatório sobre o atual estado, como *The Global Climate 2011-2020: A Decade of Acceleration*, depois da década 2001-2010 ter sido caracterizada como a década dos extremos climáticos.

A evolução registada em 2024 tem confirmado as perspetivas avançadas.

A evolução climática mais recente reforça a preocupação com a aceleração e aproximação ao cenário mais gravoso (RCP 8.5) e a adoção da expressão emergência climática por parte da ciência é cada vez melhor compreendida, assim como a afirmação "o colapso climático já começou" por parte do secretário-geral das Nações Unidas. Ampliam-se as preocupações com a atual década, considerada já a mais crítica de sempre na relação água-energia-alimentação, em que a nossa ambição de maior autonomia alimentar pressiona os recursos hídricos.

Adicionalmente, o *Global Risks Report 2024* evidencia, no curto prazo, a expressão dos fenómenos de informação falsa e desinformação que crescem, senão mesmo alimentam, fenómenos como o da polarização das Sociedades, o que num ano em que cerca de metade da população mundial tem eleições importantes, não pode deixar de nos fazer refletir. O alastramento da instabilidade geopolítica e um evento pandémico global sem precedentes, que embora mitigado, ainda persiste, a par da evolução climática, configuram a combinação para uma "tempestade perfeita".

Não é assim de estranhar a mais recente decisão de inclusão da União Europeia do nosso setor e da nossa atividade no leque das entidades críticas¹, originalmente motivada pelas ameaças terroristas do início deste século, circunstância que vem impor acrescidas exigências em termos de resiliência e garantia de continuidade dos negócios.

Também as exigências acrescidas em termos de tratamento constituem um cenário mais presente, seja por via de iniciativas em curso como a revisão da Diretiva das Águas Residuais Urbanas, seja pelo desafio e pela oportunidade de potenciar a produção e fornecimento de água para reutilização (ApR).

¹ A evolução é hoje evidente com os conceitos mais recentes como os subjacentes à adoção da nova diretiva e recomendação do Conselho de 8 de dezembro de 2022 disponível em <https://www.consilium.europa.eu/pt/press/press-releases/2022/12/08/eu-resilience-council-adopts-a-directive-to-strengthen-the-resilience-of-critical-entities/>.

A preocupante e acentuada escalada da incerteza e complexidade dos nossos tempos reforçam o sentimento há muito existente de necessidade de alteração de paradigma e mudanças de abordagem nesta indústria, que tornam urgente, infraestruturas mais fiáveis, resilientes e organizações mais ágeis, em especial, nas entidades gestoras de infraestruturas críticas e serviços essenciais, onde o reforço da digitalização é condição necessária.

Este requisito concorre com as exigências crescentes de governo societário, bem como de transparência e reporte com um número acrescido de partes interessadas, num momento em que a sociedade, as comunidades, com reforçados instrumentos e mais sensíveis para as preocupações relacionadas com o ambiente, mas também para a gestão da causa pública, ampliam significativamente a sua capacidade de influência. Também os desenvolvimentos e exigências acrescidas por parte do regulador setorial não podem ser desconsiderados, com uma agenda de novidades que não vêm diminuir, mais antes aumentar a pressão sobre a empresa.

A empresa tem assinalado as limitações de recursos que, condicionam o funcionamento, a operação e a manutenção de infraestruturas em condições de segurança e a garantia de um serviço de qualidade às populações que, um estudo no seio do Grupo Águas de Portugal concluído em março de 2023 veio confirmar e atestar.

O conjunto de desenvolvimentos, que por si só nos convoca para uma mudança transformacional que impõe o desenvolvimento e robustecimento organizacional, acresce o aumento significativo da atividade e outras dinâmicas, que alargam a pressão também a outros segmentos da estrutura de suporte, uma vez que estamos confrontados com alterações de paradigma e abordagem.

A título de exemplo, a resposta às oportunidades de aumento de atividade de produção e fornecimento de ApR², que se assume como origem estratégica³, impõe requisitos de continuidade da qualidade e quantidade próprios do serviço de fornecimento de água, circunstância que deve ser compatibilizada com a imprevisibilidade do afluente, muito própria da nossa atividade. Também a circunstância das principais e mais consistentes manifestações de interesse junto da Empresa estarem associadas a atividades industriais relevantes, com dependência dos respetivos processos produtivos de ApR, remete-nos também, e desde logo, para um elevado patamar de exigência que tem de ser devidamente preparado. Idêntica conclusão retiramos no que respeita à valorização das lamas das ETAR, assim como a nossa agenda de eficiência e produção de energia vem tornar mais exigente a exploração e gestão do dia a dia.

É neste contexto que iniciativas em curso como a mudança do sistema de telegestão e o reforço da digitalização, com especial incidência na monitorização e sensorização, combinada com a criação de um centro de comando das operações, constituem instrumentos centrais de operacionalização da estratégia de resposta, com uma perspetiva pluridisciplinar e importante alavanca do reforço da nossa aposta na inovação.

² No caso da ETAR de Setúbal, as conversações e as manifestações de interesse são mais consistentes, e associados a projetos de relevante interesse nacional.

³ Reforçada por nos inserirmos numa das bacias hidrográficas que mais preocupação inspiram a nível nacional, no presente e em face das repercussões dos fenómenos associados às alterações climáticas (Sado, juntamente com a do Mira e do Guadiana).

É também neste contexto que, para o efeito, no final de 2023 estabilizámos em alterações ao nosso modelo de organização⁴, que temos vindo progressivamente a implementar no decorrer de 2024 e que perspetivamos dar continuidade em 2025.

Estes desenvolvimentos têm também vindo a ser articulados com o assinalar dos 20 anos de atividade e a necessidade de continuarmos a olhar atentamente para o quadro de trabalhadores, o qual não pode deixar também de integrar as repercussões das restrições financeiras e do envolvimento num processo de reestruturação, designadamente ao nível de reflexões em torno da substituição e sucessão⁵ e gestão de tensões, que assumem maior acuidade por via da pressão acrescida do contexto e da evolução da sua idade média.

O assinalar de 20 anos é também o ultrapassar e o aproximar da “meia vida”⁶ de grande parte das infraestruturas, respetivamente das infraestruturas integradas dos municípios e das construídas no âmbito do sistema multimunicipal. A analogia com a ferrovia é evidente e decorre da exposição a condições bastante agressivas, agravadas em muitos casos pela localização típica junto a importantes massas de água. A necessidade de adequada preservação das infraestruturas vai ter necessariamente continuidade, numa entidade gestora que explora e gere ativos com um valor estimado na ordem dos 400 milhões de euros, integrando também e designadamente os desenvolvimentos em termos de tratamento, resiliência e reforço da digitalização, como capitalizar novas oportunidades de elevação dos níveis de eficiência, neles incluindo a antecipação de eventos.

Esta linha de continuidade da estratégia de desenvolvimento encontra-se transposta para uma versão, já estabilizada internamente, da revisão do estudo de viabilidade económica e financeira da concessão que, após ter entrado em discussão com os parceiros no último trimestre de 2023 e integrados os desenvolvimentos mais recentes, irá ser formalmente suscitada a sua apreciação pelas entidades competentes.

É muito cientes que o nosso histórico de desempenho não é uma garantia absoluta para o futuro, que continuamos apostados em percorrer um caminho com prioridades estabelecidas no crescimento da atividade, no incremento da eficiência sem prejudicar a eficácia, na satisfação dos nossos utilizadores e clientes, no desenvolvimento e no robustecimento organizacional e na preservação adequada dos ativos, base essencial desta indústria de serviços de infraestruturas de rede com especiais desafios societais.

Acreditamos que estas prioridades da gestão possibilitam que encaremos com confiança os desafios que enfrentamos, nos tempos de elevada complexidade e incerteza que atravessamos, com necessidade acrescida de antecipação e proatividade.

⁴ Que se apresenta no ponto 2.6.

⁵ A antiguidade da Empresa conjugada com as repercussões das restrições financeiras que têm sido imposta traduzem-se num quadro de trabalhadores com idade média de 46 anos, com a mediana no intervalo dos 45 a 54 anos, o qual juntamente com a faixa de mais de 55 anos constituem metade do quadro de pessoal, circunstâncias que evidenciam a oportunidade de iniciativas antecipando o rejuvenescimento.

⁶ Por analogia com a conhecida expressão do setor ferroviário.

É assim num contexto de aposta e de confiança na continuidade da evolução na resolução de parte dos principais constrangimentos que ainda persistem e têm limitado o nosso desempenho, que elaborámos e apresentamos a presente proposta de Plano de Atividades e Orçamento para 2025.

C. INTRODUÇÃO

I BASES DE PREPARAÇÃO

A SIMARSUL - Saneamento da Península de Setúbal, S.A. (SIMARSUL) é uma empresa pública que integra o perímetro de consolidação do Grupo Águas de Portugal (Grupo AdP) e que pertence ao Setor Empresarial do Estado (SEE), nos termos do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro.

A empresa encontra-se organizada para o cumprimento da missão e objetivos que lhe foram atribuídos pelos acionistas, atendendo ao enquadramento em que desenvolve a sua atuação, nomeadamente no:

- Âmbito regulatório e tarifário – salvaguardando a sustentabilidade económico-financeira;
- Âmbito operacional - garantindo o cumprimento do respetivo contrato de concessão.

A empresa procura assegurar os recursos necessários ao cumprimento da sua missão, adequando a sua natureza aos custos correntes da atividade e ao plano de investimentos previsto.

O município de Setúbal integra o Sistema desde o dia 18 de dezembro de 2022 como pleno utilizador, na sequência da extinção do contrato de concessão celebrado pelo município em 24 de novembro de 1997, pelo prazo de 25 anos.

A estratégia adotada desde 2017 de redução do indicador Gastos Operacionais/Volume de Negócios (GOMN), através de um conjunto de ajustamentos nos gastos operacionais, nomeadamente, nos fornecimentos e serviços externos (FSE), diminuíram a capacidade de garantir a continuidade e qualidade do serviço prestado conforme previsto na legislação, mas sobretudo colocaram em causa a resiliência das infraestruturas para o período da concessão. A continuação desta estratégia, tendo em consideração o cenário macroeconómico e social atual, bem como as crescentes exigências ambientais e legais, terá seguramente consequências gravosas para o desempenho da SIMARSUL.

O presente Plano de Atividades e Orçamento prevê todos os gastos, rendimentos e investimentos necessários à prossecução de um serviço de qualidade e em segurança, bem como todos os gastos que permitam dirimir o impacto do contexto atual na vida dos trabalhadores da SIMARSUL. Mais informamos que a estrutura apresentada no Plano de Atividades e Orçamento para 2025-2027 procurou acomodar o sugerido no documento "Instruções para a Elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2025-2027", não prejudicando a fluidez e leitura do documento.

O presente Plano de Atividades e Orçamento integra o Plano Anual de Compras e a atualização do Plano de Empreitadas que em qualquer dos casos, e de acordo com a estratégia de otimização comercial de aquisição e natureza das intervenções, onde se incluem preocupações de minimização da carga administrativa e de garantias acrescidas de continuidade da cadeia logística, integra compromissos de despesa plurianuais, cujo âmbito temporal deste instrumento e do EVEF anexo ao contrato de concessão permitem acompanhar.

2 A EMPRESA

2.1 BREVE APRESENTAÇÃO

A SIMARSUL é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, criada pelo Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, com capital social de 25 milhões de euros, tendo-lhe sido atribuída pelo Estado Português, a concessão da exploração e gestão do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da península de Setúbal, em regime de exclusivo e por um período de 30 anos.

O sistema resulta de cisão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo, formalizado pelo Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, que permitiu recuperar a configuração original decorrente do Decreto-Lei n.º 286/2003, de 8 de novembro.

A empresa SIMARSUL foi constituída com a seguinte estrutura acionista:

Acionistas	N.º de Ações Subscritas da Categoria A	Total de Capital Social Subscrito e Realizado	% Total de Capital Social Subscrito
AdP - Águas de Portugal SGPS, S.A.	12 750 000	12 750 000	51,00%
Alcochete	375 455	375 455	1,50%
Barreiro	2 274 305	2 274 305	9,10%
Moita	893 590	893 590	3,57%
Montijo	1 127 290	1 127 290	4,51%
Palmela	1 156 040	1 156 040	4,62%
Seixal	2 819 950	2 819 950	11,28%
Sesimbra	529 585	529 585	2,12%
Setúbal	3 073 785	3 073 785	12,30%
Total	25 000 000	25 000 000	100,00%

Tabela 1 - Estrutura Acionista

Estima-se em cerca de 630 mil habitantes⁷ a população atualmente residente nos 8 municípios servidos por este sistema de saneamento de águas residuais (Alcochete, Barreiro, Moita, Montijo, Palmela, Seixal, Sesimbra e Setúbal⁸).

⁷ De acordo com os Censos 2021.

⁸ Desde 18 de dezembro de 2022 como pleno utilizador, após um período em que o serviço abrangia apenas Azeitão, como cliente da, até então, concessionária Águas do Sado.



Figura 1 – Área de abrangência da concessão

A exploração e a gestão do sistema incluem o projeto, a construção, a extensão, a conservação, a reparação, a renovação, a manutenção e a melhoria das obras e das infraestruturas e a aquisição dos equipamentos e das instalações necessárias para o desenvolvimento da sua atividade.

Os grandes números associados às infraestruturas, produtos e subprodutos resultantes da sua atividade de exploração, previstos para a concessão:



Figura 2 – Dimensão da Empresa - Infraestruturas

2.2 MISSÃO

A SIMARSUL tem por missão gerir e explorar o sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da península de Setúbal, garantindo a qualidade, a continuidade e a eficiência dos serviços públicos de águas, no sentido da proteção da saúde pública, do bem-estar das populações, da acessibilidade aos serviços públicos, da proteção do ambiente e da sustentabilidade económica e financeira do setor, num quadro de equidade e estabilidade tarifária, contribuindo ainda para o desenvolvimento regional e o ordenamento do território, bem como contribuir para alcançar as metas previstas nos planos e programas nacionais e as obrigações decorrentes do normativo comunitário.

2.3 VISÃO

Ser a empresa de referência no setor da água da região onde se insere, em termos de qualidade do serviço prestado, competência, eficiência, sustentabilidade e criação de valor.

2.4 COMPROMISSOS

Pela função estruturante que assume no setor do ambiente, contribuindo de modo decisivo para a gestão dos recursos disponíveis na região e para a prossecução de políticas públicas e objetivos nacionais no domínio do ambiente, com impactos transversais a todas as atividades humanas, a SIMARSUL assume os seguintes compromissos com a sociedade na prossecução da sua missão:

- Sustentabilidade na utilização dos recursos naturais e preservação da água enquanto recurso estratégico essencial à vida;
- Equilíbrio e melhoria da qualidade ambiental;
- Equidade no acesso aos serviços básicos;
- Promoção do bem-estar através da melhoria da qualidade de vida das pessoas.

2.5 ATIVIDADE DA CONCESSÃO ATRIBUÍDA À SIMARSUL PELO ESTADO PORTUGUÊS

A atividade da concessão compreende, em regime de exclusivo, a recolha, o tratamento e a rejeição de efluentes domésticos, de efluentes que resultem da mistura de efluentes domésticos com efluentes industriais ou pluviais (designados por efluentes urbanos) e a receção de efluentes provenientes de limpeza de fossas sépticas (que cumpram a regulamentação aplicável).

O objeto da concessão compreende ainda:

- A conceção, construção, instalação, aquisição ou outros meios previstos para a afetação e a extensão (nos termos do projeto global constante do Anexo I ao contrato de concessão) das infraestruturas e instalações necessárias à recolha, tratamento e rejeição dos efluentes domésticos e urbanos, canalizados pelos utilizadores e à receção dos efluentes provenientes de limpeza de fossas sépticas, bem como o respetivo tratamento e rejeição, incluindo coletores, estações elevatórias e estações de tratamento de águas residuais;

- A aquisição ou outro meio previsto para a afetação, instalação e extensão de todos os equipamentos necessários à recolha, tratamento e rejeição de efluentes domésticos e urbanos, canalizados pelos utilizadores e à receção dos efluentes provenientes de limpeza de fossas sépticas, bem como o respetivo tratamento e rejeição;
- A conservação, reparação, renovação, manutenção, adaptação e melhoria das infraestruturas, instalações e equipamentos referidos anteriormente, que se revelem necessárias ao bom desempenho do serviço público, de acordo com as exigências técnicas e com os parâmetros sanitários legalmente em vigor;
- O controlo dos parâmetros sanitários dos efluentes tratados, bem como da qualidade da água dos meios recetores em que os mesmos são descarregados;
- Oportunidades de expansão da atividade.

O sistema pode ser alargado a outros municípios por iniciativa destes, mediante reconhecimento de interesse público, devidamente fundamentado em despacho do membro do Governo responsável pela área do ambiente, sob proposta da empresa e ouvidos os municípios utilizadores do sistema.

Na sua atividade, a SIMARSUL assume como princípio incontornável a criação de condições para a cobertura integral dos gastos com o serviço prestado, com vista à eficiência, e prosseguirá com a sua função estruturante na área onde desenvolve a sua atividade, na Península de Setúbal, contribuindo também para a requalificação ambiental do território.

Na sua gestão, a empresa cumpre as orientações fixadas na legislação e aplicáveis às empresas do Setor Empresarial do Estado, bem como as recomendações emanadas pelos acionistas.

A Empresa cumpre igualmente as disposições relativas aos princípios de bom governo das empresas do Setor Empresarial do Estado, constantes do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro.

2.6 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Os órgãos sociais da SIMARSUL foram eleitos em Assembleia-Geral de Acionistas, realizada a 12 de março de 2021, para o triénio 2021/2023, com as alterações decorrentes da deliberação unânime por escrito de 21 de abril de 2023 e da renúncia ao cargo de uma administradora com efeitos a partir de 30 de setembro de 2023. A 23 de novembro de 2023, também na sequência de deliberação unânime por escrito, foi iniciado o mandato do Conselho Fiscal para o triénio 2023-2025. A 26 de março de 2024 foi eleita nova Sociedade de Revisores Oficiais de Contas para o mandato de fiscalização de 2023-2025 dos exercícios de 2024 e 2025⁹.

⁹ Os órgãos sociais encontram-se disponíveis em <https://www.simarsuladp.pt/content/orgaos-sociais>.

Atualmente a empresa apresenta a seguinte estrutura organizacional:



Figura 3 – Estrutura Organizacional da Empresa

O quadro de trabalhadores é atualmente, com referência a junho de 2024, composto da seguinte forma:

Nível Profissional	Feminino	Masculino
Carreira Técnica Superior	24	13
Carreira Técnica	8	13
Carreira Técnica Operativa	1	63
Total	33	89
		122

Tabela 2 – Estrutura de pessoal atual da empresa

2.7 CONTRATOS DE GESTÃO, CONTRATOS-PROGRAMA E CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

A SIMARSUL não tem celebrado qualquer contrato-programa com o Estado.

Relativamente ao contrato de prestação de serviço público, e tendo por base o artigo 48.º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, as empresas públicas às quais tenha sido confiada a prestação de serviço público ou serviço de interesse geral, devem elaborar e apresentar, ao titular da função acionista e ao membro do Governo responsável pelo respetivo sector de atividade, propostas de contratualização da prestação desse serviço, associando metas quantitativas a custos permanentemente auditáveis, o modelo de financiamento, prevendo penalizações em

caso de incumprimento e critérios de avaliação e revisão contratuais, exceto quando a relação jurídica e administrativa seja titulada por contrato de concessão e nos mesmos se encontrem reguladas as matérias atinentes à prestação de serviço público ou serviço de interesse geral, o que é o caso da SIMARSUL.

2.8 INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO, EXECUÇÃO E CONTROLO

Com o propósito de alcançar os objetivos estratégicos estabelecidos pelos acionistas da empresa no que diz respeito à atividade de Saneamento de águas residuais, a SIMARSUL possui um conjunto de ferramentas de planeamento, execução e monitorização, destacando-se os seguintes, pela relevância económica e financeira que assumem:

a) EVEF – Estudo de Viabilidade Económico e financeiro

O EVEF que constitui o anexo III ao contrato de concessão vigora durante o primeiro período tarifário, também designado por período de convergência, iniciado a 1 de janeiro de 2017 e que termina a 31 de dezembro de 2026. Durante este período, as tarifas a aplicar são as previstas no referido anexo, atualizadas anualmente de acordo com a previsão de índice harmonizado de preços, sem prejuízo da possibilidade de revisões extraordinárias.

O segundo período tarifário, assim designado, divide-se em subperíodos tarifários de 5 anos, devendo a empresa instruir projetos de revisão quinquenal dos tarifários com a revisão dos pressupostos técnicos e económico-financeiros do contrato de concessão.

Sem prejuízo da aderência dos principais referenciais do EVEF anexo ao contrato de concessão, mas também conscientes do contexto de compromisso subjacente à sua preparação e do impacto do atual contexto de preços, do estado funcional de algumas infraestruturas e do desafio da nossa atividade principal de produção e fornecimento de ApR, a empresa iniciou um processo de revisão do EVEF em 2022, que entrou em fase de concertação com os parceiros municipais no final de 2023, e que irá brevemente ser formalmente suscitada a sua apreciação pelas entidades competentes.

Neste sentido, a preparação da presente proposta integra o impacto de eventuais cenários de revisão dos referidos pressupostos técnicos e económico-financeiros.

b) PAI – Plano Anual de Investimentos

O PAI, elaborado anualmente para um horizonte temporal de três anos, consiste numa previsão de todos os investimentos que a empresa conta realizar durante o referido período, tendo por base fatores de sustentabilidade económica, de manutenção da qualidade do serviço prestado e de eficiência organizacional.

A execução de cada um dos projetos de investimento é controlada rigorosamente, por meio do sistema SAP ERP, sempre que o processo de contratação se inicia e após a validação de todas as aprovações necessárias, de tal modo que não é possível a assunção de compromissos financeiros que não estejam aprovados em sede do PAI e que não cumpram escrupulosamente a delegação de competências em vigor na empresa.

Qualquer investimento que se pretenda realizar, não previsto no PAI, carece de deliberação do CA, independentemente do montante envolvido.

O PAI ora apresentado apresenta os ajustamentos temporais necessários, decorrentes do início de atividade da SIMARSUL ter ocorrido somente em julho de 2017, bem como dos constrangimentos verificados, em resultado das limitações para a admissão dos recursos humanos previstos no contrato de concessão e das circunstâncias de mercado¹⁰.

c) **PAC – Plano Anual de Compras**

Anualmente é elaborada uma previsão de todos os procedimentos de aquisição de bens e serviços que dão suporte ao orçamento anual e os quais se preveem realizar no ano. O Plano Anual de Compras permite ainda um planeamento mais preciso e antecipado da elaboração dos procedimentos conforme o Código da Contratação Pública. As aquisições de bens e serviços são controladas através de mecanismos de controlo interno, numa primeira fase pela confirmação da sua orçamentação, sendo atribuída a sua cabimentação, e outros mecanismos de controlo interno incorporados no sistema SAP ERP, em termos de autorizações, que traduzem a delegação de competências em vigor na empresa. Desta forma, a execução das despesas é controlada através do sistema ERP SAP, e o acompanhamento é realizado de forma regular pelos administradores com funções executivas, além de ser revisitado mensalmente pelo Conselho de Administração.

d) **Plano de Atividades e Orçamento**

Anualmente é preparado um orçamento, com a colaboração de todos os segmentos da organização, em conformidade com os princípios contabilísticos em vigor, os quais ficam vinculados à justificação dos desvios supervenientes perante o CA. Este documento apresenta as linhas previsionais da empresa, para um horizonte temporal de três anos, permitindo ainda avaliar a trajetória evolutiva, em termos dos seus rendimentos e ganhos, gastos e perdas e património.

e) **Manual de controlo interno** – O manual de controlo interno tem por objetivo sistematizar a metodologia do modelo de controlo interno da empresa, definindo as normas e princípios gerais a que o mesmo deve obedecer, bem como as regras e os critérios para a sua monitorização e avaliação. Através do manual é possível evidenciar a importância do sistema de controlo interno na gestão e mitigação dos riscos, que possam condicionar o cumprimento dos objetivos da empresa, na salvaguarda dos ativos e dos recursos, na promoção de uma conduta ética, na identificação de oportunidades de melhoria e na prevenção e deteção de irregularidades nas atividades da empresa.

A monitorização da execução do Plano de Investimentos, Plano de Compras e o Orçamento anual é feita trimestralmente, sendo elaborados Relatórios de Controlo de Gestão e Relatórios de Execução Trimestral, os quais avaliam um conjunto de indicadores económico-financeiros e também operacionais. Anualmente é também efetuada a avaliação quanto ao cumprimento dos objetivos de gestão.

Mensalmente, o Conselho de Administração acompanha formalmente o desempenho global da empresa.

¹⁰ Em maior detalhe é explicitado no ponto 1.2 da secção F.

D. ESTRATÉGIA DE MÉDIO PRAZO

A atividade das empresas operacionais do Grupo Águas de Portugal (AdP) às quais foi confiada a prestação de um serviço público, mormente as concessionárias de sistemas multimunicipais, encontra-se parametrizada por diplomas legais que balizam os termos gerais de prestação do serviço público¹¹, termos e condições plasmados nos contratos de concessão outorgados com o Estado, em que a tarifa, e os demais instrumentos tarifários, através do mecanismo do desvio de recuperação de gastos ao longo do prazo da concessão, asseguram o cumprimento daqueles termos e condições, para efeitos de cumprimento do artigo 48.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, que consagra o regime jurídico do setor público empresarial.

No caso específico das empresas operacionais do Grupo AdP às quais foi concedida a exploração e gestão de sistemas integrados de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, no quadro legal previsto no Decreto-Lei n.º 90/2009, de 9 abril, em que a tarifas, através do mecanismo do desvio de recuperação de gastos ao longo do prazo da concessão, assegura o cumprimento dos compromissos de serviço público acordados em contratos de parceria e em contratos de gestão, com base em cobertura de serviço, de qualidade de serviço, desempenho ambiental, produtividade e eficiência de gestão, apontando para metas temporais para a consecução das principais iniciativas de caráter estratégico, designadamente a redução de perdas de água e a convergência tarifária.

Paralelamente, a atividade operacional das empresas operacionais do Grupo AdP no domínio da prestação dos serviços de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais encontra-se regulamentada pelas disposições do Regulamento das Relações Comerciais - Regulamento n.º 594/2018, publicado no Diário da República n.º 170, 2.ª Série, de 4 de setembro de 2018 - que procede, entre outras matérias, à definição de regras de relacionamento entre as entidades gestoras em alta e em baixa e entre estas últimas e os respetivos utilizadores, nomeadamente no que respeita às condições de acesso e contratação do serviço, medição, faturação, pagamento e cobrança e prestação de informação e resolução de litígios, regulamentando os respetivos regimes jurídicos e a proteção dos utilizadores de serviços públicos essenciais.

Em qualquer dos modelos de gestão de sistemas de abastecimento de água para consumo público e/ou de saneamento de águas residuais, os contratos de concessão outorgados com o Estado ou os contratos de parceria e gestão celebrados com o Estado e os Municípios, assentam num princípio tarifário de cobertura de encargos eficientes (modelo regulatório de custo de serviço), assegurando a estabilidade tarifária ao longo do período de contrato, balanceado, através do mecanismo de recuperação de gastos, os encargos tarifários suportados e o respetivo ressarcimento por via tarifária. No caso dos SMM, a legislação e o contrato de concessão definem regras próprias de

¹¹Cfr. Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho, que consagra o regime de exploração e gestão dos sistemas multimunicipais de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público, de recolha, tratamento e rejeição de efluentes e de recolha e tratamento de resíduos sólidos, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 16/2021, de 24 de fevereiro, com a densificação prevista no Decreto-Lei n.º 319/94, de 24 de dezembro e no Decreto-Lei n.º 162/96, de 4 de setembro, ambos com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 195/2009, de 20 de agosto, que estabelecem o regime jurídico da construção, exploração e gestão dos sistemas multimunicipais de captação e tratamento de água para consumo público e o regime jurídico da construção, exploração e gestão dos sistemas multimunicipais de recolha, tratamento e rejeição de efluentes, respetivamente.

geração e recuperação dos desvios de recuperação de gastos, cujo valor é anualmente validado pela entidade reguladora. No caso das Parcerias, os contratos de parceria e gestão definem as regras a observar quanto aos desvios de recuperação de gastos, cujo valor é anualmente validado pela comissão de parceria.

Os estudos de viabilidade económica e financeira são parte integrante dos referidos contratos, sendo revistos periodicamente nos termos dos respetivos contratos e legislação, permitindo integrar circunstâncias imprevistas, rever a prioridade dos investimentos propostos, assim como assegurar a correta evolução da trajetória tarifária e dos mecanismos dos desvios de recuperação de gastos. Assim, nestas operações, podem verificar-se períodos de gastos necessários sem a respetiva cobertura tarifária, e outros em que de forma inversa se verá a recuperação de encargos já incorridos ou em que se efetua a reintegração da recuperação antecipada de encargos, sem que isso seja sinónimo de menor eficiência na operação. Neste último caso, por exemplo, dependendo dos superávits gerados antecipadamente, podem verificar-se até períodos de resultados negativos por forma a assegurar a regra de equilíbrio do modelo económico subjacente aos contratos.

As orientações estratégicas gerais e específicas reforçam este enquadramento, nomeadamente, com o seu enfoque no “Evolução para uma economia circular e neutra de carbono, em especial quanto à reutilização de águas residuais, valorização de lamas e neutralidade energética” e na contribuição “para a coesão territorial e equidade no acesso aos serviços, com reforço da preocupação na sustentabilidade económica e ambiental das atividades”.

O novo plano estratégico, para o período de 2021-2030, incluindo no seu âmbito de aplicação não apenas o abastecimento de água e a gestão de águas residuais, mas também a gestão de águas pluviais- Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Gestão de Águas Residuais e Pluviais 2030 (PENSAARP 2030), aprovado em fevereiro de 2024, pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 23/2024, de 5 de fevereiro¹², no âmbito da resposta aos desafios que se colocam por força das alterações climáticas, inclui, com particular impacto na atividade da SIMARSUL, designadamente:

- A gestão de águas pluviais, onde merece especial preocupação a redução das afluências indevidas nos sistemas de águas residuais e a redução das afluências indevidas/indesejadas nos sistemas de águas pluviais.
- A resposta aos desafios que se colocam a médio prazo, por exemplo, por força das alterações climáticas, dos poluentes de preocupação emergente, da evolução tecnológica e das alterações do mercado de trabalho, onde são particularmente evidentes as preocupações de melhoria da qualidade das águas residuais rejeitadas.

Estas preocupações encontram-se bem patentes nos principais objetivos associados, designadamente:

- Objetivo A2: Eficácia na continuidade e fiabilidade;
- Objetivo A3: Eficácia na qualidade das águas;
- Objetivo A4: Eficácia na segurança, resiliência e ação climática;

¹² Disponível em <https://apambiente.pt/agua/pensaarp2030>.

- Objetivo B2: Eficiência na organização das entidades gestoras;
- Objetivo C2: Sustentabilidade infraestrutural.

O exercício das funções do Conselho de Administração da SIMARSUL terá em conta o previsto na legislação em vigor, designadamente no Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro e no Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na sua atual redação o qual, relativamente ao exercício de funções executivas prevê:

- a) Cumprir os objetivos fixados em Assembleia Geral, constantes nos contratos de gestão;
- b) Assegurar a concretização das orientações definidas nos termos da lei, no contrato de gestão e a realização da estratégia da empresa;
- c) Acompanhar, verificar e controlar a evolução das atividades e dos negócios da empresa em todas as suas componentes;
- d) Avaliar e gerir os riscos inerentes à atividade da empresa;
- e) Assegurar a suficiência, a veracidade e a fiabilidade das informações relativas à empresa, bem como a sua confidencialidade;
- f) Guardar sigilo profissional sobre os factos e documentos cujo conhecimento resulte do exercício das suas funções e não divulgar ou utilizar, seja qual for a finalidade, em proveito próprio ou alheio, diretamente ou por interposta pessoa, o conhecimento que advenha de tais factos ou documentos;
- g) Assegurar o tratamento equitativo dos acionistas.

No exercício das suas funções, os membros do Conselho de Administração devem ainda promover iniciativas e a elaboração de propostas de ações que se revelem apropriadas para o desenvolvimento do setor, designadamente com incidência no Grupo AdP.

Os gestores públicos que integram o Conselho de Administração da SIMARSUL estão ainda sujeitos ao disposto no Estatuto do Gestor Público, ao cumprimento das boas práticas de governação societária e de gestão empresarial, nomeadamente em matéria de transparência, prevenção da corrupção, padrões de ética e conduta, responsabilidade social, política de recursos humanos, promoção da igualdade, prevenção de conflitos de interesse e respeito pela concorrência e agentes do mercado.

É neste quadro que se enquadram os objetivos da empresa com i) a evolução do resultado operacional, através do rácio GOVN, ii) evolução da qualidade das águas residuais, assim como iii) dos projetos no âmbito da neutralidade energética e economia circular.

Indicadores de desempenho¹³

Foram definidos os seguintes indicadores de desempenho:

Objetivos	Indicador	Fórmula de cálculo	Escala
Financeros	Eficiência de Gestão	$PRC = [(GV + FSE + GP) / VN]$ Variação face ao PAO proposto	1. var > +0,10pp 2. -0,10pp <= var <= +0,10pp 3. var < -0,10 pp
	Dívida Comercial de devedores municipais	$DCDMA = [Saldo da dívida vencida de municípios (Ano N)] / [Saldo da dívida vencida de municípios (Ano N-1)] * 100$	1. DCDMA > 105% 2. 95% <= DCDMA <= 105% 3. DCDMA < 95%
	Limite ao endividamento	$Endividamento = [Stock Dívida (Ano N) / Stock Dívida (Ano N-1)] * 100$	1. X > 2% 2. 1,5% <= X <= 2% 3. X < 1,50% * investimentos materialmente relevantes são excluídos do cálculo, a percentagem adotada corresponde ao definido na legislação
Ambientais e de Serviço	Respeito Prazos de Pagamento	Variação do PMP face ao PAO	Quando PMP <= 60 dias e cumpre com o estipulado com RCM 34/2008 1. Incumpr: quando PMP aumenta mais que 1 dia face ao anterior 2. Cumpre: quando PMP aumenta 1 dia 3. Excede: quando PMP <= 60 dias
	Rentabilidade	Variação do RI face ao PAO	Quando PMP > 60 dias ou incumpr com RCM 34/2008, 1. Incumpr: face a ano anterior, x > -15% 2. Cumpre: face a ano anterior, -25% < x < -15% 3. Excede: face ao anterior, reduz 25%
	Plano de Manutenção Preventiva	Cumprimento do Plano de Manutenção Preventiva	1. Var > 5% 2. -5% <= Var <= 5% 3. Var > 5% * excluindo o efeito DRG
Qualidade das Águas Residuais	AQAR = QAR (Ano N)	1. N.º Ações executadas face ao previsto < 80,00% 2. N.º Ações executadas face ao previsto 80% <= x < 90% 3. N.º Ações executadas face ao previsto >= 90,00%	

Tabela 3 - Objetivos de gestão

¹³ O Presidente do Conselho de Administração submeteu proposta de contrato de gestão à UTAM que se encontra ainda em apreciação.

Sem prejuízo da aferição da prossecução das orientações estratégicas determinadas, a avaliação a realizar pelos titulares da função Acionista terá por referência os objetivos e indicadores de desempenho anuais para o período do mandato e a fórmula de cálculo do respetivo grau de concretização.

A Avaliação será realizada em função do grau de concretização dos objetivos conforme quadro seguinte:

Modo de avaliação	
Desadequado	< 1,8
Adequado	1,8 <= Avaliação < 2,5
Superado	>= 2,5

Os objetivos da SIMARSUL são integrados nos objetivos do Grupo AdP, os quais são determinados pelas políticas governamentais para o setor, através de orientações vertidas nos planos estratégicos aplicáveis às suas áreas de atuação, de orientações gerais emanadas através de despacho ministerial e por orientações específicas dos acionistas. Para o mandato de 2023/2025 foram definidas as seguintes orientações estratégicas gerais e específicas, relativamente às quais, e sem prejuízo da respetiva autonomia de gestão, o Conselho de Administração da empresa deverá:

Orientações Estratégicas Gerais

- a) Assegurar o cumprimento da missão da empresa e o exercício da sua atividade em articulação com as políticas estratégicas setoriais definidas pelo Governo, num quadro de racionalidade empresarial, otimização permanente dos seus níveis de eficiência, qualidade do serviço prestado, respeito por elevados padrões de qualidade e segurança;
- b) Ser socialmente responsável, prosseguindo na sua atuação objetivos sociais e ambientais e promovendo a competitividade no mercado, a proteção dos consumidores, o investimento na valorização profissional e pessoal, a promoção da igualdade, a proteção do ambiente e o respeito por princípios éticos;
- c) Desenvolver ações de sensibilização ambiental, promovendo a utilização eficiente e a proteção dos recursos hídricos;
- d) Promover o equilíbrio adequado entre os níveis quantitativos e qualitativos de serviço público a prestar, tendo em vista a satisfação dos utentes e a respetiva comportabilidade e sustentabilidade económica, financeira e ambiental;
- e) Adotar metodologias que permitam promover a melhoria contínua da qualidade do serviço prestado e o grau de satisfação dos clientes;
- f) Concretizar políticas de recursos humanos orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo ao aumento da produtividade e satisfação dos colaboradores, num quadro de equilíbrio e rigoroso controlo dos encargos que lhes estão associados, compatível com a respetiva dimensão;
- g) Desenvolver iniciativas tendentes a promover a igualdade de tratamento e de oportunidades de género, a eliminar as discriminações e a permitir a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional;

- h) Implementar políticas de inovação científica e de tecnologia consistentes, promovendo e estimulando novas ideias, novos produtos, novos processos e novas abordagens de mercado, em benefício do cumprimento da sua missão e da satisfação das necessidades coletivas e orientadas para a sustentabilidade económica, financeira, social e ambiental;
- i) Adotar sistemas de informação e de controlo interno, adequados à sua dimensão e complexidade, que cubram todos os riscos relevantes suscetíveis de auditoria permanente por entidades competentes para o efeito.

Orientações estratégicas específicas

- a) Cumprir os objetivos da Empresa definidos em assembleia geral ou, quando existam, em contratos de gestão;
- b) Assegurar a concretização das orientações definidas nos termos da lei, no contrato de gestão e a realização da estratégia da Empresa;
- c) Acompanhar, verificar e controlar a evolução das atividades e dos negócios da Empresa em todas as suas componentes;
- d) Avaliar e gerir os riscos inerentes à atividade da Empresa;
- e) Assegurar a suficiência, a veracidade e a fiabilidade das informações relativas à Empresa, bem como a sua confidencialidade;
- f) Guardar sigilo profissional sobre os factos e documentos cujo conhecimento resulte do exercício das suas funções e não divulgar ou utilizar, seja qual for a finalidade, em proveito próprio ou alheio, diretamente ou por interposta pessoa, o conhecimento que advenha de tais factos ou documentos;
- g) Assegurar o tratamento equitativo dos acionistas.

Os gestores públicos que integram o Conselho de Administração da SIMARSUL estão sujeitos às normas de ética aceites no setor de atividade e ao cumprimento das boas práticas de governação societária e de gestão Empresarial, designadamente em matéria de transparência, prevenção da corrupção, padrões de ética e conduta, responsabilidade social, política de recursos humanos, promoção da igualdade, prevenção de conflitos de interesse e respeito pela concorrência e agentes do mercado.

Acresce que no quadro da missão que lhe está acometida, a SIMARSUL deverá prosseguir as suas atividades em linha com o Quadro de Compromisso Estratégico 2020-2023, aprovado pelo Grupo Águas de Portugal, que assenta em 3 pilares e em 12 desafios estratégicos, que se resumem na imagem infra.



Figura 4 - Eixos estratégicos

Estratégia do Grupo AdP

Como se sabe, o Grupo AdP – Águas de Portugal é o principal Grupo Empresarial português com atividade nos domínios do abastecimento de água e do saneamento de águas residuais. E paralelamente, é o maior consumidor público de energia elétrica.

Deste modo, percebe-se a significativa dimensão - económica, social e ambiental - que a energia elétrica assume no desenvolvimento da sua normal atividade, sem desconsiderar o significativo impacto que os riscos associados à volatilidade e tendências do mercado energético europeu e mundial induzem ou podem induzir no equilíbrio dos seus negócios.

Pelos fatores e ajustamentos a que o mercado está sujeito e que o condicionam – efeitos dos preços de outras energias e dos preços de CO₂ nos mercados, bem como das alterações legislativas, nacionais e comunitárias - e sobre os quais não é possível estimar o seu efeito no preço da energia elétrica nos mercados, a que se soma a experiência adquirida no Grupo AdP pelo acompanhamento continuado dos mercados, a estratégia mais sustentável deverá passar necessariamente pela implementação de medidas e ações que induzam a:

- Redução dos consumos, em resultado da implementação de medidas de gestão operacional, estruturais e outras, promovendo a eficiência energética das infraestruturas;
- Redução dos gastos, melhorando ainda mais o processo de compra, otimizando níveis de tensão, reduzindo potências contratadas, eliminando energia reativa, ajustando o perfil de consumo de energia da rede em função dos períodos tarifários e ciclos de funcionamento, por via de uma gestão eficiente da energia;
- Aumento da produção própria de energia para autoconsumo, por via do aproveitamento do potencial endógeno (em particular potenciando a produção de biogás e a correspondente cogeração e tirando partido de quedas piezométricas existentes para instalação de microhídricas) e de fontes renováveis (solar fotovoltaico e eólico), potenciando uma redução do consumo de energia da rede e, por consequência, diminuindo a dependência dos mercados.

Não pode deixar de ser tido em consideração numa estratégia os compromissos internacionais que Portugal assumiu, em particular o de atingir a neutralidade carbónica até 2050, enquanto contributo para as metas globais e europeias assumidas no Acordo de Paris.

Esses compromissos obrigaram o país a definir objetivos exigentes para o país no âmbito de diferentes políticas públicas, as quais estão plasmados nos documentos seguintes:

- O Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC 2050), e
- O Plano Nacional Energia e Clima 2030 (PNEC 2030).

E naturalmente, o Grupo AdP – enquanto Grupo público da área do ambiente - está obrigado a desenvolver políticas que contribuam decisivamente para o cumprimento das obrigações que Portugal se comprometeu a nível internacional, em particular ao nível da neutralidade energética e carbónica.

E sendo o maior consumidor público de energia elétrica, entende-se a dimensão que uma estratégia bem delineada e exequível terá para as metas e objetivos nacionais.

Apesar dos esforços na redução dos consumos de energia elétrica, através da implementação de medidas/ações de eficiência energética, e do incremento na produção própria de energia registada nos últimos anos, sem a realização de um programa com fortes e decisivos investimentos nas áreas da eficiência energética e da produção de energia renovável, o Grupo AdP não conseguiria superar os valores de autossuficiência energética registados em 2020 (5%).

Desta forma, o Grupo AdP desenvolveu o Programa ZERO, assente na redução de consumos de energia nas infraestruturas de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e de outras instalações não operacionais e no forte aumento da produção própria de energia 100% renovável, principalmente para autoconsumo. Com este programa o Grupo pretende atingir a neutralidade energética até 2030, sendo o primeiro Grupo mundial do setor da água a implementar um projeto que vise a neutralidade e autossustentabilidade energética.

O Programa prevê um *mix* integrado de produção, considerando sistemas baseados em solar fotovoltaica, eólica, hídrica (condutas de água e de águas residuais, entradas de reservatórios, barragens) e de cogeração com recurso ao biogás, com aproveitamento elétrico e térmico, promovendo a maximização do autoconsumo.

O facto de ser unanimemente aceite que, para o cumprimento das estratégias definidas no âmbito das políticas públicas referidas anteriormente, se devem concentrar na década 2021 a 2030 os maiores esforços de redução de emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE), levou a que o Grupo AdP o considerasse como o período crítico para o seu desenvolvimento e, por conseguinte, alinhasse o seu modelo de negócio com a trajetória de neutralidade carbónica assumida por Portugal.

O Programa ZERO irá desenvolver-se em 2 períodos de investimento (2021 a 2025 e 2026 a 2030), diferenciando-se do seguinte modo:

- Período 1 - Eficiência energética e instalações de produção de energia em infraestruturas com maior autoconsumo, e
- Período 2 – Outras instalações de produção de energia, tirando partido do potencial de recursos endógenos disponíveis no território.

O investimento previsto no Programa ZERO do Grupo AdP é de 363 milhões de euros, respeitando não só à implementação de medidas de eficiência energética e produção de energia renovável, mas envolvendo também investimentos na digitalização orientada para a gestão integrada dos consumos.

Paralelamente ao desenvolvimento do Programa ZERO, o Grupo Águas de Portugal tem em curso o Programa NEUTRO, com vista à quantificação e redução das emissões de GEE do Grupo Águas de Portugal. Um dos objetivos deste Programa é o desenvolvimento de uma ferramenta que oriente e suporte a elaboração periódica de um inventário que constitua a base física dos inventários anuais de GEE do Grupo AdP e das suas Empresas.

Após o desenvolvimento desta ferramenta será implementado um conjunto de medidas com vista à redução das emissões do Grupo.

E. PRINCÍPIOS, LINHAS ORIENTADORAS E PRESSUPOSTOS MACROECONÓMICOS DE REFERÊNCIA

O Plano de Atividades e Orçamento de 2025 foi construído com o seguinte enquadramento:

- A envolvente macroeconómica, resumida no capítulo "A. Preâmbulo" e a qual teve e terá impactos significativos em diversas áreas da economia, e em diversos extratos sociais, com reflexos visíveis na própria atividade da empresa: atrasos na execução do investimento orçamentado, deterioração da dívida de clientes, aumento da despesa operacional com gastos com pessoal, custos com mercadorias e matérias consumidas e fornecimentos e serviços externos, embora se possa prever em 2025 um gradual retorno à normalidade;
- As instruções emanadas pela tutela e outras entidades, nomeadamente:
 - o Instruções para a Elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2025-2027, incluindo o Plano de Investimentos, das empresas públicas não financeiras, reclassificadas e não reclassificadas, do Setor Empresarial do Estado (SEE);
 - o Decreto-Lei n.º 17/2024, de 29 de janeiro, estabelece as disposições necessárias à execução do Orçamento do Estado para 2024;
 - o Resolução do Conselho de Ministros, n.º 34/2008, de 22 de fevereiro;
 - o Despacho n.º 9870/2009 de 13 de abril de 2009;
 - o Acordo Coletivo de Trabalho publicado no BTE n.º 41, de 8 de novembro de 2018 e alterações ocorridas em 8 de abril de 2023, constantes no BTE n.º 13;
 - o As orientações da *holding* AdP, Águas de Portugal, SGPS, SA;
 - o O Estudo de Viabilidade Económica e Financeira (EVEF) da SIMARSUL, anexo ao contrato de concessão;
 - o As Métricas de Eficiência definidas pela ERSAR;
 - o As recomendações de atualização tarifária para 2025, emanadas da ERSAR, conforme comunicação com a referência O-003186/2024 datada de 31 de julho de 2024;
 - o Os resultados de 2023, aprovados em Assembleia Geral de Acionistas de 26 de março de 2024;
 - o O Plano de Atividades e Orçamento de 2024, aprovado pela tutela em março de 2024;
 - o A estratégia definida pela Administração da empresa, consubstanciada em diversas discussões com as diferentes áreas/funções/direções da empresa.

Ainda, relativamente ao ano de 2024, os valores foram construídos com base na melhor estimativa de fecho à data:

- Valores reais até junho de 2024;
- A melhor estimativa até dezembro de 2024;

PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO 2025

Os pressupostos macroeconómicos utilizados foram indicados, sempre que aplicável, pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças pela ERSAR na qualidade de Entidade Reguladora do Setor, através do Ofício O-003186/2024, de 31 de julho de 2024 e pelo Acionista AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A..

Pressupostos Macroeconómicos	TF		Projecção	
	2024	2025	2026	2027
Taxas de Financiamento e Remuneração Acionista				
Euribor 1m	3,49%	2,69%	2,39%	2,39%
Euribor 3m	3,60%	2,80%	2,50%	2,50%
Euribor 6m	3,62%	2,82%	2,52%	2,52%
Euribor 12m	3,58%	2,78%	2,48%	2,48%
OT	3,26%	3,26%	3,26%	3,26%
Spread financiamentos bancários curto prazo existentes	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%
Spread financiamentos bancários curto prazo novos	1,70%	1,70%	1,70%	1,70%
Financiamentos BEI Existentes	Conforme contratos	Conforme contratos	Conforme contratos	Conforme contratos
Financiamentos BEI Novos	Conforme contratos	Conforme contratos	Conforme contratos	Conforme contratos
Juros de Mora				
Aplicáveis às dívidas dos Municípios	11,25%	11,25%	11,25%	11,25%
Taxas de Atualização de Preços				
Índice Harmonizado de Preços do Consumidor (IHPC)	2,50%	2,10%	2,00%	2,00%
Eleticidade ^(b)	^(a)	-10,19%	-6,01%	-2,07%
^(a) de acordo com os dados reais, tomando em consideração os contratos em vigor.				
^(b) média do crescimento do Custo Unitário médio (€/kWh) das diferentes tipologias de fornecimento de eletricidade.				
Pressupostos Macroeconómicos	ET		Projecção	
	2024	2025	2026	2027
Gastos com Pessoal				
Atualização salarial	Acordo Coletivo de Trabalho	Acordo Coletivo de Trabalho	Acordo Coletivo de Trabalho	Acordo Coletivo de Trabalho
Impostos				
Imposto sobre o Rendimento de pessoas Coletivas (IRC)	21,00%	21,00%	21,00%	21,00%
Derrama Estadual > 1,5m€ <= 7,5M€	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%
Derrama Estadual > 7,5m€ <= 3,5M€	5,00%	5,00%	5,00%	5,00%
Derrama Estadual > 35 M€	9,00%	9,00%	9,00%	9,00%
Taxa de Derrama	1,50%	1,50%	1,50%	1,50%

Figura 5 - Pressupostos macroeconómicos de referência

Para o triénio 2025-2027 foram preparados os instrumentos previsionais de gestão, a fim de dar cumprimento ao disposto no n.º 6 do artigo 39.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro.

A este propósito ressalva-se que a obtenção das estimativas para os anos de 2026 e 2027 se baseia na melhor informação disponível, à data, incluindo a constante da versão revista estabilizada do estudo de viabilidade económico e financeiro, conforme mencionado no “B. Sumário Executivo”. Factos supervenientes poderão no futuro ditar a revisão destas previsões.

F. INSTRUMENTO PREVISIONAL DE GESTÃO

I PLANO DE INVESTIMENTO ANUAL E PLURIANUAL

O contrato de concessão da SIMARSUL estabelece um prazo de concessão de 30 anos (2017-2046). Para este horizonte temporal está previsto um investimento total, a preços constantes de 2016, de cerca de 49 milhões de euros. Incorporado neste plano de investimentos está um valor de investimento de substituição/renovação/reabilitação de cerca de 25 milhões de euros.

I.1. INVESTIMENTO

O plano de investimentos em infraestruturas para o período 2025-2027, em linha com a solução técnica anexa ao contrato de concessão, continua a assumir um papel estratégico para o desenvolvimento e a afirmação da concessão, no quadro da prioridade que constitui assegurar o seu bom estado funcional e de segurança e de forma a promover a sua sustentabilidade e resiliência, numa indústria de serviços essenciais e infraestruturas críticas.

Ainda que sem a expressão inicial, pese embora o esforço previsto nos próximos anos para as infraestruturas de Setúbal e para os novos desafios, o ciclo de desenvolvimento e a maturidade das operações remetem-nos como principais prioridades:

- O desenvolvimento sustentável de novas dinâmicas de reengenharia de sistemas, para maximizar o valor no ciclo de vida dos ativos, onde a articulação com as intervenções de manutenção é abordada de forma integrada;
- A elevação da fiabilidade e da interoperabilidade, o desempenho ambiental, operacional, energético e segurança das infraestruturas;
- O completar e o reforçar da componente de automação, monitorização, supervisão, telegestão e segurança dos sistemas para potenciar a aposta no reforço da digitalização na gestão dos processos;
- O melhorar da apresentação das infraestruturas e instalações de suporte em alguns centros operacionais, visando a sua conservação, o bem-estar e o zelo, indispensável também para o reconhecimento do valor da água pelas comunidades.

Neste contexto, as principais orientações para o planeamento para o triénio 2025-2027 são:

1. Continuidade da prioridade ao bom estado funcional, desempenho e segurança das infraestruturas, com abertura de um novo ciclo de intervenções para o quinquénio 2027-2031, como garante da qualidade do serviço prestado e bem-estar dos nossos trabalhadores, a partir do desenvolvimento de melhores práticas de gestão de ativos e de suporte à decisão;
2. Integração e alinhamento com a aposta no desenvolvimento da atividade de produção e fornecimento de ApR, com especial incidência a partir da ETAR de Setúbal, relativamente à qual deve ser dada continuidade à estratégia de intervenção repartida e faseada de modo a mitigar os principais constrangimentos e perseguir o objetivo de início desta nova atividade, agora previsto para o final de 2027 na sequência da celebração do 1.º Protocolo de Entendimento, com níveis de fiabilidade compatíveis com a qualidade do serviço;
3. Acelerar o desenvolvimento de estudos e projetos dos programas de neutralidade energética e valorização orgânica das lamas de ETAR, assim como tendentes à redução das afluências indevidas em linha com o PENSAARP 2030, antecipando preocupações associadas à revisão da DARU e elevando a eficiência e eficácia na exploração, através nomeadamente da revisitação da estratégia e aprovação de plano de ação alinhado com projetos de inovação ligados a modelos de apoio à decisão e modelação do estuário do Tejo;
4. Continuidade do balanceamento da estratégia de priorização e premência das intervenções, com a mitigação dos impactos financeiros do atual contexto de pressão inflacionista;
5. Continuidade na aposta do reforço da digitalização, potenciando as sinergias do Grupo AdP, nesta fase, integrada e alinhada com o Plano Estratégico e Arquitetura de STI aprovado.

Tendo presente o disposto no contrato de concessão e no modelo regulatório, designadamente no âmbito da revisão do EVEF, tendo em vista a garantia do bom estado funcional e de segurança das infraestruturas, assim como responder a novos requisitos, em linha com a priorização e criticidade e resultado das avaliações do estado de condição, foram identificadas como a requerer um olhar mais atento no quinquénio 2027-2031 as seguintes infraestruturas e, ou componentes:

- o ETAR do Seixal
- o ETAR do Pinhal Novo
- o ETAR de Sesimbra
- o ETAR e EE do SAR Afonsoeiro
- o ETAR e EE do SAR Alcochete
- o ETAR e EE do SAR Seixalinho
- o Infraestruturas lineares, emissários e condutas elevatórias
- o Nova fase para investimentos para melhoria e garantia das condições de segurança das infraestruturas

O planeamento a curto, médio e longo prazo está associado a uma priorização dos investimentos de acordo com uma metodologia desenvolvida no seio do Grupo AdP para suportar a tomada de decisão. Esta metodologia tem em conta os investimentos iniciais previstos no Contrato de Concessão e os constrangimentos operacionais registados, que consubstanciam uma base integrada para a gestão dos ativos. Pondera ainda o risco associado à não realização do investimento por via da análise das consequências e probabilidade de ocorrência, com base em critérios pré-estabelecidos. Para o efeito é definido uma relação direta entre infraestrutura e população servida, o motivo, o horizonte temporal para a ocorrência das consequências da não realização do investimento e do desembolso financeiro associado.

Muito cientes dos tempos de elevada incerteza e das exigências crescentes associadas ao desenvolvimento da nossa atividade, a SIMARSUL suporta as suas decisões apoiada numa metodologia de priorização das intervenções partindo de uma dimensão de avaliação da criticidade das infraestruturas, do sistema de gestão de ativos, certificado de acordo com o referencial ISO 55 001.

Até ao final de 2027 prevê-se a realização do seguinte investimento:

Investimento em Capital Fixo	2023	2024	2024	2025	2026	2027
Unidade: euros	REAL	PAO	EF	PAO	ESTIMADO	ESTIMADO
Edifícios e Outras Construções	2 304 652	4 191 651	1 444 646	4 351 217	9 629 008	10 375 575
Equipamento Básico	1 500 206	3 014 036	1 687 998	3 468 527	10 210 644	10 475 140
Outros	-311 679	1 108 245	619 192	3 383 692	2 348 245	1 548 171
Investimento	3 493 180	8 313 933	3 751 835	11 203 436	22 187 897	22 398 886

Detalhe trimestral anexo ao presente documento

Tabela 4 - Investimento previsto no triénio

O valor do investimento previsto para a estimativa de fecho de 2024 apresenta um decréscimo face ao que se encontrava previsto no PAO 2024 aprovado, em virtude de atrasos verificados na contratação e arranque de algumas empreitadas, explicitados em detalhe na parte final do ponto seguinte. Estas situações obrigaram à reprogramação do plano de empreitadas para o ano de 2025, no sentido de assegurar o cumprimento do respetivo plano de investimentos da empresa, previsto no contrato de concessão para o quinquénio, recuperando desta forma o atraso verificado.

No quadro abaixo, apresenta-se o investimento dividido pelas empreitadas a realizar e os restantes investimentos da empresa que correspondem aos trabalhos que se prevê que decorram, total ou parcialmente, em 2025, bem como a sua planificação ao longo do triénio:

Descrição do investimento	Realização até Dez/2024	Realização no triénio			Realização após 2027	Valor global previsto
		2025	2026	2027		
Empreitadas	2 527 309	6 069 395	18 345 593	19 518 873	17 034 216	65 555 043
Invest. de preparação e apoio às Empreitadas	534 367	2 425 795	1 984 898	1 314 332	1 924 481	8 711 529
Outros Investimentos	690 159	2 708 246	1 857 406	1 365 681	5 205 745	11 845 546
TOTAL GLOBAL	3 751 835	11 203 436	22 187 898	22 398 886	24 164 442	86 112 118

Detalhe anexo ao presente documento

Tabela 5 - Investimento previsto no triénio

A memória descritiva das empreitadas selecionadas a realizar, total ou parcialmente em 2025, é apresentada nas respetivas fichas anexas, que fazem parte integrante deste documento, bem como o detalhe com o montante global de cada projeto, sendo quantificadas as fontes de financiamento por projeto e por cada ano do triénio. Destaca-se que os investimentos devem ser avaliados no âmbito do Contrato de Concessão, ou seja, de que o retorno económico e financeiro deverá ser aferido no âmbito global.

No que concerne a medidas de racionalização do investimento em empresas participadas, a SIMARSUL mantém a participação financeira de 5.000 euros na S.ENERGIA, Agência Regional de Energia para os concelhos do Barreiro, Moita, Montijo e Alcochete.

No que diz respeito a medidas de racionalização no património imobiliário, trata-se de matéria não aplicável à SIMARSUL, uma vez que a empresa não detém, nem prevê deter, património imobiliário.

1.2. COBERTURA FINANCEIRA DOS INVESTIMENTOS (EVEF)

A garantia de uma estrutura de capitais adequada aos desafios e orientações constitui uma das maiores preocupações da SIMARSUL, desde logo, enquanto entidade gestora de infraestruturas de serviços essenciais com vida útil muito significativa (em média 40-50 anos), mas também às regras e orientações presentes em cada exercício. Esta preocupação constitui um dos pressupostos de construção do EVEF da SIMARSUL.

A execução das intervenções constantes do contrato de concessão, visam assegurar os níveis de serviço estabelecidos, o qual é assegurado por um leque bastante diversificado e disperso de ativos, edificado no essencial, desde as décadas 70 e 80 do século passado e até à primeira década deste século, estimados em mais de 400 milhões de euros¹⁴, sujeitos a um contexto adverso que acelera o respetivo desgaste. As referidas intervenções encontram-se suportadas em aferições periódicas do estado funcional, por entidades independentes, e presentes à ERSAR.

Os investimentos previstos realizar no triénio 2025 a 2027 encontram-se previstos no Contrato de Concessão ou foram expressamente autorizados pelo concedente¹⁵. Os mesmos encontram-se suportados no Estudo de Viabilidade Económico e Financeiro que se encontra anexo ao Contrato de Concessão e nas respetivas fichas de projeto.

Nos termos do Contrato de Concessão, encontra-se em curso uma revisão deste EVEF até final de 2026, encontrando-se atualmente estabilizada uma primeira versão, que após ter entrado em discussão com os parceiros no último trimestre de 2023 e integrados os desenvolvimentos mais recentes, incluindo os constantes do presente exercício de planeamento, irá ser formalmente suscitada a sua apreciação pelas entidades competentes.

A estruturação financeira da empresa prevista no EVEF em vigor, que suporta este documento, considera o recurso às seguintes fontes de financiamento, para além do autofinanciamento:

¹⁴ Valor de substituição estimado, tendo como referência os construídos no âmbito da concessão e os pré-existentes integrados dos municípios.

¹⁵ Programa Zero - Neutralidade Energética e Economia Circular - Valorização de Lamas.

- O Capital Social, que ascende a 25 milhões de euros;
- A comparticipação total de fundos comunitários, no montante de aproximadamente 74,8 milhões de euros;
- Os empréstimos do BEI de aproximadamente 100 milhões de euros.

Pelo acima exposto, os investimentos previstos no Plano de Atividades e Orçamento de 2025 encontram-se contemplados nos documentos contratuais da concessão e em fichas de autorizações expressas, mostrando-se economicamente sustentáveis.

Para o ano de 2025, prevê-se um nível de endividamento bruto de cerca de 62 milhões de euros, dos quais 51,6 milhões relativos aos empréstimos BEI III, cujo reembolso dos valores contratados se prevê que ocorra até ao final de 2034. Este dividem-se entre 44,9 milhões relativos a médio-longo prazo e 6,6 milhões a curto prazo. Adicionalmente, em 2025, poderá ser necessário recorrer a financiamentos de curto prazo, junto da banca comercial ou através de suprimentos, num montante de cerca de 10,5 milhões de euros, para fazer face ao volume de investimento previsto realizar pela empresa, em paralelo com a continuidade das conversações relativas à montagem de uma nova operação de financiamento junto do Banco Europeu de Investimentos, designada BEI VI.

No que diz respeito à cobertura de investimento apresentada no detalhe do investimento anexo ao presente documento, destaca-se que a avaliação quanto às necessidades de financiamento em termos prospetivos é efetuada de forma consolidada, ressalvando-se, no entanto, que a SIMARSUL não antecipa, desde já, outras fontes de financiamento que não o recurso à banca comercial ou a suprimentos do seu acionista maioritário. Desta forma, as percentagens de financiamento e a sua desagregação, por cada uma das empreitadas constantes do presente orçamento, poderão sofrer ajustes futuros.

No que respeita ao período em análise (2025-2027), identificam-se, de seguida, as fontes de financiamento:

Fontes de Financiamento	2023	2024	2024	2025	2026	2027
Unidade: euros	REAL	PAO	EF	PAO	ESTIMADO	ESTIMADO
Passivos não Correntes	107 469 296	99 886 233	99 972 691	92 183 152	84 079 091	75 671 630
Empréstimos	56 043 706	50 255 765	50 692 334	44 920 749	38 806 259	32 389 689
BEI	56 043 706	50 255 765	50 692 334	44 920 749	38 806 259	32 389 689
Subsídios ao investimento	51 425 590	49 630 468	49 280 357	47 262 403	45 272 832	43 281 942
Subsídios Comunitários	48 096 967	46 231 681	46 023 340	44 005 385	42 015 814	40 024 924
Outros Subsídios	3 328 622	3 398 787	3 257 018	3 257 018	3 257 018	3 257 018
Passivos Correntes	5 523 315	8 727 506	6 255 201	17 103 208	36 990 178	60 505 735
Empréstimos	5 523 315	8 727 506	6 255 201	17 103 208	36 990 178	60 505 735
BEI (MLP - amortização ano seguinte)	5 523 315	6 513 222	6 255 201	6 637 695	7 446 775	8 543 710
Banca Comercial/Suprimentos	0	2 214 284	0	10 465 513	29 543 403	51 962 024
Total	112 992 611	108 613 739	106 227 892	109 286 360	121 069 269	136 177 365

Detalhe trimestral anexo ao presente documento

Tabela 6 - Fontes de financiamento

Apresenta-se, de seguida, a estrutura de endividamento para o triénio:

Endividamento	2023	2024	2024	2025	2026	2027
Unidade: euros	REAL	PAO	EF	PAO	ESTIMADO	ESTIMADO
Passivos não Correntes	56 043 706	50 255 765	50 692 334	44 920 749	38 806 259	32 389 689
Empréstimos	56 043 706	50 255 765	50 692 334	44 920 749	38 806 259	32 389 689
BEI	56 043 706	50 255 765	50 692 334	44 920 749	38 806 259	32 389 689
Passivos Correntes	5 523 315	8 727 506	6 255 201	17 103 208	36 990 178	60 505 735
Empréstimos	5 523 315	8 727 506	6 255 201	17 103 208	36 990 178	60 505 735
BEI (MLP - amortização ano seguinte)	5 523 315	6 513 222	6 255 201	6 637 695	7 446 775	8 543 710
Banca Comercial/Suprimentos	0	2 214 284	0	10 465 513	29 543 403	51 962 024
Endividamento bruto	61 567 021	58 983 271	56 947 535	62 023 957	75 796 437	92 895 423
Ativos Financeiros	0	0	0	0	0	0
Caixa e Bancos	2 200 673	1 300 100	3 478 517	1 500 100	1 500 100	1 500 100
Endividamento líquido	59 366 348	57 683 171	53 469 018	60 523 857	74 296 337	91 395 323
Variação do Endividamento [(c _n -c _{n-1})+(e _n -e _{n-1})-d _n]/[c _{n-1} +e _{n-1}]		-3,0%	-5,3%	6,2%	15,8%	17,0%
Empréstimos Bancários de MLP (a)	56 043 706	50 255 765	50 692 334	44 920 749	38 806 259	32 389 689
Empréstimos Bancários (b)	5 523 315	8 727 506	6 255 201	17 103 208	36 990 178	60 505 735
FRn (c=a+b)	61 567 021	58 983 271	56 947 535	62 023 957	75 796 437	92 895 423
Novos Investimentos de expressão material		0	0	0	0	0
Capital Social	25 000 000	25 000 000	25 000 000	25 000 000	25 000 000	25 000 000

Detalhe trimestral anexo ao presente documento

Tabela 7 - Endividamento

No final de 2024, prevê-se que o endividamento apresente uma variação negativa de 5,3% face a 2023, superior à prevista em sede de PAO 2024, no qual se considerava uma variação negativa de 3%, consequência de um nível de execução do investimento em infraestruturas abaixo do previsto.

No que se refere à variação do endividamento de 2024 para 2025, pela aplicação da fórmula constante das IEPG 2025, prevê-se que a mesma se cifre num aumento de 6,2 %.

A variação do endividamento deve ser devidamente enquadrada na evolução mais recente desta entidade gestora ao nível da execução do plano de investimentos que consta do contrato de concessão, bem como da execução das autorizações relativas aos investimentos associados aos projetos de Descarbonização - Programa Zero - Neutralidade Energética e Economia Circular - Valorização de Lamas clarificadas no final de 2023, e apresentadas no final de 2021.

A evolução mais recente na execução dos investimentos em infraestruturas tem-se caracterizado por uma assinalável dilatação temporal e pressão nos respetivos valores. Uma análise detalhada elaborada no âmbito da revisão do EVEF e partilhada com os parceiros¹⁶, ajuda a compreender o conjunto vasto de fatores de contexto associados à dilatação temporal e pressão nos preços, designadamente:

- a) A necessidade de revisão de um conjunto amplo de estudos e projetos, o que constituiu também uma oportunidade de promover a inovação para ir de encontro às reais necessidades da exploração (operação e manutenção);

¹⁶ Assim como remetida à ERSAR no final de 2023.

- b) A necessidade de novos investimentos e de substituição de existentes, designadamente associados à ativação de garantias bancárias, em importantes infraestruturas (ETAR Barreiro-Moita, ETAR da Quinta do Conde e ETAR de Fernão Ferro¹⁷);
- c) As consequências do atual ciclo de contratação, decorrente da crise financeira e do coronavirus, mas também dos conflitos na Ucrânia, com aumentos acentuados dos preços das matérias-primas, dos materiais e da mão-de-obra, com necessidade de repetidos pedidos de autorizações para aumento de investimentos, junto do concedente e ERSAR, para utilização de verbas previstas para a substituição;
- d) Os constrangimentos imprevistos no âmbito de licenciamentos, terrenos e articulação com intervenções na rede municipal de drenagem;
- e) As limitações de recursos e a necessidade de formação de novos quadros técnicos internos.

A correção entre a dilatação temporal e de valores do investimento associado, que se traduz(iu) na necessidade de utilização antecipada das parcelas de investimento de substituição, devidamente autorizadas pelo concedente sob parecer da ERSAR, na concretização dos compromissos constantes do contrato de concessão, assim como a clarificação apenas no final de 2023 quanto à execução dos investimentos associados à Economia Circular e Descarbonização, assim como da evolução do endividamento é patente no gráfico que se segue.

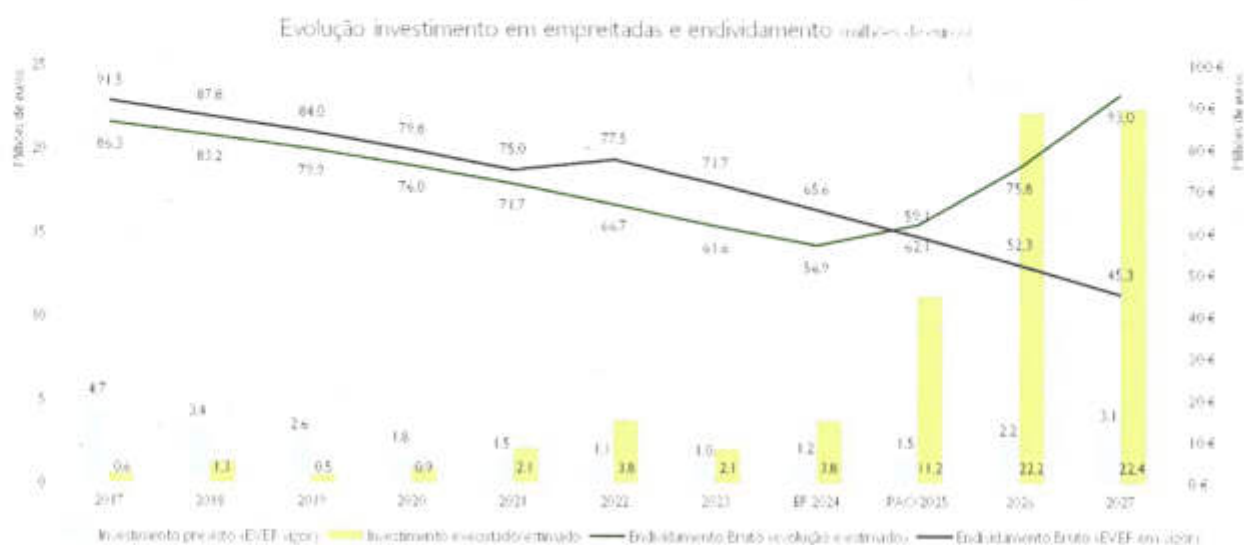


Figura 6 - Gráfico referente à evolução do investimento e endividamento

As estimativas para 2026 e 2027 passaram também a integrar os demais desenvolvimentos, designadamente o decorrente do desenvolvimento da nova atividade principal de produção e fornecimento de ApR.

¹⁷ Que por via da execução das garantias, os respetivos valores de investimentos não se encontram mensurados nas demonstrações financeiras na parcela associada.

I.3. IDENTIFICAÇÃO DOS NOVOS INVESTIMENTOS CUJO MONTANTE TOTAL SEJA IGUAL OU SUPERIOR A 10,7 MILHÕES DE EUROS OU A 10% DO ORÇAMENTO DA EMPRESA PARA O ANO DE 2025

De acordo com as Instruções sobre a Elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão 2025 "são considerados novos investimentos com expressão material os que não figuram no plano de investimentos do ano anterior e cuja despesa prevista para qualquer ano do triénio seja igual ou superior a 10,7 milhões de euros ou o resultante da aplicação de 10% do orçamento anual da empresa", a empresa não apresenta novos investimentos com expressão material,

Cálculo do valor do investimento relevante:			
	2025	2026	2027
Investimento	11 203 436	22 187 898	22 398 886
CMVMC	604 569	623 847	634 775
FSE	12 263 560	12 152 489	11 888 037
GP	5 605 397	6 080 918	6 068 924
OGO	253 443	339 714	495 868
Total	29 930 405	41 384 865	41 486 490
10%	2 993 041	4 138 487	4 148 649

Tabela 8 - Cálculo do valor do investimento relevante

Contudo, existem investimentos relevantes previstos no PAI que já figuravam no PAO de 2023 e 2024, os quais estão relacionados com o Programa de Neutralidade Energética e o Plano de Lamas do Grupo AdP, sobre os quais já foi recebida a autorização da Tutela Setorial através dos Despachos n.º 77/SEAENE/2022 e n.º 76/SEAENE/2022, respetivamente. Os investimentos relativos a estes projetos poderão vir a ser considerados como relevantes, desde que aprovados pelo Senhor Secretário de Estado e do Tesouro.

Estes investimentos foram, neste âmbito, já avaliados quanto ao seu custo/benefício, determinante para a sua inclusão neste PAI e posterior realização. Refira-se, no entanto, que o retorno económico e financeiro de cada um dos projetos de investimento não é diretamente ou individualmente aferível uma vez que são desenvolvidos e realizados no âmbito do Contrato de Concessão celebrado entre o Estado Português e a SIMARSUL, no estrito cumprimento da respetiva missão.

A sustentabilidade económica e financeira dos investimentos encontra-se assegurada de forma global no próprio Contrato de Concessão, designadamente no Estudo de Viabilidade Económica e Financeira (EVEF) que o acompanha e onde estão previstos (com detalhe) os investimentos e as respetivas fontes de financiamento, bem como as tarifas e os rendimentos tarifários que, num regime de "cost-plus", permitirão assegurar a sua sustentabilidade.

2 PLANO DE ATIVIDADES PLURIANUAL

É de continuidade de um ciclo, o plano de atividades que apresentamos.

Continuidade ao desenvolvimento, robustecimento e à afirmação de um projeto regional, com uma identidade e *nexus* ao território reconquistada, com a importante missão e impacto que temos nas pessoas e no território, em especial na biodiversidade de um espaço único.

Um projeto regional com evidente coerência e identidade territorial que conferem uma afinidade e uma proximidade que constituem um importante capital, mas também geram responsabilidade acrescida no nosso dia a dia. Trata-se de algo cada vez mais importante para os desafios que enfrentamos, onde a ligação e a articulação com quem gere o território e com as comunidades é cada vez mais crítica.

A recente reafirmação do nosso compromisso de integridade constitui também um incentivo acrescido para dinamizar iniciativas de participação e mobilização interna, designadamente de desenvolvimento e melhoria das condições de trabalho, em linha com o nosso compromisso de transparência, também para tomadas de decisão inclusivas, participativas e representativas a todos os níveis.

Com a agenda de gestão assente na ambição e na esperança, com um vasto conjunto de iniciativas que progressivamente a materialize, reforçamos os desafios de elevação da eficiência, próprios da nossa maturidade e dos tempos que atravessamos, mas também de assinalar as conquistas alcançadas por todos ao longo do nosso percurso de quase 20 anos que muito nos orgulham e que permitem acolher novos desafios, como o mais recente da integração do Município de Setúbal.

A respeito do nosso percurso, importa focarmo-nos cada vez mais na visão do que tem de ser nos nossos dias uma entidade gestora de serviços essenciais e infraestruturas críticas, conciliando e combinando, designadamente:

- Evolução no foco, desde logo, valorizando o serviço de águas residuais, a base do maior desenvolvimento de saúde pública dos últimos 170 anos, pilar que nos permite abraçar as exigências crescentes decorrentes da perda de biodiversidade, da ameaça dos ecossistemas e da degradação da natureza e a transição para um modelo mais circular, explorando oportunidades como a produção de hidrogénio e a produção e o fornecimento de ApR, que neste último caso, nos aproxima em termos de requisitos ao serviço de abastecimento de água. Estas exigências motivadas pela ação humana e agravadas por eventos climáticos demandam também comunidades mais atentas e exigentes circunstância que impõe não nos distrairmos com aspetos à margem do essencial da nossa atividade, onde efetivamente residem importantes desenvolvimentos e oportunidades.
- Aprofundar cultura de gestão de risco e de antecipação e mitigação/contingência: tempos de elevada incerteza como os que atravessamos impõem um olhar para além dos limiares tradicionais da nossa atividade, seja a montante, seja a jusante, e a valorização de aspetos como segurança e fiabilidade (com novos termos e expressões como resiliência de infraestruturas, *water security* ou infraestruturas críticas, mas também digitalização, em qualquer dos casos, para preocupações antigas).

- Capitalizar oportunidades de crescimento, designadamente da economia circular e descarbonização, onde a produção e o fornecimento de ApR, a valorização orgânica de lamas, a eficiência energética e a produção de energia limpa assumem centralidade, que vêm ampliar de forma significativa o nosso papel na sustentabilidade do território que servimos e potenciam a valorização pelas comunidades.
- Garantir a integração desta visão nas intervenções infraestruturais sobre a qual assenta a nossa atuação diária, própria desta indústria de serviços de rede, onde o reforço da fiabilidade e resiliência e das exigências acrescidas de tratamento, não deixará de continuar a integrar também preocupações com o bem-estar e a segurança das pessoas, como também com a apresentação das nossas infraestruturas, valorizando a sua estética quando possível, em qualquer dos casos, essencial para a progressiva valorização da água pela Sociedade, como para a nossa autoestima. A este respeito importa relevar a coincidência destes desenvolvimentos, com a necessidade de continuar o esforço de recuperação do estado funcional de inúmeras infraestruturas, seriamente prejudicada pelo impacto das restrições financeiras impostas nos últimos anos, bem como da evolução da sua vida útil e integração de mais sistemas, decorrente da adesão do município de Setúbal.
- O desafio da eficiência próprio da nossa maturidade e dos tempos que atravessamos, o qual e sem prejudicar a eficácia, fiabilidade e resiliência, porquanto de serviços essenciais com forte impacto na comunidade estamos a falar, como as oportunidades de crescimento da nova atividade principal de produção e fornecimento de ApR desta eficácia depende, assim como a resposta às exigências ambientais e à mitigação do risco de incumprimentos ambientais.
- Grandes desafios e oportunidades pressupõem pontes e parcerias, não nos podemos distrair com conflitos inúteis e custos evitáveis, mas antes potenciar as competências, externa e internamente. Daí a necessidade de continuar a aprofundarmos a cooperação com os municípios, mas também continuarmos a desenvolver projetos com os promotores de atividades económicas e com a população (para além do eixo da sensibilização e da educação ambiental), antecipando dificuldades/desafios, designadamente crises tidas como mais frequentes e intensas, como potenciar a eficiência operacional e o crescimento da atividade.

É assim a partir de um importante legado que assinalamos em 2024 os 20 anos, com os olhos postos nos desafios sociais ao serviço das pessoas e do território, com atenção particular às oportunidades de crescimento, à elevação da eficiência com elevados níveis de eficácia e satisfação dos utilizadores e clientes, ao desenvolvimento e robustecimento da organização para consolidar a nossa afirmação em tempos de relevante incerteza e na concretização das intervenções previstas em infraestruturas.



No quadro seguinte apresenta-se um resumo dos principais números e indicadores que compõem a proposta de orçamento em apresentação:

Balanco	2023	2024	2025	2026	2027
Ativo (total)	233 323 432	233 563 896	238 111 046	253 955 850	266 276 753
não corrent.	219 895 132	217 483 613	224 814 308	241 073 465	253 666 011
corrente	13 428 300	16 080 283	13 296 737	12 882 384	12 610 742
CP (total)	73 116 509	76 130 853	79 245 756	82 466 030	85 795 231
rest.trans.	44 324 305	47 200 308	50 063 936	53 023 093	56 082 354
Passivo (total)	160 206 923	157 433 043	158 865 290	171 489 819	180 481 522
não corrent.	150 140 878	143 073 461	136 480 525	127 623 158	114 314 952
corrente	10 066 045	14 359 582	22 384 765	43 866 662	66 166 571

Demonstração de resultados	2023	2024	2025	2026	2027
Volume de Negócios (incl. ICs)	23 931 186	28 452 907	28 355 106	29 215 300	29 780 375
% de crescimento		19%	0%	3%	2%
Gastos com Pessoal	-4 315 437	-4 696 384	-5 605 397	-6 080 918	-6 068 924
% de crescimento		9%	19%	8%	0%
Fornecimentos e serviços externos	-10 244 263	-12 173 731	-12 263 560	-12 152 489	-11 888 037
% de crescimento		19%	1%	-1%	-2%
EBITDA	12 327 229	13 201 616	14 151 674	14 696 442	15 667 275
% de crescimento		7%	7%	4%	7%
EBITDA Ajustado	8 708 470	10 901 149	9 714 789	10 105 834	10 781 130
% de crescimento		25%	-11%	4%	7%
EBIT	5 445 108	5 347 925	5 849 164	6 324 454	7 296 601
% de crescimento		-2%	9%	8%	15%
EBIT Ajustado	1 826 349	3 047 458	1 412 279	1 733 847	2 410 456
% de crescimento		67%	-54%	23%	39%
Resultado líquido	3 027 372	3 014 344	3 114 902	3 220 275	3 329 200
% de crescimento		0%	3%	3%	3%

Tabela 9 - Quadro resumo dos principais números e indicadores

2.1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PREVISIONAIS

Todos os elementos económicos e financeiros, bem como de atividade, apresentados no presente documento, correspondem às melhores previsões da empresa, sendo suportadas no EVEF (que constitui o anexo III do contrato de concessão) e no Orçamento para 2025.

As Demonstrações Financeiras apresentadas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, e de acordo com a estrutura conceptual ("Framework for the Preparation and Presentation of Financial Statements"), Normas Internacionais de Contabilidade e de Relato Financeiro (IAS/IFRS) e normas interpretativas (SIC/IFRIC), tal como adotadas pela União Europeia, aplicáveis a 1 de janeiro de 2015.

O PAO agora apresentado incorpora já as alterações derivadas da implementação da IFRS 16 a 1 de janeiro de 2019, que estabelece os princípios aplicáveis ao reconhecimento, à mensuração, à apresentação e à divulgação das locações e requer que os locatários contabilizem todas as locações nos respetivos balanços, de acordo com um modelo único, semelhante ao previsto atualmente na IAS 17 para as locações financeiras. A implementação da IFRS 16 tem impacto ao nível da Demonstração de Resultados nas contas de Fornecimentos e Serviços Externos - Aluguer de viaturas, Amortizações de equipamento de transporte, Amortizações de Licenças (intangíveis) e Gastos Financeiros ao nível da Demonstração da Posição Financeira, nas contas de Ativos sob direito de uso (custo de aquisição), Ativos sob direito de uso (amortizações acumuladas) e Passivos da locação. Os impactos verificados não são significativos em termos dos rácios calculados para monitorizar a otimização da estrutura de gastos operacionais.

2.2. DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA PREVISIONAL

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA PREVISIONAL	2023	2024	2024	2025	2026	2027
Unidade: € mil	REAL	PAO	FI	PAO	ESTIMADO	ESTIMADO
Ativos não correntes	219 895 132	221 474 555	217 483 613	224 814 308	241 073 465	253 666 011
Ativos intangíveis líquidos	148 003 858	148 284 283	145 016 706	148 823 961	162 609 255	172 475 884
Ativos fixos tangíveis líquidos	28 661	27 800	27 169	25 978	24 803	23 628
Ativos sob direito de uso líquidos	156 414	156 001	296 040	1 121 949	922 332	561 919
Outros ativos financeiros	79 989	79 989	79 989	79 989	79 989	79 989
Impostos diferidos ativos	4 807 765	5 039 132	5 206 064	5 612 901	5 946 000	6 138 251
Desvio tarifário ativo	66 306 638	67 627 869	66 471 119	68 890 049	71 491 086	74 386 340
Clientes e outros ativos não correntes	511 807	259 482	386 526	259 482	0	0
Ativos correntes	13 428 300	9 288 637	16 080 283	13 296 737	12 882 384	12 610 742
Inventários	599 954	58 484	47 656	51 469	53 091	54 043
Clientes	7 258 678	5 632 817	8 217 729	7 044 085	6 281 667	6 399 943
Imposto sobre o rendimento do exercício	80 838	0	0	453 952	86 187	160 788
Outros ativos correntes	3 288 156	2 297 236	4 336 381	4 247 131	4 961 339	4 495 868
Outros ativos financeiros	0	0	0	0	0	0
Caixa e seus equivalentes	2 200 673	1 300 100	3 478 517	1 500 100	1 500 100	1 500 100
TOTAL DO ATIVO	233 323 432	230 763 192	233 563 896	238 111 046	253 955 850	266 276 753
Capital social	25 000 000	25 000 000	25 000 000	25 000 000	25 000 000	25 000 000
Reservas e outros ajustamentos	764 832	896 197	916 201	1 066 918	1 222 663	1 383 677
Resultados transitados	44 324 305	46 820 245	47 200 308	50 063 936	53 023 093	56 082 354
Resultado líquido do exercício	3 027 372	2 979 026	3 014 344	3 114 902	3 220 275	3 329 200
Total do capital próprio	73 116 309	75 695 468	76 130 853	79 245 756	82 466 030	85 795 231
Passivos não correntes	150 140 878	140 720 172	143 073 461	136 480 525	127 623 158	114 314 952
Provisões	0	0	0	0	0	0
Empréstimos	56 043 706	50 255 765	50 692 334	44 920 749	38 806 259	32 389 689
Passivos da locação	69 701	11 986	16 136	658 857	463 716	237 866
Fornecedores e outros passivos não correntes	11 280 044	9 818 491	10 864 337	10 464 822	10 068 941	9 676 706
Impostos diferidos passivos	16 008 303	15 917 096	15 871 761	16 133 514	16 399 771	16 670 016
Acréscimos de Gastos do Investimento Contratual	15 313 533	15 086 366	16 348 537	17 040 179	16 611 640	12 058 734
Subsídios ao investimento	51 425 590	49 630 468	49 280 357	47 262 403	45 272 832	43 281 942
Passivos correntes	10 066 045	14 347 552	14 359 582	22 384 765	43 866 662	66 166 571
Empréstimos	5 523 315	8 727 506	6 255 201	17 103 208	36 990 178	60 505 735
Passivos da locação	54 958	88 231	195 617	381 784	386 872	318 961
Fornecedores	1 682 807	3 706 261	4 488 223	3 389 284	4 919 670	3 721 818
Outros passivos correntes	2 804 966	1 622 474	1 841 978	1 510 489	1 569 942	1 620 057
Imposto sobre o rendimento do exercício	0	203 081	1 578 563	0	0	0
Total do passivo	160 206 923	155 067 724	157 433 043	158 865 290	171 489 819	180 481 522
TOTAL PASSIVO + CAPITAL PRÓPRIO	233 323 432	230 763 192	233 563 896	238 111 046	253 955 850	266 276 753

Detalhe trimestral anexo ao presente documento

Tabela 10 - Demonstração da posição financeira previsional

Relativamente ao balanço previsional, entende-se ser de referir que a variação verificada em ativos intangíveis diz respeito ao investimento programado e orçamentado para o triénio 2025 a 2027, encontrando-se a empresa a realizar um conjunto muito significativo de investimentos que visam a resolução de problemas relativos ao tratamento e rejeição de efluentes. Referir ainda que os investimentos em curso e programados dizem respeito aos investimentos previstos no Contrato de Concessão, cuja programação inicial estava concentrada entre 2017 e 2022, tendo-se executado, nesse período, apenas cerca de 50% do investimento previsto. Desta forma, face ao contexto económico e financeiro e ao conjunto de importantes restrições, o mesmo tem-se prolongado significativamente no tempo, coincidindo agora com as intervenções de investimento decorrentes da integração do Município de Setúbal. Sobre esta matéria, destaca-se o já mencionado em maior detalhe no capítulo “1. Plano de investimentos anual e plurianual”.

Importa também destacar e explicitar os montantes previstos em empréstimos, representando um aumento para 2025, situação que se justifica com a necessidade de financiamento do novo ciclo de investimentos programados, conforme melhor explanado no capítulo “1.2 Cobertura financeira dos investimentos (EVEF)”.

2.3. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PREVISIONAL

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	2023	2024	2024	2025	2026	2027
Unidade: Eur	REAL	PAO	EF	PAO	ESTIMADO	ESTIMADO
Prestações de Serviços	23 931 186	27 423 409	28 452 907	28 355 106	29 215 300	29 780 375
Rédito da Construção	3 493 180	8 313 933	3 751 835	11 203 436	22 187 898	22 398 886
Defice/superavit tarifário recup. custo	1 506 676	1 391 121	164 481	2 418 930	2 601 036	2 895 255
Gasto das Vendas/Varição dos Inventários	-530 901	-642 107	-542 594	-604 569	-623 847	-634 775
Gastos da Construção	-3 493 180	-8 313 933	-3 751 835	-11 203 436	-22 187 898	-22 398 886
Margem Bruta	24 906 960	28 172 422	28 074 794	30 169 467	31 192 489	32 040 855
Fornecimentos e Serviços Externos	-10 244 263	-12 539 293	-12 173 731	-12 263 560	-12 152 489	-11 888 037
Gastos com Pessoal ⁽⁴⁾	-4 315 437	-4 937 337	-4 696 384	-5 605 397	-6 080 918	-6 068 924
Amortiz., Depreciações e Reversões do Exercício	-6 882 121	-7 092 491	-7 853 691	-8 302 510	-8 371 988	-8 370 674
Provisões e Reversões do Exercício	0	0	0	0	0	0
Perdas por Imparidade e Reversões	71	0	0	0	0	0
Subsídios ao Investimento	2 112 083	1 951 809	2 135 986	2 017 954	1 989 571	1 990 890
Outros Gastos e Perdas Operacionais	-182 216	-207 683	-215 283	-253 443	-339 714	-495 868
Outros Rendimentos e Ganhos Operacionais	50 031	103 834	76 234	86 653	87 502	88 359
Resultados Operacionais	5 445 108	5 451 261	5 347 925	5 849 164	6 324 454	7 296 601
Gastos Financeiros	-2 295 483	-1 629 616	-1 561 504	-1 878 261	-2 114 088	-2 922 372
Rendimentos Financeiros	237 138	153 155	276 371	178 102	66 076	22 500
Resultados Financeiros	-2 058 345	-1 476 461	-1 285 133	-1 700 159	-2 048 012	-2 899 872
Resultados Antes de Impostos	3 386 763	3 974 801	4 062 792	4 149 005	4 276 442	4 396 729
Imposto do Exercício	-318 455	-1 189 055	-1 583 288	-1 179 186	-1 123 010	-989 535
Imposto Diferido	-40 936	193 280	534 841	145 083	66 843	-77 994
Resultado Líquido do Exercício	3 027 372	2 979 026	3 014 344	3 114 902	3 220 275	3 329 200

Detalhe trimestral anexo ao presente documento

Tabela 11 - Demonstração dos resultados por natureza previsional

O resultado da empresa atinge 3,1 milhões de euros positivos em 2025, crescendo 101 mil euros face à estimativa de fecho de 2024.

Os gastos e os réditos apresentados na Demonstração de Resultados Previsional resultam das atividades planeadas para 2025 e previstas em Contrato de Concessão, sustentado no Estudo de Viabilidade Económico e Financeiro, não se prevendo o lançamento de novas tarefas e atividades que careçam de quantificação e aferição para análise da respetiva sustentabilidade para além da já plasmada nos respetivos contratos e na revisão do EVEF que se encontra em fase de concretização.

O volume de negócios previsto para 2025, expurgado do rédito dos serviços de construção e desvios de recuperação de gastos, apresenta um valor superior ao verificado nos anos de 2021, 2022 e 2023, em resultado do importante crescimento da atividade e da aplicação da tarifa prevista no EVEF atualizada a 2025 para o tratamento de águas residuais, em parte decorrente da entrada em operação da exploração das infraestruturas de Setúbal¹⁸. Relativamente à estimativa para o final de 2024, prevê-se um volume de negócios superior ao previsto no PAO 2024, em virtude da ocorrência de seguintes eventos extraordinários:

- O município da Moita encontra-se a executar uma empreitada com intervenções na respetiva rede de drenagem de águas residuais localizada junto à Estação Elevatória da Moita, explorada e gerida pela SIMARSUL, que tem originado aflúências indevidas ao subsistema de saneamento do Barreiro/Moita, sem que se conheça, à data, detalhes quanto ao âmbito da empreitada. Este acréscimo de caudal regista-se desde setembro 2023 e existe a previsão de que a situação esteja regularizada no início do ano 2025.
- Em setembro de 2023 verificou-se uma alteração no comportamento dos caudais com origem no município do Montijo, afluentes ao Subsistema de Saneamento do Seixalinho, com o aumento do volume de águas residuais recolhidas e tratadas, com origem na entrada de água salgada a montante da Estação Elevatória da Guarda Fiscal. Esta situação foi apenas regularizada no início do mês de maio de 2024, com a intervenção, efetuada pela Câmara Municipal do Montijo, na respetiva rede de drenagem de águas residuais em "baixa", que eliminou a entrada de caudal do rio Tejo neste ponto da rede, permitindo o restabelecimento do histórico dos volumes afluentes registados neste subsistema de saneamento.

A atividade da Empresa é fortemente influenciada pelas condições meteorológicas (anos mais ou menos chuvosos) e pela população servida¹⁹. Como já explanado anteriormente, os nossos modelos técnicos extrapolam os volumes previstos de acordo com a população e as taxas de cobertura em "alta", constituindo a eliminação progressiva de aflúências indevidas pluviais e fluviais também uma preocupação da política pública nacional e comunitária. De referir igualmente que se estima no exercício de 2025 evoluir no melhor conhecimento da rede e infraestruturas que servem o Município de Setúbal, indispensável para estabilizar o entendimento dos volumes associados.

¹⁸ Quando se compara 2024 face a 2021 e 2022.

¹⁹ Residente e flutuante, assim como equivalente populacional associados ao desenvolvimento de atividades económicas.

No que diz respeito às rubricas de gastos prevêem-se para 2025 algumas alterações cuja análise mereceu particular destaque em sumário executivo e se clarifica no capítulo "2. *Melhoria do resultado operacional*", da parte G.

Nos termos dos DL 92_93_94/2015 de 29 de maio, do DL 16/2017 de 1 de fevereiro, do DL 34/2017 de 24 de março e dos contratos de concessão, o Desvio de Recuperação de Gastos ('DRG') calculado em cada ano resulta da diferença verificada, anualmente, entre o resultado líquido da sociedade adveniente da exploração e gestão do sistema e o resultado líquido que resultaria da aplicação das regras de determinação das tarifas necessárias que tem como critério a recuperação dos custos de exploração o investimento e uma remuneração dos capitais próprios e reservas legais. No âmbito desta política contabilística, o reconhecimento do DRG em resultados constitui um rendimento operacional. Afeta assim o RO (EBIT) ou o indicador EBITDA e rácios para os quais este(s) indicador(es) concorra(m). Face a esta especificidade, o Grupo ajusta este indicador, recalculando o mesmo, através da dedução do DRG de cada exercício (real, estimado ou projetado) e consequentemente também os rácios que dele resultem. Em função do referido a empresa, acresceu linha(s) nas Demonstrações Financeiras (DF) apresentadas, de forma a que a informação disponibilizada permita a análise adequada da informação.

Neste sentido, importa destacar que para 2025 se prevê um desvio de recuperação de gastos positivo (défice tarifário), o que demonstra que os rendimentos totais não serão suficientes para cobrirem a totalidade dos custos, incluindo a remuneração acionista.

No que concerne à remuneração acionista importa salientar que nos termos dos Contratos de Concessão a mesma corresponde à remuneração do capital social e reservas, a uma taxa correspondente à rentabilidade das Obrigações de Tesouro portuguesas a 10 anos, correspondente à média dos valores anuais dos últimos quinze anos das respetivas taxas de rentabilidade após a exclusão das três observações anuais mais altas e das três mais baixas. A remuneração do Capital Social é ainda acrescida de um máximo de 3 pontos percentuais, sendo essa remuneração devida desde a data da realização do capital social.

De acordo com o IFRIC 12 – Contratos de concessão, a construção da infraestrutura pelo operador constitui um serviço que é prestado ao Concedente, distinto do serviço de operação e manutenção, e que, como tal deverá por esta, ser remunerado. O rédito da atividade de construção deve ser reconhecido de acordo com o IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes. No entanto, e na aplicação da IFRIC 12 é assumido que não existe margem na construção, uma vez que esta atividade é subcontratada externamente a entidades especializadas, transferindo os riscos e os retornos a um terceiro (que constrói), pelo que o rédito e os gastos associados à construção são de igual montante. Não obstante o acima exposto, os rendimentos de construção e os gastos associados são registados na demonstração dos resultados do exercício atendendo ao disposto na IFRIC 12.

Em função do referido a empresa, acresceu linha(s) nas DF apresentadas, de forma que a informação disponibilizada permita a análise adequada da informação.

Afeta assim o indicador EBITDA e rácios para os quais este(s) indicador(es) concorram. Face a esta especificidade, o Grupo ajusta este indicador, recalculando o mesmo, através da dedução da IFRIC 12 de cada exercício (real, estimado ou projetado). Consequentemente também os rácios que dele resultem.

Os subsídios relacionados com ativos (para investimentos) são reconhecidos quando existe uma segurança razoável que o subsídio será recebido e que o Grupo AdP cumprirá as obrigações inerentes ao seu recebimento. Os subsídios para investimento relativos à aquisição e/ou construção de ativos fixos tangíveis e/ou intangíveis são incluídos nos passivos não-correntes e são creditados na demonstração dos resultados com base no mesmo método da depreciação dos ativos subjacentes.

Afeta assim o indicador EBITDA e rácios para os quais este(s) indicador(es) concorram. Face a esta especificidade, o Grupo ajusta este indicador, recalculando o mesmo, através da dedução dos subsídios ao investimento de cada exercício (real, estimado ou projetado). Consequentemente também os rácios que dele resultem.

Em função do referido a empresa, acresceu linha(s) nas DF apresentadas, de forma que a informação disponibilizada permita a análise adequada da informação.

Relativamente ao não acolhimento das orientações financeiras, conforme descritas no capítulo seguinte “G. Orientações financeiras da Direção Geral do Tesouro”, no que concerne aos gastos operacionais e redução de endividamento e iremos ao longo do presente relatório explicar as estimativas de gastos efetuadas e os motivos pelos quais não se verifica o acolhimento destas orientações, bem como solicitar a respetiva autorização para a aceitação dos gastos orçamentados por corresponderem aos valores mínimos considerados necessários.

De referir, no entanto, que:

- todos os gastos foram estimados para garantir a qualidade do serviço prestado e o cumprimento de toda a legislação aplicável;
- o aumento de algumas rubricas de gastos com fornecimentos e serviços externos está relacionado com o crescimento dos preços de mercado, com as necessidades de cumprimento de obrigações legais, com o desempenho ambiental, com a segurança e gestão de risco e com fatores geopolíticos.

No que diz respeito aos Gastos com Pessoal, esta matéria é explorada em detalhe no ponto “2.4. Gastos com Pessoal” do capítulo seguinte.

2.4. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA PREVISIONAL

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	2023	2024	2024	2025	2026	2027
MANTÁVEL Em	REM	PAO	CF	PAO	ESTIMADO	ESTIMADO
Atividades operacionais						
Recebimentos de clientes	24 941 296	31 463 849	29 689 698	31 412 870	31 789 688	31 457 137
Pagamentos a fornecedores	-12 100 836	-16 324 482	-11 818 451	-17 097 914	-15 805 966	-15 468 952
Pagamentos ao pessoal	-3 362 214	-3 627 769	-3 870 940	-4 141 009	-4 339 286	-4 345 420
Fluxo gerado pelas operações	9 478 246	11 511 598	14 000 307	10 173 947	11 644 436	11 642 765
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento	-577 191	-964 305	-13	-1 578 563	453 952	86 187
Outros recebimentos/pagamentos relativos à atividade operacional	-885 794	1 446 597	-2 216 147	-560 575	521 271	1 190 970
Fluxo gerado por outras atividades operacionais	-1 462 984	482 292	-2 216 160	-2 139 138	975 223	1 277 157
Fluxo de atividades operacionais	8 015 262	11 993 890	11 784 147	8 034 809	12 619 659	12 919 922
Atividades de investimento						
Recebimentos provenientes de:						
Investimentos financeiros	2 341 827	-	-	-	-	-
Juros e Rendimentos Similares	-	-	9 672	-	-	-
Subsídios de investimento	-	-	-	-	-	-
Outros ativos	-	-	-	-	-	-
Fluxo dos recebimentos da atividade de investimento	2 341 827	-	9 672	-	-	-
Pagamentos respeitantes a:						
Investimentos financeiros	-	-	-	-	-	-
Ativos fixos tangíveis e intangíveis em curso	-3 363 695	-7 834 192	-2 821 744	-13 635 536	-23 635 751	-26 309 832
Ativos intangíveis	-	-399 515	-1 548 453	-399 515	-395 881	-392 235
Outros ativos	-	-2 671	-3 368	-16 752	-34 073	-25 643
Fluxo dos pagamentos de atividades de investimento	-3 363 695	-8 236 378	-4 373 566	-14 051 803	-24 065 705	-26 727 710
Fluxo de atividades de investimento	-1 021 868	-8 236 378	-4 363 894	-14 051 803	-24 065 705	-26 727 710
Atividades de financiamento						
Recebimentos provenientes de:						
Empréstimos obtidos	-	2 214 284	847 661	45 286 007	211 798 857	486 820 559
Outras operações Financiamento	-	14 625	230 510	1 059 654	214 007	46 609
Fluxo dos recebimentos da atividade de financiamento	-	2 228 909	1 078 171	46 345 661	212 012 864	486 867 168
Pagamentos respeitantes a:						
Empréstimos obtidos	-5 141 000	-5 523 315	-6 225 246	-40 343 808	-198 492 553	-470 516 427
Empréstimos obtidos (CP)	-	-	-	-	-	-
Juros e gastos similares	-1 898 568	-1 674 626	-874 627	-1 752 760	-1 687 080	-2 219 458
Outras operações Financiamento	-57 802	-86 862	-120 706	-210 515	-387 186	-323 494
Fluxo dos pagamentos de atividades de financiamento	-7 097 370	-7 284 803	-7 220 579	-42 307 084	-200 566 818	-473 059 380
Fluxo de atividades de Financiamento	-7 097 370	-5 055 894	-6 142 409	4 038 577	11 446 046	13 807 788
Variações de caixa e seus equivalentes	-103 976	-1 298 382	1 277 844	-1 978 417	-	-0
Caixa e seus equivalentes no início do período	2 304 649	2 598 482	2 200 673	3 478 517	1 500 100	1 500 100
Caixa e seus equivalentes no fim do período	2 200 673	1 300 100	3 478 517	1 500 100	1 500 100	1 500 100

Detalhe trimestral anexo ao presente documento

Tabela 12 - Demonstração dos fluxos de caixa previsional

A AdP- Águas de Portugal, SGPS, S.A. tem solicitado nos últimos anos à Secretaria de Estado do Tesouro a dispensa parcial do cumprimento do Princípio de Unidade de Tesouraria do Estado, tendo como base de fundamentação a necessidade de algumas Empresas do Grupo Águas de Portugal terem de recorrer a linhas de financiamento de curto, médio e longo prazo.

Desta forma, o pressuposto subjacente ao presente plano de orçamento e atividades assenta no princípio de que em 2025 o regime de exceção será solicitado e que o mesmo continuará a merecer acolhimento pelo titular da função acionista.

As fontes de financiamento da empresa são constituídas por linhas de suprimento e apoio de tesouraria do acionista, Banco Europeu do Investimento e pela tarifa praticada aos utilizadores do sistema.

As variações das rubricas da demonstração de fluxos de caixa previsional resultam do processo orçamental que reflete a atividade corrente, de investimento e financeira projetada para 2025 não se prevendo variações significativas para além das variações justificadas no documento Plano de Atividades e Orçamento para 2025.

Notas Explicativas dos fluxos de caixa das atividades operacionais 2025 -2027

- Demonstram os recebimentos e os pagamentos efetuados com as atividades operacionais. Ao analisar as rubricas com maior expressão podemos observar a estabilização dos recebimentos de clientes em resultado do cumprimento, pela maioria dos clientes, dos prazos de pagamento;
- As estimativas de "Recebimentos de Clientes" para o triénio 2025-2027 foram elaboradas tendo por base as condições contratuais e o histórico de cada utilizador municipal e clientes diretor, conjugados com a evolução prevista do volume de negócios.
- Os pagamentos refletem a atividade operacional da empresa e o nível de investimento previsto para os anos em análise, bem como os prazos de pagamento contratualmente previstos e resultantes dos processos de contratação pública;
- As estimativas dos "Pagamentos a fornecedores" tiveram por base as atividades operacionais previstas para o triénio em análise e o cumprimento do prazo médio de pagamento a fornecedores.

Notas explicativas dos fluxos de caixa das atividades de investimento 2025 - 2027

- Demonstram os valores que resultam do Plano Anual de Investimentos da SIMARSUL. O incremento no investimento previsto tem como consequência um aumento nos fluxos de pagamento das atividades de investimento. Conforme se pode verificar na rubrica de pagamento de ativos intangíveis, o ano de 2025 continuará a ser marcado pela execução dos investimentos previstos em contrato de concessão.
- Para o triénio 2025-2027 não está prevista a possibilidade de recurso a candidaturas a fundos comunitários/nacionais ou o recurso a ativos financeiros detidos pela empresa para este efeito.

Notas explicativas dos fluxos de caixa das atividades de financiamento 2025 - 2027

- Demonstram os valores que resultam dos pagamentos de juros de empréstimos BEI e respetivas amortizações, bem como dos financiamentos de curto prazo junto da banca comercial ou suprimentos acionistas para fazer face a necessidades de tesouraria

Notas explicativas dos fluxos de caixa

- O fluxo de caixa foi elaborado no pressuposto de manutenção de um fundo fixo de caixa e seus equivalentes de 1,5 milhões de euros, para suprir as principais necessidades mensais.

3 RECURSOS HUMANOS

3.1. INTRODUÇÃO

A SIMARSUL partilha as políticas do Grupo AdP na gestão de recursos humanos, alinhadas com os seus objetivos estratégicos e em cumprimento das orientações da tutela e da moldura legal vigente aplicável ao setor empresarial do Estado.

A alteração de paradigma e abordagem que o setor atravessa e os tempos complexos e de elevada incerteza que vivemos, coincidem com a erosão de um período exigente, designadamente das condições em que foi possível operar a cisão, e de um projeto que vai assinalar 20 anos. Também é hoje mais evidente o impacto do importante aumento de atividade decorrente da integração plena do município de Setúbal ao nível de vários segmentos organizacionais de suporte, que assim ampliam um conjunto de fragilidades da organização, em especial a necessidade de assegurar a adequada dotação de trabalhadores como forma também de responder à aproximação do período de reforma. A necessidade de continuar a adequar o capital humano da Empresa a mudanças significativas, mesmo transformacionais, vai assim continuar a exigir iniciativas em vários domínios, num ciclo que se perspetiva continuar a comportar um desafio de motivação, reforçado pela necessidade de contrariar sinais naturais de cansaço e algum desânimo.

Esta circunstância associada a uma maior rotação de trabalhadores e dificuldades de admissão, em particular em áreas de maior procura²⁰, justificam um conjunto sério de dificuldades, que prejudicam o desenvolvimento de projetos e iniciativas estratégicas.

É neste contexto que é também imperioso dar continuidade ao processo de valorização remuneratória, atento o agravamento mais recente decorrente da pressão inflacionista, promover a maior participação nas decisões, assim como continuar a retirar alguma pressão à organização, bem como promover uma agenda de bem-estar em articulação com a estratégia de sustentabilidade e responsabilidade social.

Os resultados preliminares apurados na sequência da estabilização no seio da Empresa da iniciativa do Grupo Águas de Portugal da revisão crítica do dimensionamento de recursos humanos, veio confirmar o conjunto de limitações, a que acrescem a ausência de soluções de substituição de um conjunto de funções críticas, perante crescentes exigências em antigos e novos domínios, numa entidade gestora cujo processo de sucessão tem mesmo que ser planeado.

3.2. CONCLUSÃO DO ROBUSTECIMENTO DA ESTRUTURA

Neste sentido, e em linha com a versão estabilizada do estudo de viabilidade económica e financeira, o presente Plano recupera a proposta de robustecimento da estrutura de pessoal, originalmente apresentada no PAO 2024-2026, destinada a suportar os aumentos de atividade e desenvolvimentos que a Empresa registou e tem perspetivado, bem

²⁰ A título de exemplo apenas no quarto concurso, com admissão no início de junho, foi possível admitir um técnico superior para a área de sistemas de informação inicialmente previsto para 2022, assim como temos registado dificuldades na admissão de técnicos de manutenção.

como fazer face aos principais desafios com que nos confrontamos. A este respeito recordamos que a proposta de PAO 2024-2026 previa, um reforço de 15 trabalhadores devidamente fundamentada e detalhada, conforme salientado no ponto 3.7 do Relatório de Análise n.º 4/2024, de 8 de janeiro. Desta proposta, veio apenas a ser autorizada a contratação de oito trabalhadores, circunstância que justifica a renovação dos pedidos ainda não autorizadas, em face da priorização adotada, que sistematizamos no quadro seguinte.

Enquadramento/Segmento/Função	2024	2025
Centro de Comando de Operações		
• Dir. Operações/CCO	2	3
Estudo de dimensionamento		
• Dir. Infraestruturas/Manutenção Interna	1	0
• Recursos Humanos	1	0
• Sistemas e Tecnologias de Informação	0	1
• Comunicação e Educação Ambiental	1	0
• Dir. Adm. Financeira/Contabilidade	0	1
• Dir. Adm. Financeira/Compras	1	0
• Sustentabilidade e Responsabilidade Social	1	0
• Dir. Infraestruturas/Gestão de Ativos	0	1
• Planeamento e Controlo de Gestão	1	0
• Inovação	0	1
Total...	8	7

O enquadramento, por função, e respetiva fundamentação, relativamente à totalidade do plano, apresenta-se como se segue²¹:

- a) **Centro de Comando de Operações**, ou CCO, a implementação de um CCO, juntamente com a substituição do sistema de telegestão, e reforço da sensorização e monitorização, constituem instrumentos centrais de operacionalização da nossa estratégia de negócio²², designadamente de resposta aos desafios de aumento da fiabilidade e maior antecipação de fenómenos, fortemente associado ao reforço da aposta na digitalização. O propósito é então de visão, supervisão e operação de infraestruturas, numa perspetiva pluridisciplinar com valências em supervisão, monitorização, telecomando, vigilância dos processos operacionais e infraestruturas, que, num segundo momento, deverá evoluir para a integração de informação ao público e notificação a clientes e utilizadores (p.e. interrupções de serviço por avaria e ou limpeza), passíveis de gestão local e ou centralizada.

Trata-se de uma alteração muito relevante no modelo de operação, com importantes expetativas a prazo de também responder a um conjunto de limitações de trabalhadores particularmente evidentes em períodos de férias e outras ausências.

²¹ Não essencial, apresentada na proposta de PAO 2024-2026.

²² Que passam em muito pelo aumento da fiabilidade do nosso serviço, seja por via da produção e fornecimento de ApR, da valorização de lamas, ou da revisão da Diretiva das Águas Residuais Urbanas, em simultâneo muito associada também ao aumento da eficiência.

É com o sentido de melhorar a capacidade de acompanhamento e otimizar a exploração e gestão do Sistema, e dar sequência à conclusão do investimento de centralização do Sistema de Monitorização, Automação, Supervisão e Telegestão, e também de segurança, que se pretende proceder à contratação de uma equipa de 5 *FTE* destinados a um centro de despacho. Em simultâneo, a Empresa irá iniciar a todo o momento um trabalho de reavaliação do modelo de organização do trabalho das operações no sentido de o adaptar a esta nova realidade. Deste exercício de reflexão em termos de otimização operacional proceder-se-á a uma confirmação do respetivo dimensionamento. Sem prejuízo do exposto, o Estudo sugere uma referência deste segmento em torno dos 82 *FTE*, pretendendo-se com a presente proposta de admissão virmos a dispor em 2025 de uma equipa de 79 *FTE*. Em suma, para a área operacional serão admitidos mais 5 *FTE*, dos quais, previsivelmente 2 *FTE* ainda em 2024 e 3 *FTE* em 2025.

- b) **Comunicação e Educação Ambiental**, constituindo a articulação da Empresa com a Sociedade e as Comunidades um vetor essencial da estratégia de resposta ao atual contexto climático e de desenvolvimento do setor, com forte impacto na elevação da eficiência operacional, o que conjugado com o aumento de atividade, tornam evidente a necessidade de um aumento da nossa capacidade de intervenção através de uma equipa de 3 *FTE*²³, de acordo com estudo de dimensionamento efetuado pela Korn Ferry para o Grupo AdP (doravante Estudo), circunstância que é igualmente crítica para garantir a retenção de conhecimento especializado de um segmento de relevância acrescida. É com base no exposto que integrámos uma proposta de aumento de 1 *FTE* para 2024, que temos expectativa de admitir a todo o momento, de modo a passar para dois *FTE*, uma equipa atualmente composta por um único *FTE*.
- c) **Sustentabilidade e Responsabilidade Social**, decorrente da integração de Setúbal, temos como conveniente o reforço desta equipa de modo a permitir o acompanhamento adequado de mais trabalhadores em mais infraestruturas, no domínio da higiene e segurança no trabalho, aproveitando-se também para perspetivar a diminuição de parte do *outsourcing* contratado. A este respeito importa também relevar as crescentes exigências regulatórias de certificação dos sistemas, designadamente o Sistema de Gestão de Energia de acordo com a ISO 50 001, bem como os desafios crescentes em integrar e desenvolver a problemática da gestão de risco e da continuidade das operações. O Estudo sugere um intervalo de referência deste segmento entre 4 a 6 *FTE*, pretendendo-se com a proposta de admissão de um técnico superior, dispormos ainda em 2024, de uma equipa de 3 *FTE*.
- d) **Sistemas e Tecnologias de Informação**, para melhor responder à dinâmica da atividade e reforço da aposta na digitalização, bem como elevar o desempenho, a SIMARSUL tem um importante parque de sistemas e tecnologias de informação e comunicação, designadamente no domínio da monitorização, automação, supervisão e telegestão²⁴, de suporte às operações, cuja criticidade e crescentes exigências de acompanhamento,

²³ Full-Time Equivalent ou Equivalente a Tempo Integral (ETI).

²⁴ A título de exemplo, concluímos em 2024 um investimento total neste domínio de 1,3 milhões de euros.

designadamente em termos de cibersegurança, em parte associadas também a imperativos legais, impõem o robustecimento da equipa interna, atualmente composta apenas por 1 FTE, as dificuldades de contratação de um técnico²⁵, autorizada no âmbito da aprovação do PAO 2022, remeteram para 2025 o retomar o processo de adequado dimensionamento. Também a aproximação do período de reforma do atual quadro acentua a indispensabilidade deste reforço, numa área fortemente especializada. O Estudo sugere um intervalo de referência deste segmento entre 3 a 4 FTE, pretendendo-se com a proposta de admissão de um técnico superior virmos a dispor em 2025 de uma equipa de 3 FTE.

- e) **Inovação**, a Empresa dispõe de antecedentes de participação em projetos estratégicos de inovação, designadamente, os associados à monitorização do estuário do Tejo²⁶ e o SARS Control²⁷. Sendo consensual a importância da inovação no combate às alterações climáticas e outros desafios que enfrentamos, entendemos como indispensável dispormos de um técnico superior dedicado que dinamize, internamente e com entidades externas, incluindo o Comité especializado no seio do Grupo Águas de Portugal, a identificação de oportunidades de implementação de projetos de inovação no território servido pela Empresa. A recente substituição da plataforma de suporte à telegestão, com a introdução do conceito de *big data* das operações, vem aumentar de forma significativa e acessível, um conjunto massivo e complexo de dados, em vários domínios, que permitem alavancar o desenvolvimento de um conjunto de iniciativas em vários domínios centrais da nossa atividade. O Estudo sugere um intervalo de referência deste segmento organizacional e do planeamento e controlo de gestão entre 5 a 6 FTE, pretendendo-se com as propostas de admissão virmos a dispor em 2025 de um total de 4 FTE. Em suma, a área de inovação passará a dispor de 1 FTE.
- f) **Gestão de ativos**, igualmente associado ao aumento de atividade, mas também ao cumprimento de novos requisitos legais e regulatórios, visando um maior acompanhamento no sentido da melhoria da resposta enquanto entidade gestora de um serviço essencial e de infraestruturas críticas, insere-se a previsão de reforço da equipa de gestão de ativos de 1 para 2 técnicos superiores, permitindo também virmos a dispor de capacidade interna para a manutenção de um conjunto de plataformas, designadamente o sistema de informação geográfica. O Estudo sugere um intervalo de referência deste segmento organizacional e de engenharia de obra entre 11 a 16 FTE, pretendendo-se com as propostas de admissão virmos a dispor em 2025 de um total de 9 FTE. Em suma, a área de gestão de ativos passará a dispor de 2 FTE.

²⁵ Só concretizada no 4.º anúncio.

²⁶ Importante não apenas para evidenciar a evolução do impacto das intervenções nas massas de água, como também contribuir para suportar discussões por parte do Estado português em domínios como a revisão da Diretiva das Águas Residuais Urbanas.

²⁷ Com o objetivo compreender o comportamento do vírus SARS-CoV-2 ao longo da cadeia de tratamento de águas residuais urbanas (fase líquida e fase sólida), avaliar em que medida as ETAR constituem barreiras eficazes à viabilidade e disseminação do vírus, e avaliar os impactos, diretos e indiretos, na saúde pública e na saúde dos ecossistemas, dos fluxos gerados nas ETAR.

- g) **Planeamento e Controlo de Gestão**, também decorrente do aumento de atividade e da necessidade de garantir o cumprimento de um conjunto crescente de requisitos de reporte e os desenvolvimentos da regulação económica, designadamente em termos de aprofundamento de áreas associadas à contabilidade de gestão e indutores de custos, num domínio muito especializado em que a substituição exige um período de adaptação significativo. O Estudo sugere um intervalo de referência deste segmento e de inovação entre 5 a 6 *FTE*, pretendendo-se com as propostas de admissão virmos a dispor em 2025 de um total de 4 *FTE*, dos quais é nossa perspetiva, que a área de planeamento e controlo de gestão passará a dispor de 3 *FTE* ainda em 2024.
- h) **Recursos Humanos**, também decorrente do aumento de atividade e da necessidade de garantir o cumprimento de um conjunto crescente de requisitos de reporte, pretende-se o reforço da equipa de recursos humanos atualmente composta por duas técnicas, uma superior, com uma chefia. O Estudo sugere um intervalo de referência deste segmento entre 2 a 3 *FTE*, pretendendo-se com a proposta de admissão de um técnico superior virmos a dispor, ainda em 2024, de uma equipa de 3 *FTE*.
- i) **Financeira**, para reforçar os segmentos de compras e logística e de contabilidade, também decorrente do aumento de atividade e da necessidade de cumprimento de um conjunto crescente de requisitos legais e de regulação, pretende-se o reforço das respetivas equipas em mais um técnico superior. O Estudo sugere um intervalo de referência destes segmentos entre 9 a 13 *FTE*, pretendendo-se com as propostas de admissão virmos a dispor em 2025 de um total de 9 *FTE*, dos quais, é nossa perspetiva, ainda em 2024, contratar reforçar o segmento de compras.
- j) **Manutenção**, a Empresa tem identificado há algum tempo a necessidade de dispor de mais uma equipa dedicada à manutenção preventiva, circunstância que se tornou mais premente pelo aumento de atividade decorrente da integração das infraestruturas do município de Setúbal. O Estudo sugere um intervalo de referência deste segmento em redor dos 42 *FTE*, pretendendo-se com as propostas de admissão de um *FTE* virmos a dispor em 2024 de um total de 17 *FTE* na equipa interna a que acrescem 16 *FTE* em *outsourcing*. Em suma, para a área de manutenção já foi admitido mais 1 *FTE*.

3.3. EVOLUÇÃO NA ESTRATÉGIA DE MANUTENÇÃO

A estratégia de manutenção da SIMARSUL foi desenvolvida, à semelhança de parte das demais filiais operacionais do Grupo Águas de Portugal, numa lógica de desenvolvimento da manutenção através de equipas internas, na designada manutenção preventiva e corretiva geral, envolvendo as rotinas de operação para atividades de manutenção de 1.º nível, complementada pela subcontratação de especialidades que não justificavam, nem técnica nem economicamente, o aumento da estrutura orgânica, como por exemplo, sistemas de UV²⁸, centrifugas, tamisadores, geradores, parte de bombas, instrumentação, cogeração, postos de transformação e serralharias.

²⁸ Ultravioleta.

Com esta estratégia pretende-se potenciar a acumulação de conhecimento e capacidade de prontidão compatível com exigências de serviço, relativamente às quais o nível de controlo e compromisso são também determinantes.

A dotação da equipa interna de manutenção preventiva e corretiva foi originalmente planeada por etapas, de acordo com a implementação da solução técnica. A coincidência com o período de fortes restrições financeiras não veio a permitir completar a dotação inicialmente prevista, entrando-se num período de fortes dificuldades em responder adequadamente às solicitações de intervenção, com progressiva constituição de um passivo de manutenção.

Não sendo viável o reforço da equipa interna, e após um período de acumulação de um sério passivo no estado funcional das infraestruturas, as dificuldades começaram a ser atenuadas com o lançamento de um primeiro contrato de *outsourcing* de manutenção preventiva e corretiva em 2019, a que seguiu em 2022 uma nova contratação que cessa a 31 de julho de 2025.

Perante a aproximação do término deste contrato, desenvolvemos internamente uma reflexão, ponderando cenários alternativos.

Desde logo importa salientar os antecedentes de dificuldades e a importância para o nosso desempenho de uma estrutura adequada de manutenção preventiva e corretiva, seja em termos de qualidade, seja em termos de disponibilidade, numa altura em que mesmo os ativos construídos da concessão registam uma vida útil significativa.

Um conjunto de desenvolvimentos de contexto têm vindo a impor pressões acrescidas na gestão do atual contrato de *outsourcing* da manutenção preventiva e corretiva, em parte comum à que também sentimos, designadamente:

- a) A necessidade de alinhamento com os desenvolvimentos em sede dos Acordos Coletivos de Trabalho e evolução da remuneração mínima mensal garantida.
- b) A necessidade de estabilização do enquadramento remuneratório em moldes compatíveis com a dinâmica do território, de modo a conseguir uma razoável estabilidade do quadro de trabalhadores internos ou dos subcontratados.
- c) A manifestação preliminar do desequilíbrio do contrato por parte do atual prestador de serviços, solicitando atualização de valor mensal para 33,0 m€, tornando evidente que a aposta não se tem relevado sustentável. A respeito deste procedimento concursal importa referir ainda que a outra proposta rececionada em 2022, que foi excluída por exceder o preço base, por parte do anterior prestador de serviços, apresentava um valor mensal de 36,68 m€ (preços 2022), dos quais a parcela de meios humanos ascendia a 29,5 m€.

Tendo por base o nosso melhor conhecimento, construímos um conjunto de cenários alternativos, focando-nos na parcela de meios humanos do contrato, que corresponde a mais de $\frac{3}{4}$ do respetivo valor, que se sistematiza como se segue:

	As Is	Perspetiva de Revisão e novo contrato	Insourcing Ano Cruzeiro
Outsourcing (€)	249 480	372 000	261 811
FTE operacionais de manutenção (#)	11	11	8
Trabalhadores Internos Afetos (€)	36 498	36 498	-
Total...	285 978	408 498	261 811

Tabela 13 - Outsourcing Manutenção - As Is vs Insourcing

Assim, torna-se evidente que, o cenário atual, com um valor mensal de 20.790 euros, revela-se sem qualquer perspetiva de continuidade, sendo mais provável que este valor evolua para valores na ordem dos 31.000 euros por mês, tendo em conta que está associado a remunerações não compatíveis com a realidade do território, do mercado e mesmo do Grupo, circunstância que tem originado um desempenho totalmente insustentável para qualquer uma das partes.

A este respeito importa ainda salientar que, a manutenção de situações análogas revela-se de complexidade crescente face ao reforço do modelo de acompanhamento, ao crescente escrutínio e compromissos de responsabilidade social, com riscos que não podem ser negligenciados.

Neste contexto, retomámos ainda a ponderação da estratégia inicial, de reforço da equipa interna de manutenção preventiva e corretiva, através da admissão de 8 trabalhadores, apostando num quadro remunerado dentro da realidade atual e regional para ano cruzeiro com equipa de dois, constituída por um técnico C e um técnico B.

Os cenários construídos permitem assim evidenciar que, apenas em cenário de *insourcing* é possível virmos a contrariar a tendência muito provável de forte aumento de encargos, na ordem dos 43%, podendo-se mesmo admitir, uma diminuição de encargos na ordem dos 9% face à situação atual, para o que também contribui a transferência de um trabalhador atualmente afeto à gestão do contrato para uma equipa operacional.

Este cenário toma em consideração a experiência recolhida com os mais recentes contratos e a aposta numa maior produtividade, decorrente da capacidade acrescida de acompanhamento que tem vindo a ser desenvolvida, como do compromisso dos nossos trabalhadores com o projeto.

Uma análise crítica permite-nos ainda evidenciar o seguinte em termos de Prós e Contras:

Prós	Oportunidade de retenção, através da valorização de trabalhadores existentes, particularmente crítico quando nos aproximamos de um desafio de sucessão e renovação, através designadamente da entrada de nova geração (possibilidade de saída de 4 FTE até 2030).
	Perspetiva de maior previsibilidade, capacidade de acompanhamento e articulação com o plano de desenvolvimento estabelecido para a gestão de ativos.
	Potencial de melhoria da produtividade, em parte também devido à maior estabilidade no quadro e ainda por via da supervisão integrada e do controlo logístico no Sistema.
	Sinergias/escala e libertação de funções em sobreposição, através da reafetação de recurso interno atualmente afeto ao acompanhamento do outsourcing.
	Garantias acrescidas de qualidade, seja por via do maior compromisso e acumulação do conhecimento dos trabalhadores internos, seja pela estabilização e perspetiva de carreira.
	Garantias acrescidas de flexibilidade na utilização dos recursos para respostas às solicitações, em qualquer infraestrutura do Sistema e em situações de ausências, designadamente por baixa e por férias.
	Eliminação dos sérios riscos associados ao atual contrato.
Contras	Aumento do quadro de trabalhadores.
	Incerteza associada ao enquadramento remuneratório atual do Grupo AdP.

É com base na presente avaliação que integramos uma proposta de reforço de oito trabalhadores para a equipa interna de manutenção preventiva e corretiva, com o enquadramento acima exposto. Da revisitação da estratégia de manutenção e consolidação do respetivo modelo de organização do Departamento de Manutenção, através de um técnico sénior em cada equipa de manutenção com amplos poderes de supervisão e autonomia, implica a necessidade de acordo com o disposto nos Acordos Coletivos de Trabalho, de promoção de um técnico B de manutenção, com histórico relevante e desempenho favorável, como verificando-se que cumpre neste momento os requisitos de técnico C, suscitando por conseguinte a sua passagem do nível K4 para H2, circunstância que se revela de indispensável para a sua retenção e motivação para o processo que se pretende desenvolver em meados de 2025.

3.4. QUADRO DE RECURSOS HUMANOS

Junto se dá nota do universo dos recursos humanos da empresa e da respetiva evolução prevista para o triénio:

Quadro de Pessoal	2023 REAL	2024 PAO	2024 EF	2025 PAO	2026 ESTIMADO	2027 ESTIMADO
Órgãos Sociais (A) (B)	12	12	12	12	12	12
Pessoal	120	144	133	148	156	158
Total	132	156	145	160	168	170

(A) Engloba Mesa da Assembleia Geral, Conselho Fiscal, Conselho de Administração e ROC
 (B) Detalhe trimestral anexo ao presente documento

Quadro de Pessoal	2023 REAL	2024 PAO	2024 EF	2025 PAO	2026 ESTIMADO	2027 ESTIMADO	Var. 2025 / 2024 Valor	Var. 2025 / 2024 %
Nº Total RH (OS + Cargos de Direção + Trabalhadores)	132	155	145	160	168	170	15	10,3%
Nº de Órgãos Sociais (OS) (número)	12	12	12	12	12	12	-	0,0%
Nº de Cargos de Direção sem OS. (número)	3	3	3	3	3	3	-	0,0%
Nº de Trabalhadores sem OS. e sem Cargos de Direção (nº)	117	141	130	145	153	155	15	11,5%

Detalhe trimestral anexo ao presente documento

Tabela 14 - Quadro de recursos humanos



PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO 2025

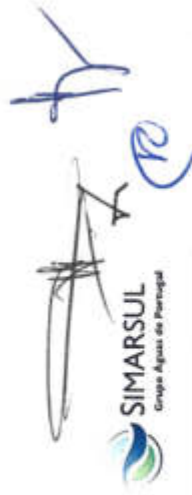
No que concerne à evolução do quadro de pessoal da empresa entre os exercícios de 2023 e 2024, resume-se no quadro abaixo os movimentos ocorridos para melhor entendimento:

Grupo Profissional	Situação a 31.12.23 (reformas + outros)	Movimento de Pessoal - 2024					Situação a 31.12.24
		Saídas esperadas (reformas + outros)	Trabalhadores assistidos por mobilidade cedência / renja	Autorizações de reconhecimento concedidas em anos anteriores	Substituições de saída (obriga a entrada) por base da carreira	Entradas no abrigo do Programa Zero (neutralidade / limas)	
	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)		
Órgãos sociais	12	-	-	-	-	12	
Cargos de direção (s/ Os)	3	-	-	-	-	3	
Técnico Superior	32	-	8	-	-	40	
Técnico	21	-	3	-	2	26	
Técnico Operativo	64	-	-	-	-	64	
TOTAL	132		11		2	145	

Tabela 1.5- Movimento do pessoal - 2024

Damos nota de que, no segundo semestre de 2023, verificaram-se duas saídas, as quais, à data de 30 de junho de 2024, não tinham sido ainda substituídas, estimando-se que tal ocorra até ao fecho do ano, conforme se demonstra no capítulo "3.2. Quadro de Recursos Humanos".

Ao nível do quadro de pessoal da empresa, prevê-se que o ano de 2025 termine com mais 15 trabalhadores do que o ano de 2024.



PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO 2025

Relativamente às alterações na estrutura de pessoal da SIMARSUL previstas, verificam-se as seguintes alterações de 2024 para 2025:

Grupo Profissional	Situação 31/12/24		Situação 01/01/2025		Movimento de Pessoal 2025						Situação 31/12/25		
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)		(11)	(12)
Órgãos sociais	12	56	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12
Cargos de direção (e/ OS)	3	34	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3
Técnico Superior	32	43	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	46
Técnico	21	26	5	1	-	-	-	-	-	-	-	-	35
Técnico Operativo	64	50	9	3	-	-	-	-	-	-	-	-	64
TOTAL	132	109	15	4	1	3	3	3	3	3	3	3	160

Tabela 16 - Movimento de pessoal – 2025

Grupo Profissional	Situação 31/12/25		Movimento de Pessoal 2026						Situação 31/12/26	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)		
Órgãos sociais	12	-	-	-	-	-	-	-	-	12
Cargos de direção (e/ OS)	3	-	-	-	-	-	-	-	-	3
Técnico Superior	46	-	-	-	-	-	-	-	-	50
Técnico	35	1	-	-	-	-	-	-	-	39
Técnico Operativo	64	2	-	-	-	-	-	-	-	64
TOTAL	160	3	3	3	3	3	3	3	3	168

Tabela 17 - Movimento de pessoal – 2026



PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO 2025

Código Profissional	Situação (1) 1.2.26	Movimento Pessoal - 2027					Situação (1) 1.2.27
		Saídas esperadas (reformas + outros)	Trabalhadores atuais por modalidade (edêntico, leia-se)	Autorizações de contratação concluídas em 2026 (leia-se)	Substituições de inexistência (obriga a entrada para todos os cargos)	Entradas sob o Programa Zero (leia-se admissão/ promo)	
	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7) = (4) + (5) + (6)	
Órgãos sociais	12	-	-	-	-	12	
Cargos de direção (4/ OS)	3	-	-	-	-	3	
Técnico Superior	50	-	-	-	-	50	
Técnico	39	1	1	-	-	39	
Técnico Operativo	64	-	-	-	2	66	
TOTAL	168	1	1	-	2	170	

Tabela 18 - Movimento de pessoal – 2027

Damos nota de que no exercício de 2021, no âmbito do respetivo Plano de Atividades e Orçamento, foi solicitada autorização para contratar 4 trabalhadores com o objetivo de suprir a falta de recursos existente e indo, assim, ao encontro do definido no Estudo de Viabilidade Económico-Financeira (EVEF), e sobre a qual foi obtida a respetiva autorização, contudo, até à data não foi possível concretizar uma das admissões, prevenindo-se desta forma que a mesma ocorra até ao final do ano de 2024.

Referimos, também, que no exercício de 2023, no âmbito do respetivo Plano de Atividades e Orçamento, foi solicitada autorização para contratar 7 trabalhadores no âmbito dos projetos de Descarbonização - Programa Zero - Neutralidade Energética e Economia Circular - Valorização de Lamas, e sobre a qual foi obtida a respetiva autorização, contudo, até à data foram apenas concretizadas três das admissões. Face ao desenvolvimento dos projetos referidos, no presente exercício foi recalendarizada as quatro admissões já aprovadas, encontrando-se duas delas previstas no ano 2026 e as restantes no ano 2027, indo ao encontro do cronograma mais recente dos respetivos projetos.

A SIMARSUL prevê terminar o ano de 2024 com 145 trabalhadores e o ano 2025 com 160 trabalhadores, incluindo os órgãos sociais.

As presentes necessidades de contratação integram um conjunto de 15 trabalhadores propostos admitir em 2025.

As necessidades de contratação resultam do desenvolvimento da atividade da empresa e do contexto próprio associado à sua recriação, uma vez que esta tem vindo a seguir um plano de contratação ajustado às efetivas necessidades em resultado dos investimentos realizados e desenvolvimento organizacional, em especial nas funções de suporte como manutenção, compras e logísticas, mas também acompanhar todo um conjunto de novos desafios e dinâmicas como aumento da transparência, reforço da aposta e novas exigências no domínio do digital e da aposta na eficiência e produção de energia. Por fim iniciamos também e em paralelo o plano de sucessão de funções críticas, com trabalhadores a aproximarem-se do período de reforma.

No capítulo "2. Melhoria do resultado operacional / 2.4. Gastos com Pessoal" são apresentados os impactos estimados nos gastos com pessoal, resultantes das admissões identificadas acima.

3.5. DO PLANO PLURIANUAL DE SAÍDAS DE TRABALHADORES AO PLANO DE SUCESSÃO

O outro lado da moeda de assinalarmos no próximo ano 20 anos de atividade é patente quando olhamos para indicadores como idade média, atualmente de 49 anos, e perspetivas de evolução do número de trabalhadores com idade igual ou superior a 60 anos de idade e com acesso a pensão de reforma/aposentação, que sugere que até 2031, um quarto do quadro de trabalhadores atinge a idade de acesso à pensão/aposentação.

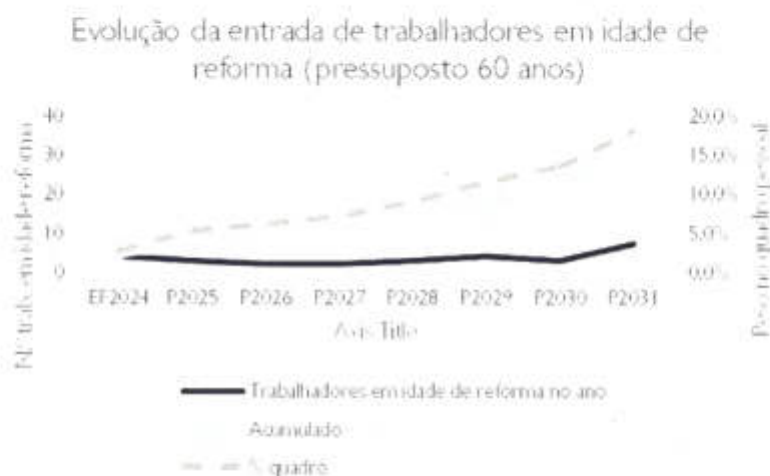


Figura 7 - Evolução da entrada de trabalhadores em idade de reforma (pressuposto 60 anos)

Por categorias profissional, a maior incidência concentra-se no grupo mais numeroso, dos técnicos operativos.

Categoria profissional	EF2024	P2025	P2026	P2027	P2028	P2029	P2030	P2031	Total
Técnico Superior	1	-	-	-	-	3	1	3	8
Técnico Operativo	2	3	2	2	3	1	1	3	17
Técnico	1	-	-	-	-	-	1	1	3
Total	4	3	2	2	3	4	3	7	28

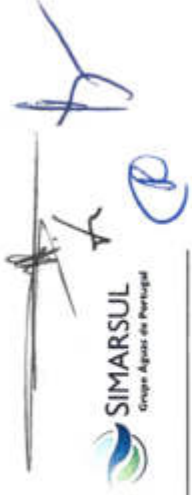
Tabela 19 - Número de trabalhadores em idade de reforma por categoria profissional.

Muito cientes do exposto, a Empresa encontra-se a preparar um plano de sucessão.

G. ORIENTAÇÕES E PRINCÍPIOS FINANCEIROS DA DIREÇÃO GERAL DO TESOURO

O presente relatório foi elaborado de acordo com as Instruções para a elaboração dos Planos de atividades e Orçamento para 2025, anual e plurianual, das empresas públicas não financeiras do Setor Empresarial do Estado, onde são definidas as seguintes orientações financeiras:

- a) Prever um crescimento gradual do volume de negócios (vendas e prestações de serviços) e a maximização das receitas mercantis;
- b) Melhorar o resultado operacional, líquido de provisões, imparidades e correções de justo valor, neste último caso com a eventual exceção, se tal for recomendável, daquelas em que as correções de justo valor são inerentes à sua atividade, como no caso dos ativos biológicos, e refletir esta orientação nos objetivos, planeamento da atividade e planeamento financeiro;
- c) Melhorar o resultado líquido em execução da proposta de PAO, sempre que possível;
- d) Realizar apenas os novos investimentos (que não de substituição) que viabilizem um aumento do resultado operacional ou necessários à prestação de serviço público ou de serviço de interesse geral contratualizados, a demonstrar, por exemplo, por um valor atualizado líquido positivo. Qualquer investimento que não verifique esta condição deve ser referido como tal, acompanhado da devida fundamentação, carecendo de autorização expressa no ato de aprovação do PAO. Deve ser apresentado o *Return on Assets* (ROA, calculado como resultado operacional dividido pelo ativo total), que deve melhorar em cada ano;
- e) Otimizar a utilização dos recursos humanos, prevendo as ações de formação que permitam melhorar a produtividade, assegurando em cada ano que é melhorado o rácio do resultado operacional pelo número de trabalhadores, que constitui condição *sine qua non* para a autorização do aumento do número de trabalhadores ao serviço da empresa;
- f) Desenvolver planos financeiros que sustentem a atividade da empresa, incluindo os investimentos, com a apresentação das fontes de financiamento e a menção clara de que ações ou investimentos estão contingentes na concretização de financiamentos (v.g., de candidaturas aos fundos estruturais). O plano financeiro deve separar claramente o financiamento da atividade operacional do investimento e o endividamento da empresa deve, como orientação geral, diminuir em termos nominais. Deve ser apresentado o *Return on Equity* (ROE, calculado como resultado líquido do exercício dividido pelo capital próprio), que deve melhorar em cada ano (no caso de a *equity* ser negativa, deverá ser demonstrado pela comparação da variação percentual do resultado operacional e do capital próprio);
- g) Reduzir o endividamento, em termos reais, líquido de investimento;
- h) Reduzir o volume dos "pagamentos em atraso" (*arrears*)



PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO 2025

O ano de referência tomado em conta para elaboração do plano anual foi o ano de 2024.

No quadro seguinte apresentam-se os resultados obtidos no orçamento da SIMARSUL, relativos às orientações financeiras anteriormente referidas:

	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040		
Orçamento de Investimentos 2025																				
CMVMC (1)	530 901	642 107	142 594	623 847	634 775	61 975	114%	19 278	3,2%	10 928	1,8%									
ISE (2)	10 244 261	12 539 291	12 173 731	12 563 560	12 521 489	11 888 037	89 829	0,7%	-111 071	-0,9%	-264 453	-2,2%								
Gastos com Pessoal (3)	4 315 437	4 937 337	4 096 384	5 605 397	6 080 918	6 048 924	909 013	19,4%	475 520	8,5%	-11 994	-0,2%								
Gastos Operacionais (OCG) (4) = (3) + (2) + (1)	15 090 602	18 118 737	17 412 709	18 857 254	18 591 736	1 040 817	6,1%	383 728	2,1%	-265 510	-1,4%									
Volume de Negócios (VN) (5)	23 931 186	27 423 409	28 452 907	28 355 106	29 215 300	29 780 375	97 802	-0,3%	860 191	3,0%	565 076	1,9%								
Resultado Operacional EBIT (6)	5 445 108	5 451 261	5 347 925	5 849 164	6 324 454	7 296 601	301 239	94%	475 290	8,1%	972 147	15,4%								
Provisões, Imparidades e correções pelo valor (7)							0,0%													
Resultado Operacional EBIT Líquido* (8) = (6) + (7)	5 445 108	5 451 261	5 347 925	5 849 164	6 324 454	7 296 601	301 239	94%	475 290	8,1%	972 147	15,4%								
Estabelecimento Bruto (9)	61 567 021	58 983 271	56 947 535	62 023 957	75 796 437	92 895 423	5 076 422	8,9%	13 772 479	22,2%	17 098 987	22,6%								
Investimentos (10)	3 493 180	8 313 933	3 751 835	11 203 436	22 187 898	22 398 866	7 451 601	198,6%	10 984 161	98,0%	210 989	1,0%								
Embolsamento líquido de investimentos (11) = (9) - (10)	58 073 841	50 669 338	53 195 700	50 820 521	53 608 539	70 496 557	-3 275 179	-4,5%	2 788 018	5,5%	16 887 998	31,5%								
Embolsamento Líquido (12)	59 366 348	57 683 171	53 469 018	60 523 857	74 296 337	91 395 323	7 064 839	13,2%	13 772 479	22,8%	17 098 987	23,0%								
Embolsamento Bruto (9)	61 567 021	58 983 271	56 947 535	62 023 957	75 796 437	92 895 423	5 076 422	8,9%	13 772 479	22,2%	17 098 987	22,6%								
Distribuições	2 200 673	1 100 100	3 478 517	1 500 100	1 500 100	1 500 100	-1 978 417	-56,9%	0	0,0%	0	0,0%								
EBITDA (13)	12 327 229	12 543 752	13 201 616	14 151 674	14 696 442	15 667 275	950 058	7,2%	549 768	3,8%	970 833	6,6%								
EBITDA ajustado (14)	8 708 470	9 200 822	10 901 149	9 714 789	10 105 834	10 781 130	-1 186 360	-10,9%	391 045	4,0%	675 296	6,7%								
Dívida Financeira Líquida/EBITDA ajustado (15) = (9)/(14)	6,8	6,3	4,9	6,2	7,4	8,5	1,3	27,0%	1,1	18,0%	1,1	15,3%								
Resultado Líquido (17)	3 027 372	2 979 026	3 014 344	3 114 902	3 220 275	3 329 100	- 257 271	17,3%	257 271	14,7%	248 972	12,4%								
Ativo total (18)	233 323 432	210 763 192	233 563 896	238 111 046	253 955 850	266 276 753	4 547 149	1,9%	15 844 804	6,7%	12 320 903	4,9%								
Retorno on Assets (19) (Resultado operacional (6)ativo total (18))	2,33%	2,36%	2,29%	2,46%	2,49%	2,74%	0,17%	7,3%	0,03%	1,4%	0,25%	10,0%								
Número de trabalhadores (20)	132	156	145	160	168	170	15	10,3%	8	5,0%	2	1,2%								
Resultado operacional (6)/n.º trabalhadores (20)	41 251	34 944	36 882	36 557	37 646	42 921	-325	-0,9%	1 088	3,0%	5 274	14,0%								
Capital Próprio (21)	73 116 509	75 695 468	76 130 853	79 245 756	82 466 030	85 795 211	3 114 902	4,1%	3 220 275	4,1%	3 129 200	4,0%								
Retorno on Equity (Resultado Líquido (17) / Capital próprio (21)	4%	4%	2%	4%	4%	4%	0,25%	12,7%	0,23%	10,3%	0,20%	8,1%								
PPF (22)	36	54	57	48	46	43	9	-15,8%	-2	-4,2%	-3	-6,5%								
taxa de crescimento nominal do PPF (23)			1,90%	2,00%	1,50%															

Tabela 20 - Cumprimento dos princípios financeiros constantes nas IEPG2025

PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO 2025

Tendo em vista possibilitar a adequada compreensão do cumprimento dos princípios financeiros dispostos nas IEPG 2025, procedemos à introdução de correções aos gastos operacionais e volume de negócios associados a um conjunto de efeitos extraordinários, de modo a possibilitar uma comparação entre exercícios, conforme quadro que se apresenta:

	2024 Mil.	2023 Mil.	2022 Mil.	2021 Mil.	2020 Mil.	2019 Mil.	2018 Mil.	2017 Mil.	2016 Mil.	2015 Mil.	2014 Mil.	2013 Mil.	2012 Mil.	2011 Mil.	2010 Mil.
CMVHC (1)	530.901	642.107	542.594	604.569	623.847	634.775	61.925	11.485	19.278	3.2%	19.278	3.2%	10.928	1.8%	
CMVHC Corrigido (2)	530.901	642.107	542.594	604.569	623.847	634.775	61.925	11.485	19.278	3.2%	19.278	3.2%	10.928	1.8%	
ISE (3)	10.244.263	12.539.293	12.173.731	12.152.560	12.152.489	11.888.037	89.829	0.7%	-111.071	-0.9%	-264.453	-2.2%	-364.453	-2.2%	
PSE Corrigidos (5) = (3) - (4)	10.244.263	12.539.293	12.173.731	12.263.560	12.152.489	11.888.037	89.829	0.7%	-111.071	-0.9%	-264.453	-2.2%	-364.453	-2.2%	
Gastos com Pessoal (6)	4.315.437	4.937.337	4.696.384	5.603.397	6.080.918	6.068.924	909.013	19.658	475.520	65%	475.520	65%	-11.994	-0.2%	
Atualização do efeito de entradas e saídas (substituições)	-	-	-	-	-	-	-	0.0%	-	0.0%	-	-	-	0.0%	
Atualização do efeito de admissões de trabalhadores no ano 2023 (autorizada em PAO anteriores)	-	-	55.124	-	-	-	-55.124	-100.0%	-	0.0%	-	-	-	0.0%	
Atualização do efeito das admissões de trabalhadores no ano 2024 (autorizada em PAO anteriores)	-	-	71.368	255.343	-	-	183.975	257.88%	-255.343	-100.0%	-	-	-	0.0%	
Novas admissões em 2025	-	-	-	150.923	344.891	-	150.923	0.0%	93.967	62.3%	-	-	-244.891	-100.0%	
Aplicação do Acordo Parcial de Valoração dos Trabalhadores da Administração Pública	-	-	-	38.945	38.945	-	38.945	0.0%	-	0.0%	-	-	-	0.0%	
Programas (em 2024)	-	-	-	-	-	-	-	0.0%	-	0.0%	-	-	-	0.0%	
Projeções (em 2025)	-	-	-	-	-	-	-	0.0%	-	0.0%	-	-	-	0.0%	
Gastos com Pessoal Corrigidos (12) = (6) - (7) - (8) - (9) - (10) - (11)	4.315.437	4.937.337	4.569.893	5.162.187	5.799.082	6.031.979	592.294	13.00%	636.896	13.7%	636.896	13.7%	232.897	4.0%	
Gastos Operacionais Corrigidos (GOC) (13) = (2) + (5) + (12)	15.090.402	18.118.737	17.206.217	18.030.316	18.575.419	18.558.791	744.098	4.3%	545.103	3.0%	545.103	3.0%	-20.627	-0.1%	
Volume de Negócios (VN) (14)	23.931.186	27.423.409	28.452.907	28.355.106	29.215.300	29.780.375	97.802	0.3%	860.194	3.0%	860.194	3.0%	565.076	1.9%	
Eventos extraordinários (Município Nova e Mourão)	-	-	-1.267.913	-	-	-	-1.267.913	-100.0%	-	0.0%	-	-	-	0.0%	
Volume de Negócios (VN) (14) corrigido	23.931.186	27.423.409	27.184.995	28.355.106	29.215.300	29.780.375	1.701.111	4.3%	860.194	3.0%	860.194	3.0%	565.076	1.9%	
Resultado Operacional EBIT (15) corrigido	5.445.108	5.451.261	5.474.416	6.292.374	6.606.289	7.333.545	817.359	14.9%	313.915	5.0%	313.915	5.0%	727.256	11.0%	
Provisões, imparitais e correções pelo valor (16)	-	-	-	-	-	-	-	0.0%	-	0.0%	-	-	-	0.0%	
Resultado Operacional EBIT Equival* (17) = (15) + (16)	5.445.108	5.451.261	5.474.416	6.292.374	6.606.289	7.333.545	817.359	14.9%	313.915	5.0%	313.915	5.0%	727.256	11.0%	
Exclusão de Bruto (18)	61.567.021	58.983.271	56.947.535	62.023.957	75.796.437	92.895.423	5.076.422	8.9%	13.772.479	22.3%	13.772.479	22.3%	17.098.987	22.6%	
Investimento (19)	3.493.180	8.313.933	3.251.835	11.203.436	22.187.898	22.198.886	7.451.401	198.6%	10.984.461	98.0%	10.984.461	98.0%	2.101.989	1.0%	
Endividamento Líquido (20) = (18) - (19)	58.073.841	50.669.339	53.695.700	50.820.521	53.608.539	70.496.537	-3.225.179	-4.5%	2.788.018	5.5%	2.788.018	5.5%	16.887.998	31.5%	
Endividamento Líquido (21)	59.366.348	57.683.171	53.469.018	60.523.857	74.296.337	91.395.323	7.054.839	13.2%	13.772.479	22.8%	13.772.479	22.8%	17.098.987	23.0%	
Endividamento Bruto (22)	61.567.021	58.983.271	56.947.535	62.023.957	75.796.437	92.895.423	5.076.422	8.9%	13.772.479	-5.9%	13.772.479	-5.9%	0	0.0%	
Disponibilidades (23)	2.200.673	1.300.100	3.478.517	1.500.100	1.500.100	1.500.100	-1.978.417	-5.9%	0	0.0%	0	0.0%	0	0.0%	
EBITDA (24)	12.327.229	12.543.752	13.201.616	14.151.674	14.696.442	15.667.275	950.058	7.2%	544.768	3.8%	544.768	3.8%	970.813	6.6%	
EBITDA ajustado (25)	8.708.470	9.200.822	10.901.149	9.714.789	10.105.834	10.781.130	1.186.360	10.9%	391.045	4.0%	391.045	4.0%	675.296	6.7%	
Dívida Financeira Líquida/EBITDA ajustado (26) = (21)/(25)	6.8	6.3	4.9	6.2	7.4	8.5	13	27.0%	1.1	18.0%	1.1	18.0%	1.1	15.3%	
Resultado Líquido (27)	3.027.372	2.979.026	1.487.316	1.744.587	2.001.858	2.250.830	257.271	17.3%	257.271	14.7%	257.271	14.7%	248.972	12.4%	
Ativo total (28)	233.323.432	230.763.192	233.563.896	238.111.046	253.955.850	266.276.753	4.547.149	1.9%	15.844.804	6.7%	15.844.804	6.7%	12.320.903	4.8%	
Return on Asset (29) (Resultado operacional (15)/Ativo total (28))	2.33%	2.36%	2.36%	2.6%	2.60%	2.75%	0.30%	12.7%	-0.04%	-1.6%	-0.04%	-1.6%	0.15%	5.9%	
Numero de trabalhadores (30)	132	156	145	160	168	170	15	10.3%	8	5.0%	8	5.0%	2	1.2%	
Resultado operacional (15)/n.º trabalhadores (30)	41.251	34.944	37.755	39.327	39.323	43.139	1.373	4.2%	-4	0.0%	-4	0.0%	3.815	9.7%	
Capital Próprio (31)	73.116.509	75.695.468	76.130.853	79.245.756	81.666.030	85.795.231	3.114.902	4.1%	3.220.275	4.1%	3.220.275	4.1%	3.329.200	4.0%	
Return on Equity (Resultado Líquido (27)/Capital próprio (31))	41.4%	39.4%	1.95%	2.20%	2.43%	2.62%	0.25%	12.7%	0.23%	10.3%	0.23%	10.3%	0.20%	8.1%	
PMP (32)	36	54	57	48	46	43	9	-15.8%	-2	-4.2%	-2	-4.2%	-3	-6.5%	
PS (23)	-	-	-	1.90%	2.00%	1.50%	-	-	-	-	-	-	-	-	

Tabela 21 - Cumprimento –dos princípios financeiros constantes nas IEPG2025 - ajustado

Em seguida apresentamos um conjunto de princípios financeiros que, após uma análise cuidadosa, consideramos não serem aplicáveis à SIMARSUL:

- I. Os gastos e os réditos associados às novas atividades/investimentos a desenvolver e os indicadores de execução material e financeira e a sua sustentabilidade;
- II. Eventuais contingências, nomeadamente garantias concedidas, e comprovativo da obtenção prévia do respetivo cabimento, nos termos do artigo 5.º da Lei n.º 112/97, de 16 de setembro, na sua redação atual;
- III. Os eventos sem repetição que traduzam impactos financeiros de elevada materialidade, com a respetiva caracterização e estimativa das implicações financeiras em cada ano do triénio
- IV. O conjunto de gastos, projetos e investimentos que sejam financiados através de fundos comunitários, com o respetivo planeamento e calendarização, identificando claramente os que serão objeto de financiamento no âmbito do PRR com detalhe sobre a dimensão, componente e investimento/reforma a que respeitam

I. VOLUME DE NEGÓCIOS E MAXIMIZAÇÃO DAS RECEITAS MERCANTIS

Relativamente ao volume de negócios (VN) foi estimado tendo em conta, quer a evolução tarifária, quer o número de infraestruturas e pode ser analisado no quadro abaixo:

Decomposição Volume de Negócios	2023 REAL	2024 PAO	2024 EF	2025 PAO	2026 ESTIMADO	2027 ESTIMADO
Vendas	€	-	-	-	-	-
Prestação de serviços	€	23 931 186	27 423 409	28 452 907	28 355 106	29 780 375
Saneamento						
Volume faturado	m3	35 533 994	37 137 097	39 218 155	38 583 846	38 979 317
V. unitário/tarifa (média)	€/m3	0,6735	0,7384	0,7255	0,7349	0,7495
Sub-total saneamento	€	23 931 186	27 423 409	28 452 907	28 355 106	29 215 300
Outras rubricas saneamento	€	-	-	-	-	-
(1) Total Saneamento	€	23 931 186	27 423 409	28 452 907	28 355 106	29 215 300
(2) Volume de Negócios da DR	€	23 931 186	27 423 409	28 452 907	28 355 106	29 780 375

* Entende-se por volume de negócios o somatório das Vendas e da Prestação de Serviços

Tabela 22 - Decomposição do Volume de Negócios

O volume de atividade que prevemos fornecer e tratar foi estimado de acordo com o Modelos Técnicos (que servem de base à elaboração do Estudo de Viabilidade Económica e Financeira), que foram atualizados com os dados reais de 2022 e cuja extrapolação para os anos seguintes tem em consideração a população servida, as taxas de cobertura em alta previstas e a entrada em funcionamento das infraestruturas.

Conforme destacado no capítulo “2.3. Demonstração de resultados por naturezas”, relativamente à estimativa para o final de 2024, prevê-se um volume de negócios superior ao previsto no PAO 2024, em virtude da ocorrência de seguintes eventos extraordinários:

- O município da Moita encontra-se a executar uma empreitada com intervenções na respetiva rede de drenagem de águas residuais localizada junto à Estação Elevatória da Moita, explorada e gerida pela SIMARSUL, que tem originado aflúências indevidas ao subsistema de saneamento do Barreiro/Moita, sem que se conheça, à data, detalhes quanto ao âmbito da empreitada. Este acréscimo de caudal regista-se desde setembro 2023 e existe a previsão de que a situação esteja regularização no início do ano 2025.
- Em setembro de 2023 verificou-se uma alteração no comportamento dos caudais com origem no município do Montijo, afluentes ao Subsistema de Saneamento do Seixalinho, com o aumento do volume de águas residuais recolhidas e tratadas, com origem na entrada de água salgada a montante da Estação Elevatória da Guarda Fiscal. Esta situação foi apenas regularizada no início do mês de maio de 2024, com a intervenção, efetuada pela Câmara Municipal do Montijo, na respetiva rede de drenagem de águas residuais em "baixa", que eliminou a entrada de caudal do rio Tejo neste ponto da rede, permitindo o restabelecimento do histórico dos volumes afluentes registados neste subsistema de saneamento.

De acordo com as Instruções para a Elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2025-2027, o volume de negócios deverá ser objeto de fundamentação quando o seu crescimento real for superior ao do PIB, pelo que:

- A evolução projetada do volume de negócios (prestação de serviços), no exercício de 2025 versus a estimativa de fecho de 2024 desagrega-se conforme segue:

Desagregação	2025 PAO
Volume Negócios 2024	28 452 907
Volume Negócios 2024 - Corrigido ^a	27 184 995
Atualização tarifária 2025	389 697
Crescimento Volume Faturado	780 414
Volume Negócios 2025	28 355 106

^a Vide nota incluída no capítulo 2.3. Demonstração de resultados por naturezas previsional

Tabela 23 - Decomposição da evolução do Volume de Negócios

- A evolução do volume de negócios na SIMARSUL segue regras próprias, conforme já anteriormente referidas, nomeadamente ao nível do cumprimento do contrato de concessão e da sujeição da atividade à regulação da ERSAR e que, por essa via, não deveria estar sujeita à aplicabilidade do disposto no n.º 2, alínea a), das Instruções para a Elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2025-2027

De acordo com o contrato de concessão, as tarifas são fixadas por forma a assegurar a proteção dos interesses dos utilizadores, a gestão eficiente do sistema, o equilíbrio económico-financeiro durante toda a concessão e a acessibilidade social dos serviços prestados, tendo por objetivo garantir a qualidade do serviço prestado.

As tarifas praticadas pela SIMARSUL são estruturadas numa base *cost-plus* que pretendem cobrir os custos de exploração e fiscais, as amortizações do investimento e a remuneração de dívida e dos capitais próprios (estes últimos remunerados à taxa das Obrigações do Tesouro a 10 anos acrescida de 3%). Como tal, o aumento das receitas mercantis depende do aumento da afluência das águas residuais às infraestruturas de tratamento do sistema multimunicipal, bem como do processo de atualização tarifária em seguida mencionado.

As tarifas previstas em orçamento de 2025 são as que constam do Estudo de Viabilidade Económico e Financeiro, atualizadas pelo Índice Harmonizado de Preços do Consumidor, conforme pressupostos macroeconómicos identificados acima. Desta forma, a metodologia adotada para a atualização tarifária foi a seguinte:

Tarifa 2025 preços correntes = Tarifa 2025 preços 2016 × (1 + IHPC 2017) × (1 + IHPC 2018) × (1 + IHPC 2019) × (1 + IHPC 2020) × (1 + IHPC 2021) × (1 + IHPC 2022) × (1 + IHPC 2023) × (1 + IHPC previsto 2024) × (1 + IHPC previsto 2025)

Mais se destaca que a maximização de receitas mercantis do Grupo AdP passa, quase exclusivamente, por uma estratégia de investimento racional que permita a expansão da base territorial de clientes e o aumento da cobertura dos serviços de tratamento de águas residuais. Ao invés, a política pública incentiva a diminuição das afluências indevidas, sejam pluviais, fluviais, salinas, industriais e difusas da rede urbana, circunstância que a par da continuação da aposta na contenção de usos de água, tendem a pressionar a procura.

Dá-se igualmente nota que, no que concerne à atividade principal de produção e fornecimento de ApR, o modelo de negócio ainda se encontra em fase de consolidação, aguardando-se a todo o momento a publicação da sua regulamentação não sendo, por esse motivo, possível estimar à data os rendimentos que poderiam advir, prevendo-se, no entanto, que venham a acontecer no exercício de 2026. Sem prejuízo a SIMARSUL tem vindo a corresponder positivamente a um conjunto de oportunidades de dinamização desta nova atividade principal²⁹, principalmente em torno de empreendimentos muito relevantes para o desenvolvimento do território, como sejam as unidades industriais de conversão de lítio e de produção de hidrogénio.

²⁹ E desde há muito tempo circunscrita a autoconsumo, designadamente em regas e lavagens.

2. MELHORIA DO RESULTADO OPERACIONAL

O PAO 2025 da SIMARSUL, preparado com base no EVEF, reflete o equilíbrio das contas de exploração da empresa e o cumprimento, sempre que possível, das orientações relativas à contenção de custos, justificando-se em caso de incumprimento.

Os montantes estimados no EVEF, que suportam a informação apresentada neste documento, tiveram em conta o desempenho histórico das infraestruturas e as restrições atrás descritas e refletem um nível de custos considerado suficiente para assegurar o normal funcionamento do sistema multimunicipal, face aos níveis de atividade previstos, eles próprios dependentes da afluência das águas residuais às instalações de tratamento, quer em termos quantitativos, quer em termos qualitativos. Por este motivo, algumas rubricas de custos podem vir a registar variações de tendência não linear.

De igual modo, verifica-se a necessidade de dar resposta às exigências legais e orientações que enquadram o setor, emanadas da tutela e regulação e não previstas em sede de EVEF, bem como fazer face aos novos desafios apresentados, em termos de melhoria contínua, para a atividade desenvolvida pela empresa.

No quadro abaixo resumem-se alguns dos dados essenciais que permitem validar o cumprimento do princípio financeiro disposto nas IEPG 2025 que refere que "Os gastos operacionais (CMVMC + FSE + GcP) devem ser iguais ou inferiores ao valor registado ou estimado para o ano anterior, corrigido da taxa de inflação prevista, sem prejuízo do disposto no decreto-lei de execução orçamental":



PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO 2025

Custos Operacionais Divulgado Em	2023	2024	2024	2025	2026	2027	2028	2029
	REAL	PAO	FI	PAO	ESTIMADO	ESTIMADO	Valor	Valor
CMVMC	-530 901	-642 107	-542 594	-604 569	-623 847	-634 775	-61 975	-11 42%
Fornecimentos e Serviços Externos	-10 244 263	-12 539 293	-12 173 731	-12 263 560	-12 152 489	-11 888 037	-89 829	0,74%
Gastos com Pessoal	-4 315 437	-4 937 337	-4 696 384	-5 605 397	-6 080 918	-6 068 924	-909 013	19,36%
Gastos Operacionais Totais	-15 090 601	-18 118 737	-17 412 709	-18 473 526	-18 857 254	-18 591 736	-1 065 811	5,65%
Gastos com Pessoal - Órgãos Sociais (2)	279 688	319 886	291 640	382 295	382 295	382 295	90 654	31,08%
Impactos decorrentes de obrigações legais (3)	0	0	0	36 945	36 945	36 945	36 945	100,00%
Aplicação do Acordo Plurianual de Valorização dos Trabalhadores da Administração Pública	0	0	0	36 945	36 945	36 945	36 945	100,00%
Impactos decorrentes da comparabilidade entre exercícios (4)	0	0	126 491	406 266	244 891	0	279 775	221,18%
Atualização do efeito das admissões de trabalhadores no ano 2023 (autorizadas em PAO anteriores)	0	0	55 124	0	0	0	-55 124	-100,00%
Atualização do efeito das admissões de trabalhadores no ano 2024 (autorizadas em PAO anteriores)	0	0	71 368	255 343	0	0	183 975	257,79%
Novas admissões em 2025	0	0	0	150 923	244 891	0	150 923	100,00%
Gastos Operacionais Operacionais (5) = (1) + (2) + (3) + (4)	-14 810 913	-17 798 851	-16 994 378	-17 664 024	-18 103 924	-18 172 507	-553 541	3,05%
Taxa de crescimento IJ-IPC				2,10%	2,00%	2,00%	-2,00%	
Gastos Sociais, Abatimentos e Impostos de Solidariedade (6)	6 518 024	7 246 850	6 699 577	7 268 503	7 268 503	7 268 503	7 268 503	100%
Gastos com Negociação (7)	25 241 184	25 153 519	26 650 997	26 133 176	26 015 301	24 186 105	-1 971 802	-7,94%
Eventos Extraordinários (8)	0	0	-1 267 913	0	0	0	1 267 913	-100,00%
Cliente Motta (evento extraordinário em 2024) ^(a)	0	0	-783 082	0	0	0	783 082	-100,00%
Cliente Montijo (evento extraordinário em 2024) ^(a)	0	0	-484 831	0	0	0	484 831	-100,00%
Gastos Operacionais Totais (9) = (5) + (6) + (7) + (8)	-8 292 889	-10 551 999	-10 294 801	-10 395 521	-10 835 421	-10 904 002	-1 508 481	14,30%

^(a) Em detalhe justificado no capítulo G "1. Volume de Negócios e maximização de receitas mercantis"

Tabela 24 - Crescimento dos Gastos Operacionais (IEPG2025)

Como visível no quadro acima, apesar de se verificar um crescimento nos gastos operacionais ajustados dos efeitos que permitem a comparabilidade dos exercícios e corrigidos da taxa de inflação prevista, este aumento é inferior ao crescimento verificado no volume de negócios da empresa.

No capítulo "1. Quadro síntese de autorizações requeridas" é solicitada a autorização para crescimento dos gastos operacionais em 1,71%, no montante de 290 mil euros.

Em seguida detalhamos algumas notas sobre as rubricas com maior destaque na demonstração de resultados da SIMARSUL e as quais contribuem para o seu resultado operacional.

2.1. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS

A rubrica custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas inclui os gastos com aquisição de reagentes utilizados no processo industrial do saneamento de águas residuais.

O custo das vendas representa em 2025 um valor superior ao verificado no ano de 2023 e 2024, em resultado de variações de preços que se iniciaram em 2022, se mantiveram em 2023 e 2024 e que se perspetiva que continuarão para o ano de 2025, independentemente de se verificarem ou não aumentos de consumos específicos, bem como devido à reposição das condições de operação e funcionamento de algumas etapas de tratamento das ETAR.

No que diz respeito à aquisição de reagentes pelas empresas do Grupo AdP, o modelo vigente contempla uma vertente de aquisição integrada de reagentes, promovida pela Direção de Compras e Logística da AdP SGPS, aproveitando o efeito de escala e a maximização de preços inerente para todas as entidades gestoras, a par de uma vertente de aquisição individualizada de reagentes nos casos em que não existem benefícios decorrentes de um processo de aquisição integrado.

A opção a adotar no quadro do modelo vigente no Grupo AdP varia em função do tipo de reagente a adquirir e da ponderação das vantagens inerentes a cada uma das escolhas possíveis, tendo em conta a experiência acumulada na promoção de procedimentos de contratação pública.

Com efeito, fruto da análise do histórico registado de aquisições realizadas pelas empresas do Grupo AdP, a opção pela aquisição integrada de reagentes é determinada pela avaliação reiterada de benefícios para os interesses prosseguidos pelas empresas operacionais, aferida pelos custos suportados com a aquisição dos bens em causa.

Nos casos em que não seja evidente que a aquisição integrada de reagentes comporta vantagens para as empresas operacionais do Grupo AdP, assim como nas situações em que a especificidade dos reagentes obsta à sua aquisição conjunta em razão das suas características ou das exigências próprias de parametrização para cada instalação onde são aplicados (como é o caso dos polímeros utilizados para tratamento de águas para consumo humano e polímeros para espessamento e desidratação de lamas de ETAR), a opção adotada passa pela aquisição por cada empresa, visto que a aquisição de modo integrado se revelaria de todo inadequada ou inútil.

Independentemente da opção adotada, todos os procedimentos de aquisição de reagentes organizados e promovidos têm um critério de adjudicação monofator, dado que o preço representa o único aspeto da execução do contrato a celebrar submetido à concorrência, ou seja, é sempre adjudicada a proposta que (de entre as propostas admitidas) apresente o preço mais baixo.

Sucedem, que conforme mencionado anteriormente, a evolução histórica registada nos últimos anos tem evidenciado que o custo de aquisição de reagentes tem aumentado significativamente, independentemente do tipo de aquisição desenvolvida pelas empresas do Grupo AdP, situação motivada por diversos fatores.

Por outro lado, as características dos efluentes recolhidos, em momentos diferentes, em função de fatores climáticos, como a maior ou menor pluviosidade registada, acarretando, em cada momento, formas de tratamento adequadas às circunstâncias para garantia da qualidade dos efluentes recolhidos, tratados e drenados no meio hídrico, de forma a permitir o cumprimento dos Títulos de Utilização de Recursos Hídricos (TURH), situação esta que a empresa deve acautelar no seu Plano de Atividades e Orçamento.

A SIMARSUL salienta que o objetivo do consumo dos reagentes é o de garantir o cumprimento da legislação aplicável, nomeadamente das licenças de descarga, proteção de equipamentos e minimização de encargos ou riscos a jusante do processo em que os reagentes são utilizados.

2.2. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

No que diz respeito aos fornecimentos e serviços externos, destaca-se um aumento de 1% em 2025 face à estimativa de fecho de 2024, o qual se desagrega da seguinte forma:

Categorias/realizações	2024	PAO2024	EF 2024	2025	2026	2027	Dif. (abs.)		
							PAO2025 / EF 2024	2025 ESTIMADO / PAO2025	
Fornecimentos e Serviços Externos	10 244 263	12 539 293	12 173 731	12 263 560	12 152 489	11 888 037	121 440	-296 930	261 132
Trabalhos especializados	6 296 894	7 770 412	7 615 046	7 899 082	8 197 995	7 959 445	284 036	298 912	-238 550
Conservação e Reparação	2 511 725	3 287 828	2 416 246	2 553 065	2 880 119	2 993 279	136 819	327 054	113 160
Trab Esp- Tratamento de Lamas	766 474	856 912	1 283 236	1 509 635	1 372 823	1 372 756	226 399	-136 812	-67
Trab Esp- Tratamento de Efluentes	842 965	739 732	1 924 912	914 519	946 198	960 972	-1 010 393	31 679	14 774
Fee de Gestão AUP	766 474	658 162	682 870	680 523	701 167	714 729	-2 347	20 645	13 562
Trab Esp- Tratamento de Resíduos	209 117	218 344	157 772	437 655	566 591	567 377	279 883	128 936	786
Assistência Informática	39 348	265 516	109 918	276 493	183 364	176 188	166 575	-93 129	-7 176
Segurança no trabalho	0	285 315	126 193	235 704	177 091	181 314	109 511	-58 613	4 223
Publicidade e Propaganda	58 779	177 850	134 513	172 900	123 950	118 800	38 387	-48 950	-5 150
Assessoria Informática	0	39 989	72 793	163 958	124 231	96 800	91 165	-39 727	-27 431
Assessoria Financeira	574 349	75 000	36 300	98 743	136 258	5 000	62 443	37 515	-131 258
Vigilância	49 000	97 843	117 108	88 611	88 611	74 043	-28 497	0	-14 569
Trab Esp-Análises/ Montonização	67 549	89 114	78 985	69 176	76 655	73 371	-9 808	7 478	-3 284
Honorários	0	5 500	10 402	12 782	12 782	12 782	2 380	0	0
Outros Trabalhos Especializados	411 115	973 307	463 799	685 319	808 156	612 035	221 520	122 837	-196 121
Energia	3 775 354	3 925 104	3 510 764	3 212 719	3 065 985	3 023 859	-298 045	-146 734	-42 127
Combustíveis	77 036	92 329	98 915	89 462	44 113	51 985	-9 452	-45 350	7 872
Deslocações, estadas e transportes	17 330	24 374	21 278	36 750	31 800	31 850	15 472	-4 950	50
Serviços diversos	580 795	680 901	642 503	674 114	488 255	491 575	31 611	-185 859	3 320
Renditas	298 516	318 786	348 883	353 507	175 682	178 270	4 623	-177 825	2 588
Comunicação	130 654	229 695	134 667	168 863	162 414	163 145	34 195	-6 449	732
Seguros	151 624	132 420	158 953	151 745	150 160	150 160	-7 208	-1 585	0
Outros FSE's	-503 144	46 173	285 225	351 432	324 342	329 324	66 207	-27 090	4 982

Tabela 25 - Decomposição dos Fornecimentos e Serviços Externos

O montante previsto para 2025 na rubrica de FSE apresenta um ligeiro aumento quando comparada com a estimativa de fecho de 2024, cifrando-se o valor em 12,3 milhões de euros.

Desde logo, e já amplamente abordado ao longo do documento, o contexto geopolítico continua a impactar a atividade da empresa.

No que respeita à componente de conservação e reparação, esta representa a necessidade de implementação progressiva da função de manutenção planeada, onde um histórico de níveis de execução do plano de manutenção reduzidos e de paragem de equipamentos, traduzem-se hoje num esforço acrescido para recuperação do défice acumulado de conservação das infraestruturas e de equipamentos com algum estado de degradação.

No que diz respeito aos gastos com energia elétrica, o ano de 2024 foi suportado em dois contratos de fornecimento de energia elétrica em AT, MT e BTE, que abrange todas as empresas do Grupo AdP, sendo que um deles cessou a 30 de junho de 2024 e o outro irá cessar a 30 de junho de 2025 (com início a 1 de julho de 2024). O fornecimento em BTN evoluiu a 01/01/2023 para o mercado regulado (SU Eletricidade), sob contrato sem limitação de prazo.

O preço de energia de mercado utilizado na estimativa de custos de 2025, 2026 e 2027 consumida a partir da RESP foi determinado considerando as seguintes componentes diretamente relacionadas com o comercializador que se indicam:

- O valor do OMIP para 2025, 2026 e 2027, com base na média das cotações do OMIP registadas no período de 27/06/2024 a 26/07/2024 (70,01 €/Wh; 58,66 €/MWh e 54,96 €/Wh, respetivamente);
- As perdas na rede consoante o nível de tensão definidas pela ERSE;
- A margem do comercializador para cada nível de tensão de igual percentagem aos contratos vigentes;
- Os custos da banda de reserva de regulação (agora designado como mFRR) e o financiamento social, cobrados em 2024.

As TAR em AT, MT e BTE aplicáveis para 2025 serão publicadas a 15 de dezembro de 2024 pela ERSE, pelo que a estimativa de custos para 2025 e anos seguintes foram determinados com base no modelo desenvolvido pela AdP Energias que relaciona de forma inversa a TAR com a tarifa de energia prevista no mercado de futuros (OMIP).

Relativamente à rubrica de rendas, verifica-se um aumento dos encargos em virtude de as rendas dos contratos de *leasing* terem visto o seu prazo prolongado, não estando por esse motivo integrados na IFRS 16.

2.3. FROTA AUTOMÓVEL

Fruto do contexto geopolítico, precipitaram-se transformações consideráveis no setor automóvel, que condicionaram a produção de viaturas e consequentemente a disponibilidade destas no mercado, bem como a valorização de viaturas usadas. A falta de componentes eletrónicos, a par com a transformação do setor para viaturas menos poluentes foram alguns dos motivos com forte impacto na condição atual do setor.

A par do acima referido, a legislação em vigor para o setor empresarial do estado tem condicionado a substituição de viaturas assim como o aumento da frota. É neste contexto que as viaturas operacionais da empresa se têm tornado cada vez mais obsoletas, com maior antiguidade e com maiores encargos das rendas e da própria manutenção, condicionando a atividade operacional. Tem ainda ocorrido a necessidade de devolução de viaturas às locadoras por terem atingido a quilometragem técnica máxima e em simultâneo a necessidade de recorrer a *rent-a-car* para suprir as necessidades, tornando significativamente mais dispendiosa a frota operacional.

É neste contexto que a SIMARSUL necessitará de proceder à substituição de viaturas nos exercícios de 2025, 2026 e 2027, em linha com a estratégia consolidada do Grupo AdP.

Adicionalmente, a proposta de evolução da estratégia de manutenção explicitada e avaliada no ponto 3.3 implica a necessidade de contratação de mais 4 viaturas para as equipas ainda previstas, em substituição dos encargos atualmente suportados com o atual contrato de *outsourcing*, inseridos na atual prestação de serviços.

Em adição, verifica-se igualmente a necessidade de contratação de 1 viatura para fazer face à recente nomeação de um novo coordenador afeto à Direção de Operação, posição esta que já se encontrava prevista na nossa estrutura orgânica, mas que até o momento não havia sido ocupada. Com a integração deste novo coordenador, cuja função é crucial para a otimização das operações e a melhoria do acompanhamento dos projetos, será necessário garantir uma viatura para o desempenho eficaz das suas responsabilidades. Segundo o regulamento de viaturas em vigor, este novo cargo tem direito a uma viatura, o que implica a necessidade de aumentar a frota.

É importante destacar que este aumento de frota não traduz qualquer degradação da eficiência operacional da SIMARSUL, conforme visível no capítulo "H. Eficiência Operacional".

Frota automóvel	Situação a 31.12.23	Situação a 31.12.24	Substituição 2025	Novo 2025	Situação a 31.12.25	Substituição 2026	Novo 2026	Situação a 31.12.26	Substituição 2027	Novo 2027	Situação a 31.12.27
Viaturas Elétricas	11	7	33	4	40	2	1	41	2	0	43
Viaturas Híbridas Plug-in	1	1	3	0	3	0	0	3	0	0	3
Viaturas Combustão	34	40	6	1	9	1	0	9	1	0	7
Total	46	48	42	5	52	3	1	53	3	0	53

Tabela 26 - Movimento da Frota automóvel 2023 - 2027

No que diz especificamente respeito aos gastos com frota automóvel, apresenta-se no quadro abaixo a sua decomposição por viaturas operacionais e associadas à estrutura da empresa:

Frota automóvel	2023	2024	2024	2025	2026	2027	Δ (2025-2024)	
	Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
Operacional - EUR	311 367	328 556	295 300	443 283	359 341	358 558	147 983	50%
Operacional - n.º de viaturas	46	47	48	52	53	53	4	8%
Não operacional - EUR	-	-	-	-	-	-	-	-
Não operacional - n.º de viaturas	-	-	-	-	-	-	-	-

Tabela 27 - Gastos com a Frota Automóvel 2023 - 2027

Os pressupostos adotados para apuramento dos gastos associados à frota automóvel respeitaram as seguintes premissas:

- Para 2025, as viaturas a substituir têm como premissa a data de 1 de agosto de 2025;
- Para o cálculo do valor das rendas de 2025 foram considerados os valores das rendas atualmente em vigor, até 01/08/2025, sendo que a partir dessa data foram consideradas as rendas estimadas para as novas aquisições, das viaturas a substituir;
- Para as viaturas com contratos em vigor e aquelas entregues mais recentemente ou a ser entregues, foram consideradas as rendas adjudicadas;
- Para as viaturas em *rent-a-car*, foram utilizados os valores atuais consoante a necessidade e a perceção de cada empresa;
- Os valores das rendas utilizados para a projeção das rendas das novas viaturas, coincidem com aqueles que aferimos aquando da consulta preliminar que esteve subjacente à determinação do respetivo justo-valor para os cálculos da nossa estratégia;
- Foi contemplado o subsídio do Fundo Ambiental, descontando 2.500 €/viatura numa base anual (10.000 €/48 meses);
- No âmbito das substituições, as mesmas estão conformes o plano da frota verde aprovado do Grupo.

2.3.1. PLANO DE SUBSTITUIÇÃO DE VIATURAS NO GRUPO ADP

No ano de 2025 estima-se iniciar a renovação de cerca de 88% da frota da SIMARSUL existente em 2024.

O plano de substituições delineado implicará uma redução significativa do número de veículos a combustão existentes, uma vez que as substituições a realizar serão, preferencialmente, por veículos elétricos ou híbridos, aumentando, estes últimos, de 8 para 39, em conformidade com o definido no plano da frota verde aprovado no Grupo AdP.

O plano de transição da SIMARSUL para a frota verde irá permitir beneficiar do financiamento do Fundo Ambiental, correspondendo, no ano 2025, a 25 viaturas financiadas e no ano 2027 a 2 viaturas financiadas.

Dá-se nota de que foi considerado o financiamento do Fundo Ambiental para a substituição da frota automóvel, correspondente ao valor das substituições em causa.

2.3.2. APLICAÇÃO IFRS 16 NO PROLONGAMENTO E SUBSTITUIÇÃO DE VIATURAS

No Grupo AdP, os contratos de AOV são reconhecidos contabilisticamente no âmbito da norma IFRS 16 – Locações, desde 2019. Esta norma traduz o reconhecimento no momento inicial do contrato de um ativo e passivo que corresponde ao valor das rendas futuras descontado à taxa de juro implícita em cada contrato, pelo prazo da locação. Este modelo implica o reconhecimento de gasto com: i) amortização do ativo sob direito de uso; e ii) juros da locação.

Em sede do PAO 2022, a empresa orçamentou o início da renovação da sua frota automóvel, situação que ainda não se concretizou. Por este motivo, e em face da necessidade de ter os veículos disponíveis a SIMARSUL tem vindo a proceder sempre que possível e aceite pelas locadoras à extensão dos contratos de AOV, com custos acrescidos face à renovação da frota, por períodos de 12 meses. Ora no âmbito da referida norma, os contratos com duração até 12 meses ou em contratos cujo justo valor do ativo subjacente seja inferior a 5.000 USD, o reconhecimento das rendas é realizado diretamente como gastos em FSE, sendo o prolongamento tratado como um novo contrato. Ou seja, nos termos das regras contabilísticas aplicáveis, o prazo e o valor do contrato são determinantes para a forma como os encargos são reconhecidos contabilisticamente.

Destaca-se que esta alteração traduz, em 2025, um incremento do valor apresentado em FSE, por redução de amortização e juros, que afetando o cálculo de rácio GOVN, não traduz qualquer degradação da eficiência operacional da Empresa.

2.4. GASTOS COM PESSOAL

No quadro seguinte apresenta-se a evolução dos gastos estimados para 2025 e a sua comparação com os anos de 2023 e 2024:

Custos com Pessoal ⁽¹⁾	2023	2024	2024	2025	2026	2027
Unidade: Eur	REAL	PAO	EF	PAO	ESTIMADO	ESTIMADO
Remunerações dos Órgãos Sociais	279 688	319 886	291 640	382 295	382 295	382 295
Remuneração do Pessoal	2 967 393	3 372 528	3 272 821	3 758 073	4 093 555	4 082 275
Encargos sobre Remunerações	730 607	821 160	788 542	912 462	987 189	984 597
Seguros	240 045	261 915	232 447	350 392	391 993	392 605
Outros Gastos com Pessoal	97 705	161 849	110 934	202 176	225 885	227 151
Trabalhos para a Própria Empresa	-	-	-	-	-	-
Total	4 315 437	4 937 337	4 696 384	5 605 397	6 080 918	6 068 924

Detalhe trimestral anexo ao presente documento

Tabela 28 - Gastos com pessoal - 2023 a 2027

Verifica-se que, ao nível dos gastos com pessoal, o fecho de 2024 apresenta valores abaixo dos previstos no PAO 2024, fundamentalmente pelo efeito da entrada mais tardia das substituições diretas de trabalhadores e dos novos trabalhadores considerados no anterior processo orçamental. Verifica-se, em 2025, um acréscimo significativo nos gastos com o pessoal, em resultado do efeito em ano completo das admissões concretizadas em 2024, da entrada de novos trabalhadores, cujo detalhe se encontra no capítulo "3. Recursos Humanos", e de outros efeitos, cuja análise detalhada das variações se apresenta em seguida.

Damos nota de que, a partir de 2024, passaram a ser contabilizados nas rubricas afetas aos gastos com pessoal, os custos associados à prestação de serviços do Revisor Oficial de Contas, representando este gasto cerca de 14 mil euros em 2025.

De seguida apresentam-se os impactos estimados nos gastos com pessoal no exercício de 2025, resultantes das admissões identificadas:

Admissão de trabalhadores (supervisão de sistemas) - Impacto nos Gastos com o Pessoal							
Admissão trabalhadores	Direção	Ano admissão	EF 2024	PAO 2025	EST 2026	EST 2027	Despacho de autorização/ Observações
Técnico Superior	DOP-C. Comando	2025	-	7 519	30 245	30 250	Melhorar a capacidade de acompanhamento e otimizar a exploração e gestão do Sistema.
Técnico Superior	DOP-C. Comando	2025	-	7 519	30 245	30 250	Pedido de autorização efetuado em sede de PAO2024, conforme explanado na página 51 do relatório.
Técnico	DOP-C. Comando	2025	-	5 921	23 766	23 770	
				20 958	84 256	84 270	

Tabela 29 - Impacto nos Gastos com Pessoal das admissões de trabalhadores (supervisão de sistemas)

Admissão de trabalhadores (estudo de dimensionamento de equipas) - Impacto nos Gastos com o Pessoal							
Admissão trabalhadores	Função/Área	Ano admissão	EF 2024	PAO 2025	EST 2026	EST 2027	Despacho de autorização/ Observações
Técnico Superior	STI	2025	-	7 519	30 245	30 250	Conforme justificado nos parágrafos constantes do presente capítulo.
Técnico Superior	DAF-Cortabilidade	2025	-	7 519	30 245	30 250	
Técnico Superior	DINF-Gestão Ativos	2025	-	7 519	30 245	30 250	Pedido de autorização efetuado em sede de PAO2024, conforme explanado na página 51 do relatório.
Técnico Superior	INO	2025	-	7 519	30 245	30 250	
				30 074	120 981	121 000	

Tabela 30 - Impacto nos Gastos com Pessoal das admissões de trabalhadores (estudo de dimensionamento de equipas)

Admissão de trabalhadores Manutenção - Impacto nos Gastos com o Pessoal							
Admissão trabalhadores	Direção	Ano admissão	EF 2024	PAO 2025	EST 2026	EST 2027	Despacho de autorização/ Observações
Técnico	DINF/MAN	2025	-	17 937	36 465	36 470	Conforme justificado nos parágrafos constantes do presente capítulo.
Técnico	DINF/MAN	2025	-	17 937	36 465	36 470	
Técnico	DINF/MAN	2025	-	17 937	36 465	36 470	
Técnico	DINF/MAN	2025	-	17 937	36 465	36 470	
Técnico	DINF/MAN	2025	-	12 503	25 446	25 451	
Técnico	DINF/MAN	2025	-	12 503	25 446	25 451	
Técnico	DINF/MAN	2025	-	12 503	25 446	25 451	
Técnico	DINF/MAN	2025	-	12 503	25 446	25 451	
				121 761	247 645	247 683	

Tabela 31 - Impacto nos Gastos com Pessoal das admissões de trabalhadores (equipa manutenção)

No quadro abaixo apresenta-se o apuramento de alguns rácios relevantes associados aos gastos com pessoal, conforme orientações constantes nas Instruções de Elaboração do Plano de Atividades e Orçamento para 2025 - 2027:

Descrição Pessoal Categorias	2023	2024	2025	2026	2027	Var. 2025 / 2024		
	REAL	PAC	FE	PAC	ESTIMADO	VAL	%	
Gastos totais com pessoal (A)	4 315 437	4 937 337	4 696 384	5 605 397	6 080 918	6 068 924	909 013	19%
Gastos com Órgãos Sociais	375 371	401 458	364 465	476 350	476 364	476 378	111 885	31%
Gastos com Cargos de Direção	285 904	286 869	300 737	297 336	297 359	297 383	-3 401	-1%
Remunerações do Pessoal	3 042 858	3 501 011	3 361 302	4 003 615	4 404 370	4 504 107	642 312	19%
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	-	0%
Ajudas de custo	207	-	451	-	-	-	-451	-100%
Rescisões/Indemnizações	-	-	-	-	-	-	-	0%
Restantes encargos	611 097	747 999	669 429	828 097	902 824	791 056	158 668	24%
Informação adicional								
(i) Gastos com as contratações autorizadas ou previstas em 2024	-	-	164 187	553 889	553 915	553 984	25	0%
(ii) Gastos com as contratações previstas em anos subsequentes	-	-	-	194 878	727 059	727 176	194 878	0%
(iii) Cumprimento de disposições legais	-	-	-	-	-	-	-	0%
(iv) Orientações expresas do acionista Estado	-	-	-	-	-	-	-	0%
(v) Valorizações remuneratórias obrigatórias	-	-	-	36 945	36 945	36 945	36 945	0%
(vi) Outras valorizações remuneratórias	-	-	-	-	-	-	-	0%
(vii) Rescisões por mútuo acordo	-	-	-	-	-	-	-	0%
Correções para efeitos de rácio								
(-) Gastos com órgãos sociais*	-375 371	-401 458	-364 465	-476 350	-476 364	-476 378	-111 885	31%
(-) Cumprimento de disposições legais	-	-	-	-	-	-	-	0%
(-) Valorizações remuneratórias obrigatórias	-	-	-	-36 945	-36 945	-36 945	-36 945	0%
(-) Rescisões contratuais excluindo por mútuo acordo	-	-	-	-	-	-	-	0%
(+) Absentismo	-	-	-	-	-	-	-	0%
Gastos com pessoal ajustados para efeitos de rácio	1 940 066	1 535 879	4 331 919	5 092 102	5 567 609	5 555 601	760 483	18%
Gastos com pessoal / Gastos com pessoal ajustados	222%	323%	78%	109%	79%	81%	0,01	1%
Gastos com Cargos de Direção / Gastos com pessoal ajustados	14%	18%	7%	6%	5%	5%	0,01	0%
Gastos com OS / Gastos com pessoal ajustados	10%	9%	8%	9%	9%	9%	0,01	0%

Tabela 32 - Custos com pessoal - SET

De modo a mais facilmente explicar as principais variações ocorridas nos gastos com o pessoal, verificadas entre os dados reais de fecho de 2023 e a previsão para 2024 e 2025, assim como a sua comparabilidade procedemos à elaboração do quadro que abaixo se apresenta:

Variação de Gastos com o Pessoal – decomposição		
Gastos com o Pessoal (DR) Real 2023		4 315 437
Absentismo 2023	+	101 866
Gastos com o Pessoal 2023 (corrigido do Absentismo)		4 417 303
Variação Gastos com Órgãos Sociais (OS) 2024	+	5 054
Anualização das Saídas de trabalhadores 2023	-	(40 338)
Anualização das Entradas de trabalhadores 2023	+	129 783
Anualização das Saídas de trabalhadores 2024	-	(25 750)
Anualização das Entradas de trabalhadores 2024	+	110 243
Atualizações salariais ^(b) - 2024		96 952
Outros gastos		3 136
Variação na capitalização encargos (2023#2022)	+/-	-
Gastos com o Pessoal (DR) EF 2024		4 696 384
Variação Gastos com Órgãos Sociais (OS) 2025	+	109 908
Anualização das Saídas de trabalhadores 2024	+	(4 677)
Anualização das Entradas de trabalhadores 2024	+	292 151
Anualização das Saídas de trabalhadores 2025	+	(28 033)
Entradas de trabalhadores 2025	+	206 809
Absentismo 2024 ^(a)	+	56 173
Atualizações salariais ^(b) - 2025		96 978
Outros gastos:		179 704
Seguros	+/-	118 134
Formação	+/-	69 602
Ação Social	+/-	21 785
Outros	+/-	(29 817)
Variação na capitalização encargos (2025#2024)	+/-	-
Gastos com o Pessoal (DR) PAO 2025		5 605 397

(a) valor corresponde ao 1.º semestre de 2024

(b) inclui aplicação do ACT, do Acordo de Rendimentos e outras atualizações

Tabela 33- Variação dos gastos com pessoal – 2023 a 2025

No que concerne à variação respeitante a "Atualizações salariais 2025" destaca-se que no âmbito do acordo de Médio Prazo para a Melhoria dos Rendimentos, dos Salários e da Competitividade (Acordo), celebrado em outubro de 2022, as empresas públicas integrantes do SEE devem continuar a assegurar uma política remuneratória, em consonância com o referido Acordo.

Nesta matéria, é necessário sublinhar que a valorização em causa, poderá ser objeto de ajustamento na empresa, quer por ter como referência um valor estimado e não real (exercício de 2024), quer por se tratar de uma percentagem média para aplicação ao Grupo AdP que, mantendo os critérios de 2024, terá de resultar de acordo no âmbito dos IRCT existentes, o que poderá significar valores diferentes nas empresas, à semelhança de 2024.

Resulta do referido, que os valores estimados em sede de proposta de PAO 2025-2027, podem e serão sujeitos a ajustamentos, quando finalizados os processos negociais.



Damos nota de que na SIMARSUL não existe qualquer benefício pós-emprego e não tem instituído qualquer sistema complementar de pensões.

Por essa razão não efetua o pagamento de qualquer complemento às pensões atribuídas pelo Sistema Previdencial da Segurança Social, pela CGA, I.P., ou por outro sistema de proteção social, nem mesmo de complementos integralmente financiados pelas contribuições ou quotizações dos trabalhadores, através de fundos especiais ou de outros regimes complementares, nos termos da legislação aplicável.

Apesar da indicação do endividamento financeiro total (bruto) estimado para o ano de 2025, importa ter presente que a AdP SGPS, S.A. tem solicitado, nos últimos anos, à Secretaria de Estado do Tesouro, a dispensa parcial do cumprimento do Princípio de Unidade de Tesouraria do Estado, tendo como base de fundamentação a necessidade de algumas empresas do Grupo Águas de Portugal terem de recorrer a linhas de financiamento de curto, médio e longo prazo. Desta forma, o pressuposto subjacente ao presente plano de atividades e orçamento assenta no princípio de que em 2024 o regime de exceção será solicitado pela AdP SGPS, S.A. e que merecerá acolhimento pelo titular da função acionista.

4. REDUÇÃO DO VOLUME DOS “PAGAMENTOS EM ATRASO” (ARREARS)

No quadro seguinte apresenta-se o prazo médio de pagamento (PMP) e as dívidas a fornecedores estimado para o ano de 2025 calculado de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008 de 22 de fevereiro, atualizada pelo Despacho n.º 9870/2009 de 13 de abril.

PMP	2023	2024	2024	2025	2026	2027
Unidade: Dias	REAL	PAO	EF	PAO	ESTIMADO	ESTIMADO
Dívida de curto prazo a fornecedores (saldo à data)	1 705 943	3 700 666	4 488 223	3 389 284	4 919 670	3 721 818
Aquisições de bens e serviços (diferença entre meses)	4 163 820	6 700 633	5 949 926	6 559 732	10 474 082	8 614 900
PMP Anual em dias	36	54	57	48	46	43
Pagamentos em Atraso (Arrears)	8 461	-	1 719	-	-	-

Tabela 35 - Cálculo do Prazo Médio de Pagamentos³⁰

No ponto 8 e 9 do referido documento é definido o grau de cumprimento dos objetivos de pagamento a fornecedores. Concretamente no ponto 9 define-se como cumprimento do PMP:

- Se o PMP do ano anterior é inferior a 45 dias considera-se cumprido ou superado se no ano em análise este prazo for inferior a 40 dias;
- Se o PMP do ano anterior é superior a 45 dias considera-se cumprido ou superado se no ano em análise o prazo for reduzido em pelo menos 15% face ao ano anterior.

Na estimativa de fecho de 2024 verifica-se um aumento do Prazo Médio de Pagamentos (PMP) face ao ano de 2023 em cerca de 58%, bem como em relação ao PAO2024, em 6%.

O PMP previsto para 2025 apresenta uma redução face ao valor da estimativa de fecho de 2024, passando de 57 para 48 dias. Nos anos seguintes prevê-se uma descida progressiva do PMP, passando para 46 dias, em 2026 e 43 em 2027.

³⁰ “Pagamentos em atraso (arrears)” corresponde às contas a pagar que permaneçam nessa situação mais de 90 dias posteriormente à data de vencimento acordada ou especificada na fatura, contrato, ou documentos equivalentes

Apesar do esforço feito pela SIMARSUL para manter um PMP abaixo dos 60 dias, no horizonte em análise, a empresa não consegue obter uma trajetória descendente no exercício de 2024 face ao ano transato e cumprir com o disposto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro.

Os PMP apresentados resultam de um compromisso de compatibilização do cumprimento dos prazos de pagamento contratuais com o controlo do crescimento do endividamento da empresa.

Refira-se, no entanto, que apesar desta situação, a empresa encontra-se a assegurar o cumprimento do pagamento atempado de todas as faturas recebidas, nos termos dos contratos estabelecidos e das regras da contratação pública.

H. EFICIÊNCIA OPERACIONAL

I. RÁCIO GASTOS OPERACIONAIS / VOLUME DE NEGÓCIOS (GOMN)

Para análise do indicador importa ter presente a evolução da atividade da empresa uma vez se, conforme se apresentou em capitulos anteriores, no triénio em análise a empresa propõe uma fase de elevado investimento. Assim, não é completamente possível exercer uma comparabilidade entre os exercícios por, em cada um dos anos, a atividade não ser igualmente comparável, não só pelo facto do investimento realizado trazer novas soluções técnicas e alterações ao *Modus Operandi* dos sistemas, mas também pelo facto de com a conclusão dos investimentos resultar em melhorias significativas na eficiência e resiliência dos sistemas.

É neste contexto que a empresa se propõe para o exercício de 2025 a manter o nível de serviço público prestado com estrito cumprimento pelas orientações transmitidas à empresa, mantendo elevados os padrões de qualidade e serviço público que a legislação ambiental e o contexto muito próprio da biodiversidade da península de Setúbal impõem.

No quadro seguinte apresenta-se a evolução do cálculo do rácio Gastos Operacionais sobre Volume de Negócios:

	2023 Estatístico	2024 FAO	2024 Estimado	2025 Projeção	2026 Projeção	2027 Projeção	Δ (2025/2024) Valor	Δ (2025/2024) %
Gastos operacionais (GO)	-15.090.602	-18.118.737	-17.412.709	-18.473.526	-18.857.254	-18.591.736	-1.060.817	6%
CHVMC	-530.901	-642.107	-542.594	-604.569	-623.847	-634.775	-61.975	11%
FSE	-10.244.263	-12.539.293	-12.173.731	-12.263.560	-12.152.489	-11.888.037	-89.829	1%
Gastos com pessoal	-4.315.437	-4.937.337	-4.696.384	-5.605.397	-6.080.918	-6.068.924	-909.013	19%
Volume de negócios	23.931.186	27.423.409	28.452.907	28.355.106	29.215.300	29.780.375	-97.802	0%
Vendas	23.931.186	27.423.409	28.452.907	28.355.106	29.215.300	29.780.375	-97.802	0%
Prestações de Serviços Indemnizações Compensatórias (conforme Contrato Serv. Público)	-	-	-	-	-	-	-	-
Gastos Operacionais/Volume de Negócios (GOMN)	61,06%	66,07%	61,30%	65,15%	64,55%	62,44%	-2,91%	

Tabela 36 - Rácio Gastos Operacionais / Volume de Negócios

2. AJUSTES AO RÁCIO GASTOS OPERACIONAIS / VOLUME DE NEGÓCIOS (GOMN)

Tendo em vista possibilitar a adequada compreensão da evolução do Plano de Redução de Custos entre exercícios, procedemos à introdução de um conjunto de correções aos gastos operacionais e volume de negócios de um conjunto de efeitos extraordinários, de modo a possibilitar uma comparação entre exercícios, conforme quadros e justificação que se apresenta:

	2023		2024		2024		2025		2026		2027		Δ(2025-2024)	
	Exercício	PAO	PAO	Estimada	Estimada	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
Gastos operacionais (GO)	-15 090 602	-18 118 737	-18 118 737	-17 412 709	-18 473 526	-18 857 254	-18 591 736	-1 060 817	6%					
CMVMC	-530 901	-642 107	-642 107	-542 594	-604 569	-623 847	-61 975	11%						
FSE	-10 244 263	-12 539 293	-12 539 293	-12 173 731	-12 263 560	-12 152 489	-11 888 037	-89 829	1%					
Gastos com pessoal ⁽¹⁾	-4 315 437	-4 937 337	-4 937 337	-4 696 384	-5 605 397	-6 080 918	-6 068 924	-909 013	19%					
Impactos decorrentes de obrigações legais	0	0	0	0	36 945	36 945	36 945	279 775	-					
Gastos com Pessoal														
Aplicação do Acordo Plurianual de Valorização dos Trabalhadores da Administração Pública														
Impactos decorrentes da comparabilidade entre exercícios	0	0	0	126 491	406 266	244 891	0	279 775	221%					
Gastos com Pessoal														
Anulação do efeito das admissões de trabalhadores no ano 2023 (autorizadas em PAO anteriores)				55 124										-100%
Anulação do efeito das admissões de trabalhadores no ano 2024 (autorizadas em PAO anteriores)				71 368	255 343									258%
Novas admissões em 2025					150 923	244 891								
Gastos operacionais ajustados	15 090 602	18 118 737	17 286 217	17 286 217	18 030 316	18 575 419	18 554 791	781 043	5%					
Volume de negócios	23 931 186	27 423 409	28 452 907	28 452 907	28 355 106	29 215 300	29 780 375	-97 802	0%					
Prestações de Serviços	23 931 186	27 423 409	28 452 907	28 452 907	28 355 106	29 215 300	29 780 375	-97 802	0%					
Eventos Extraordinários	0	0	0	-1 267 913	0	0	0	1 267 913	100%					
Cliente Mota (evento extraordinário em 2024)				-783 082										
Cliente Montijo (evento extraordinário em 2024)				-484 831										
Volume de Negócios ajustado	23 931 186	27 423 409	27 184 995	27 184 995	28 355 106	29 215 300	29 780 375	1 170 111	4%					
Gastos Operacionais/Volume de Negócio (GOMN)	63,06%	66,07%	63,59%	63,59%	63,59%	63,58%	63,31%	63,06%						

Tabela 37 - Rácio Gastos Operacionais / Volume de Negócios ajustado

Para uma análise adequada à evolução do rácio GOMN entre exercícios importa corrigir os gastos operacionais e o volume de negócios de efeitos sem repetição, estabelecendo a comparação entre os exercícios. Nessa medida, foram efetuados ajustes decorrentes dos impactos de valorizações remuneratórias obrigatórias - no âmbito do acordo de Médio Prazo para a Melhoria dos Rendimentos, dos Salários e da Competitividade (Acordo), celebrado em outubro de 2022 - e respetivos encargos sociais, bem como das oscilações nos quadros de pessoal ao longo dos exercícios e do evento extraordinário associado ao volume de negócios da SIMARSUL em 2024, o qual se encontra em detalhe justificado no capítulo "1. Volume de Negócios e maximização das receitas".

No que diz respeito aos gastos com pessoal, estes foram corrigidos dos efeitos que permitem efetuar a comparabilidade entre os exercícios de 2025 e 2024 tomando em consideração o demonstrado nos capítulos "3. Recursos Humanos" e "2.4. Gastos com Pessoal". Destaca-se, no entanto, que não foi apurado o montante relativo às progressões para os anos de 2026 e 2027 por se considerar que à data a empresa não dispõe de dados suficientes que permitam estimar com fiabilidade os montantes a considerar.

Da análise ao quadro anterior, a SIMARSUL dá cumprimento ao Plano de Redução de Custos na medida em que tem vindo a seguir uma tendência de redução do rácio com ajustamento dos encargos suportados, mas também pelo crescimento do volume de negócios da empresa

PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO 2025

I. QUADRO SÍNTESE DE AUTORIZAÇÕES REQUERIDAS

Atividade	Tipo de Custo	Autorização requerida	Descrição	Referências
Recursos Humanos	Recursos Humanos	Aumento do quadro de pessoal em 7 trabalhadores decorrente de aumento de atividade e garantir resposta ao cumprimento de requisitos legais e regulamentares, conforme anexa estudo de dimensionamento da equipa afetado por atividade externa, cujo custo se estima no montante de 51 032 euros. Mais se destaca que o presente aumento de FTE se fora objeto de pedido de autorização no âmbito do PAO 2024.	Aumento do quadro de pessoal em 7 trabalhadores para reforço da equipa de manutenção preventiva e corretiva, cujo custo se estima no montante de 121 761 euros. O presente aumento de quadro justificar uma redução dos gastos operacionais associados à manutenção em regime de outsourcing.	Capítulo 3. Recursos Humanos e Capítulo 2. Melhorar do resultado operacional, alínea 2.4. Gastos com Pessoal Pag. 47 - 59 Pag. 75 - 77
Recursos Humanos	Recursos Humanos	Autorização para proceder a uma valorização salarial de 0,9% da estimativa de facto dos gastos com pessoal de 2024, no montante provisório de aproximadamente 37 mil euros, no âmbito do Acordo de médio prazo para a melhoria dos rendimentos, dos salários e da competitividade (acordo celebrado em outubro de 2022).	Autorização para o recrutamento antecipado destinado à substituição, ao longo do ano de 2025, de trabalhadores que cessem o vínculo de emprego por reforma e desamortem tarefas correspondentes a necessidades permanentes, sendo o recrutamento considerado imprescindível, tendo em vista a prestação de serviços e o cumprimento das obrigações de prestação de serviço público da respetiva empresa. Os encargos decorrentes do recrutamento destinado à substituição estão incluídos na proposta de orçamento anual e plurianual não implicando qualquer aumento com gastos com pessoal.	Código do Trabalho e Lei do Orçamento de Estado Pag. 47 - 59 Pag. 75 - 77
Recursos Humanos	Recursos Humanos	Autorização para a celebração de contratos de trabalho a termo residual para substituição de trabalhadores detentores de contrato sem termo, para a mesma função, que se encontrando ausentes, nomeadamente por doença ou parentalidade.	Autorização para a celebração de contratos de trabalho a termo residual para substituição de trabalhadores detentores de contrato sem termo, para a mesma função, que se encontrando ausentes, nomeadamente por doença ou parentalidade.	Código do Trabalho e Lei do Orçamento de Estado Pag. 47 - 59 Pag. 75 - 77
Recursos Operacionais	Recursos Operacionais	Autorização para o aumento de frota em 2025, em cinco novas viaturas, consideradas imprescindíveis para a continuidade da estratégia empresarial da SIMARSUL. Este aumento não se traduz na degradação da eficiência operacional da SIMARSUL.	Autorização para o aumento de frota em 2025, em cinco novas viaturas, consideradas imprescindíveis para a continuidade da estratégia empresarial da SIMARSUL. Este aumento não se traduz na degradação da eficiência operacional da SIMARSUL.	Instruções de Elaboração do Plano de Atividades e Orçamento 2025-2027 Pag. 66 - 78 Pag. 82 - 84
Frota Automóvel	Frota Automóvel	Autorização para o aumento de frota em 2025, em cinco novas viaturas, consideradas imprescindíveis para a continuidade da estratégia empresarial da SIMARSUL. Este aumento não se traduz na degradação da eficiência operacional da SIMARSUL.	Autorização para o aumento de frota em 2025, em cinco novas viaturas, consideradas imprescindíveis para a continuidade da estratégia empresarial da SIMARSUL. Este aumento não se traduz na degradação da eficiência operacional da SIMARSUL.	Instruções de Elaboração do Plano de Atividades e Orçamento 2025-2027 Pag. 71 - 74
Endividamento	Endividamento	Autorização para o aumento de frota em 2025, em cinco novas viaturas, consideradas imprescindíveis para a continuidade da estratégia empresarial da SIMARSUL. Este aumento não se traduz na degradação da eficiência operacional da SIMARSUL.	Autorização para o aumento de frota em 2025, em cinco novas viaturas, consideradas imprescindíveis para a continuidade da estratégia empresarial da SIMARSUL. Este aumento não se traduz na degradação da eficiência operacional da SIMARSUL.	Instruções de Elaboração do Plano de Atividades e Orçamento 2025-2027 Pag. 31 - 35 Pag. 79 - 80

J. CONCLUSÕES

O presente documento apresenta o Plano de Atividades e Orçamento para 2025 da SIMARSUL, efetuado com as melhores previsões, estimativas e informações que se conhecem à presente data.

Com base no exposto, o Conselho de Administração irá propor aos acionistas que aprovem o Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2025.

Seixal, 17 de outubro de 2024



Francisco José Pinto Silva Narciso
(Presidente do Conselho de Administração)



João Afonso Almeida da Silva Luz
(Vogal do Conselho de Administração)



Isidro Durão Heitor
(Vogal Não Executivo)



Rute Isabel Talhadas Cesário
(Vogal Não Executivo)

K. ANEXOS

Mapas anexos detalhados trimestralmente

Instruções de elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2025-2027

Fichas descritivas das empreitadas a realizar em 2025

Demonstrações Financeiras aprovadas PAO 2024-2026

PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO 2025

I.1. Plano de Investimento

Descrição	2024		2025		2026		2027		2028		2029		2030		TOTAL	
	mil	mil	mil	mil	mil	mil	mil	mil	mil	mil	mil	mil	mil	mil	mil	mil
Investimentos Capital Fixo	2.304.652	4.191.651	4.077.883	1.444.646	839.814	1.958.832	3.090.011	4.351.217	1.828.654	4.138.057	6.724.747	9.629.008	2.750.282	5.250.644	7.751.532	10.375.575
Edifícios e Outras Construções	1.500.206	3.014.036	427.106	1.687.998	697.590	1.611.661	2.599.060	3.468.537	1.568.344	3.968.210	6.764.560	10.210.644	2.943.392	5.707.994	8.347.191	10.475.140
Equipamento Básico	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	3.111.679	1.108.245	22.145	519.192	1.001.966	1.990.583	2.729.694	3.183.692	591.808	1.182.716	1.781.246	2.348.745	415.893	798.187	1.173.898	1.548.171
Total	5.416.331	5.309.921	4.100.028	3.051.842	1.841.810	3.949.415	5.819.705	7.534.909	3.420.462	9.108.983	14.206.553	21.506.761	5.109.567	11.756.825	19.073.328	22.468.886

I.1. Detalhe do Investimento

Valores previsionais de investimento

Código	Descrição do investimento	Ano	2024		2025		2026		2027		2028		2029		2030		TOTAL	Unidade de Medida
			mil	mil	mil	mil	mil	mil	mil	mil	mil	mil	mil	mil	mil	mil		
3.3-1	Empreitada de Execução da Remediação do Reservatório de Água (Subsistema de Aforsenho) - Fase 1	2024	-	-	350.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	350.000	mil
3.26-4	Empreitada de Execução de Melhorias Corretivas e Realização de Corte de FTAH de Penal Novo	2026	-	-	600.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	600.000	mil
3.21-8	Empreitada para Substituição do Sistema de Arqueamento da Vão de Orlão, substituição do Circuito de Escorrências e Benetificações	2024	-	661.800	441.200	-	-	-	-	1.103.000	-	-	-	-	-	-	2.206.000	mil
3.3-3	Empreitada de Execução da Remediação do Estuário da Alameda (Subsistema de Aforsenho) - Fase 2	2024	-	538.789	161.208	-	-	-	-	699.997	-	-	-	-	-	-	1.399.994	mil
3.23-2-A	Empreitada de Execução da Realização de Infra-estruturas de Drenagem e Elevação do Subsistema da Quinta da Bomba - BN1 Faixas - Fase 1	2023	-	-	376.000	144.000	-	-	-	720.000	-	-	-	-	-	-	1.240.000	mil
3.16-1	Empreitada de Execução do Trabalho Complementares dos Sistemas de Drenagem de Lagalhão - Implementação da Lagoa da SE de Carapalhas	2027	-	-	-	-	350.000	250.000	-	-	-	-	-	-	-	-	600.000	mil
3.16-2-B	Empreitada de Execução para Conclusão dos Sistemas de Drenagem e Elevadores do Subsistema de Lagalhão - Inter-secções em diversas infra-estruturas do subsistema e elevação de cotas	2023	-	-	200.000	200.000	-	-	-	400.000	-	-	-	-	-	-	800.000	mil
3.16-2-B1	Empreitada de Execução para Conclusão dos Sistemas de Drenagem e Elevadores do Subsistema de Lagalhão - Execução do Caminho de acesso à EE Penal de São António	2027	-	-	-	-	-	370.000	-	-	-	-	-	-	-	-	370.000	mil
3.21-1	Empreitada de Construção dos Sistemas de Drenagem e Elevadores do Subsistema de Penal Novo - Remediação do Estreito Penal Novo - Marca 2	2024	-	-	-	900.000	-	-	-	900.000	-	-	-	-	-	-	1.800.000	mil
3.23-1-B	Empreitada de Execução da Realização de Infra-estruturas de Drenagem e Elevação do Subsistema da Quinta da Bomba - BN7 Marca A	2023	-	-	891.000	99.000	-	-	-	990.000	-	-	-	-	-	-	1.980.000	mil

PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO 2025

Código	Descrição de Atividades	Período (mês)	2025			2026			2027			Impacto Social	Impacto Ambiental	Impacto Económico	Impacto Global	Risco	Indicador	Unidade	Valor	Data	Descrição
			Orçamento	Financiamento	Financiamento	Orçamento	Financiamento	Financiamento	Orçamento	Financiamento	Financiamento										
3.24-1	Emprestado de Financiamento para Construção do Sistema de Proteção e Desboreamento do Sistema de Quilómetros de Coimbra - Fase 1 - Alto da Vila	2024	159 303	225 335	-	-	543 838	-	0%	-	100%	0%	-	-	não	não	km	2024	Atividade de Investimento		
3.25-2	Emprestado para Realização do Interior de Ancora	2025	-	650 000	-	-	650 000	-	0%	-	100%	0%	-	-	não	não	km	2025	Atividade de Investimento		
3.28-5	Emprestado de substituição do sistema de medição da ETAR de Sevilha e do Sot de Lame	2025	-	700 000	-	-	700 000	-	0%	-	100%	0%	-	-	não	não	km	2025	Atividade de Investimento		
3.00-4	Emprestado para Prolongamento das Condições de Segurança em Infraestrutura da SPARSUL - Colocação de trevos - P1 e ac	2024	18 825	55 875	-	-	74 700	-	0%	-	100%	0%	-	-	não	não	km	2024	Atividade de Investimento		
3.00-10	SPARSUL - ETAR Alentejo - No âmbito da Lei n.º 2/2020 de 31 de março, Art.º 24.º	2027	-	-	-	120 000	-	0%	-	100%	0%	-	-	não	não	km	2027	Atividade de Investimento			
3.00-11	Estimativa Global de Realização de Atividades de Apoio - Implementação de soluções para aumento de eficiência, manutenção e distribuição de água tratada para medição	2027	810 000	2 140 000	-	-	3 000 000	-	0%	-	100%	0%	-	-	não	não	km	2027	Atividade de Investimento		
3.00-14	Programa ZIRCO - Novas Atividades Energéticas > Produção > SOUAE II (Curso Centralizado ASF)	2025	-	415 200	-	311 400	-	0%	-	100%	0%	-	-	não	não	km	2025	Atividade de Investimento			
3.00-12	Programa ZIRCO - Novas Atividades Energéticas > Regia > Implementação de Soluções para Otimização da Produção de Energia - Focando a parte de Regia e de outras fontes	2025	-	210 184	-	280 246	-	0%	-	100%	0%	-	-	não	não	km	2025	Atividade de Investimento			
3.00-31	Emprestado de Execução da Realização de Infraestrutura de Elevação das Estações de Alentejo (E1, Prolongamento e E1, Horcas), Barragem Nova (E1, Prolongamento), Barragem Nova (E1, Prolongamento), Barragem Nova (E1, Prolongamento) e Barragem Nova (E1, Prolongamento)	2026	-	-	-	1 000 000	-	0%	-	100%	0%	-	-	não	não	km	2026	Atividade de Investimento			
3.3-4	Programa Centralizado - Investimentos de Investimento de Unidade de Tratamento de Lame	2026	-	-	-	1 648 571	-	0%	-	100%	0%	-	-	não	não	km	2026	Atividade de Investimento			
3.12-1	Garantia de Realização de Acordo de Período de Garantia da Execução de Construção da ETAR de Fátima	2024	292 867	585 933	-	-	878 800	-	0%	-	100%	0%	-	-	não	não	km	2024	Atividade de Investimento		
3.00-17	Implementação de Soluções para Monitorização e Tratamento de águas de efluentes de processos de produção de água em plataforma digital em articulação com os municípios (projeto em fase)	2026	-	-	-	211 711	-	0%	-	100%	0%	-	-	não	não	km	2026	Atividade de Investimento			

PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO 2025

Código	Descrição	Ano	2025		2026		2027		Total	%	Risco
			Valor	%	Valor	%	Valor	%			
3.00-26	Investimento para instalação e garantia das condições de segurança da 1ª planta de tratamento de águas residuais (SAR) - 2025	2025	80.000	0%	25.000	100,00%	100.000	0%	375.000	100%	Alto
3.00-28	Preparação de projeto de instalação de bombas para a instalação do fator de potência em 1ª planta de tratamento de águas residuais (SAR) - 2025	2025	80.000	0%	0	0%	0	0%	80.000	100%	Alto
3.00-19	Emprestado de Bens e Instalação dos Decantadores Secundários da ETAR da Zona Industrial de Alentejo (ZIA) - 2023	2023	123.300	32,31%	0	0%	0	0%	155.616	100%	Alto
3.24-5	Governo da Empresa de Gestão e Exploração da ETAR Quaresma - 2023	2023	794.081	94,79%	0	0%	0	0%	696.679	100%	Alto
3.00-18	Emprestado de Bens e Instalação e Substituição de infraestrutura da 2ª planta de tratamento de águas residuais (SAR) - 2023	2023	472.471	58,0%	0	0%	0	0%	472.471	100%	Alto
3.23-1/A	Emprestado de Bens e Instalação de infraestrutura de tratamento de águas residuais (SAR) - 2023	2023	838.500	9,03%	0	0%	0	0%	817.534	100%	Alto
3.4-5	Emprestado de Bens e Instalação no âmbito do Projeto de Garantia de Serviço de Abastecimento de Água da ETAR Barragem/Chão de Cima - 2023	2023	118.615	12,51%	0	0%	0	0%	1.070.841	100%	Alto
SUB-TOTAL (Operacional)			2.657.657	2,52%	18.345.593	19,51%	19.518.805	17,03%	37.034.216	65,55%	
	Atividades para a implementação dos Sistemas de AR		63.973	95,78%	3.78.779	201,03%	201.032	0%	45.282	1.615.319	100%
	Estudos e projetos para a implementação dos Sistemas de AR		293.468	295,55%	1.074.889	583,67%	300.000	0%	353.470	2.901.095	100%
	Apoio às operações		8.710	19,76%	42.133	119,93%	104.967	0%	11.285	306.795	100%
	Adaptação de terrenos para construção dos Sistemas de AR		20.000	158,33%	158.333	158,33%	0	0%	495.000	100%	
	Facilidade de construção dos Sistemas de AR		164.504	107,25%	519.773	519,77%	550.000	0%	1.514.444	3.193.160	100%
SUB-TOTAL (Invest. de preparação e apoio à Operação)			527.655	534,30%	1.984.868	1.984,86%	1.314.332	1.314,33%	1.934.408	6,31%	
	Outros investimentos de construção civil		0	0%	0	0%	0	0%	503.726	303.726	100%
	Outros investimentos de equipamento básico		9.999	89,00%	5.000	5,00%	5.000	0%	4.407.106	4.438.606	100%
	Outros investimentos de equipamento especializado		33.800	736,98%	322.812	1.999,52%	1.999.520	0%	181.820	270.819	100%
	Outros investimentos de outros ativos		44.355	446,56%	1.329.544	1.329,54%	1.360.279	0%	113.093	1.406.649	100%
SUB-TOTAL (Outros Investimentos)			88.554	890,19%	1.857.406	1.857,40%	1.965.811	1,965,81%	5.205.745	11,84%	
TOTAL			3.273.866	3,10%	39.189.792	39,19%	40.818.952	36,01%	53.274.370	72,61%	



PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO 2025

1.2. Fontes de Financiamento

Descrição	2024		2025		2026		2027		2028		2029		2030			
	Orç	Supl	Orç	Supl	Orç	Supl	Orç	Supl	Orç	Supl	Orç	Supl	Orç	Supl		
Pastéis do Correnteis:	107 469 206	99 886 233	103 361 864	99 972 491	99 448 202	96 121 014	95 616 526	92 183 151	91 685 259	88 173 361	87 875 968	84 079 091	83 581 168	79 956 321	79 458 598	75 671 630
Empreendimentos	34 043 706	30 255 765	33 217 184	30 692 334	30 692 334	47 849 634	47 849 634	44 920 749	44 920 749	41 905 744	41 905 744	38 806 259	38 806 259	35 678 934	35 678 934	32 389 689
BEI	54 043 706	30 255 765	33 217 184	30 692 334	30 692 334	47 849 634	47 849 634	44 920 749	44 920 749	41 905 744	41 905 744	38 806 259	38 806 259	35 678 934	35 678 934	32 389 689
Subsídios ao Investimento	51 425 500	49 630 468	50 344 680	49 280 357	48 775 869	48 271 380	47 766 891	47 262 403	46 765 010	46 262 617	45 770 225	45 272 632	44 775 109	44 277 387	43 779 664	43 281 942
Subsídios Comunitários	48 076 967	46 231 681	46 975 047	46 033 340	45 518 851	45 014 363	44 509 874	44 005 385	43 507 993	43 010 600	42 513 207	42 015 814	41 518 092	41 020 369	40 522 647	40 024 924
Outros Subsídios	3 328 622	3 398 787	3 369 633	3 257 018	3 257 018	3 257 018	3 257 018	3 257 018	3 257 018	3 257 018	3 257 018	3 257 018	3 257 018	3 257 018	3 257 018	3 257 018
Prestações Correntes	5 523 315	8 727 506	5 623 360	6 255 201	6 581 137	10 162 974	12 318 911	17 103 308	18 864 558	23 254 750	27 437 036	36 990 178	41 423 100	47 990 938	52 238 100	60 505 735
Empreendimentos	5 523 315	8 727 506	5 623 360	6 255 201	6 581 137	10 162 974	12 318 911	17 103 308	18 864 558	23 254 750	27 437 036	36 990 178	41 423 100	47 990 938	52 238 100	60 505 735
BEI (PMP - amortizado ao longo do ano)	5 523 315	8 727 506	5 623 360	6 255 201	6 581 137	10 162 974	12 318 911	17 103 308	18 864 558	23 254 750	27 437 036	36 990 178	41 423 100	47 990 938	52 238 100	60 505 735
Banca Comunitária/Suplementos		2 214 284				4 460 216	6 034 026	10 465 513	12 120 287	17 082 138	20 766 571	29 543 403	34 424 565	41 261 381	44 718 578	51 962 024
Total	174 914 811	168 813 214	170 451 224	166 252 792	165 029 339	171 283 988	172 135 447	171 016 461	170 927 117	167 016 117	165 332 004	162 878 269	161 354 337	157 927 257	155 009 700	151 962 024



PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO 2025

2.2. Demonstração da Posição Financeira Previsional (Capital Próprio e Passivo)

Descrição	2025												
	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	
Ativo	25.000.000	25.000.000	25.000.000	25.000.000	25.000.000	25.000.000	25.000.000	25.000.000	25.000.000	25.000.000	25.000.000	25.000.000	25.000.000
Capital social	761.832	806.197	816.201	1.068.918	1.068.918	1.068.918	1.068.918	1.068.918	1.068.918	1.068.918	1.068.918	1.068.918	1.068.918
Reserva e outros aportamentos	44.334.105	46.820.245	47.300.308	50.063.936	50.063.936	50.063.936	50.063.936	50.063.936	50.063.936	50.063.936	50.063.936	50.063.936	50.063.936
Resultado líquido do exercício	3.037.372	2.979.026	4.487.316	3.014.344	748.962	1.531.873	2.323.388	3.114.902	774.308	1.383.700	2.401.988	800.498	1.637.249
Total Ativo	74.371.507	75.799.471	77.273.825	78.127.188	78.127.188	78.127.188	78.127.188	78.127.188	78.127.188	78.127.188	78.127.188	78.127.188	78.127.188
Passivo	150.140.878	149.720.172	146.414.410	143.073.461	142.018.773	140.081.890	139.223.538	138.480.525	137.591.674	137.591.674	137.591.674	137.591.674	137.591.674
Passivo não corrente	150.140.878	149.720.172	146.414.410	143.073.461	142.018.773	140.081.890	139.223.538	138.480.525	137.591.674	137.591.674	137.591.674	137.591.674	137.591.674
Provisões	54.043.706	50.255.765	53.217.184	50.872.334	50.673.334	47.849.634	47.849.634	44.930.749	44.930.749	41.905.744	41.905.744	38.906.259	35.678.934
Impostos	49.701	11.986	38.325	16.136	10.864.337	10.864.337	10.864.337	10.864.337	10.864.337	10.864.337	10.864.337	10.864.337	10.864.337
Fornecedores e outros passivos não correntes	11.280.044	9.818.491	11.280.044	15.854.190	15.854.190	15.854.190	15.854.190	16.133.514	16.133.514	16.133.514	16.133.514	16.133.514	16.133.514
Impostos diferidos passivos	18.008.303	15.917.096	15.917.096	15.917.096	15.917.096	15.917.096	15.917.096	15.917.096	15.917.096	15.917.096	15.917.096	15.917.096	15.917.096
Acréscimos de Custos de Investimentos Centralizada	15.313.333	15.088.366	15.088.366	15.088.366	15.088.366	15.088.366	15.088.366	15.088.366	15.088.366	15.088.366	15.088.366	15.088.366	15.088.366
Suavizantes de investimentos	51.425.190	49.630.168	50.314.680	49.280.357	48.775.869	48.271.380	47.766.891	47.262.403	46.765.010	46.267.817	45.770.225	45.273.832	44.776.109
Passivo corrente	10.046.045	14.347.552	11.055.593	14.359.582	13.649.322	15.579.142	17.808.174	22.384.765	24.542.317	29.658.118	35.127.142	41.866.862	47.765.072
Emprestados	3.323.315	8.727.508	3.323.360	8.252.201	6.581.137	10.462.974	13.118.911	17.103.208	18.864.558	23.254.750	27.431.038	36.900.178	41.833.100
RECEITA - amortização (ano seguinte)	5.323.315	6.513.222	5.323.360	8.252.201	6.581.137	3.702.758	6.084.485	6.637.695	6.744.271	6.721.611	6.690.465	7.446.775	6.998.534
Reserva Comercial/Suprimentos	2.114.284	2.114.284	-	-	-	4.460.216	6.014.438	10.465.513	12.720.287	17.082.138	20.716.571	29.543.403	41.251.381
Passivo de longo prazo	54.958	88.231	56.298	195.617	324.006	213.486	206.577	381.784	388.636	391.453	393.190	388.872	324.755
Fornecedores	1.602.807	3.706.261	1.114.605	4.088.223	3.320.911	3.148.923	3.189.765	3.389.284	3.812.486	4.223.899	5.037.642	6.191.670	8.222.249
Outros passivos correntes	2.804.966	1.422.474	1.811.978	1.293.385	1.233.857	1.510.489	1.187.026	1.508.792	1.569.942	1.155.402	1.210.100	1.541.308	1.620.057
Acréscimos de provisões	1.735.845	425.465	3.238.068	461.058	786.284	437.356	563.211	456.289	592.128	492.300	605.204	480.782	615.811
Restituições a receber	103.348	105.496	112.615	112.615	112.615	112.615	112.615	112.615	112.615	112.615	112.615	112.615	112.615
Outros credores	223.510	207.267	100.413	100.413	100.413	100.413	100.413	100.413	100.413	100.413	100.413	100.413	100.413
Fornecedores e outros do exercício	742.322	884.046	1.108.170	1.278.563	1.949.480	629.892	849.178	357.438	600.990	753.322	319.548	557.247	634.214
Imposto sobre o rendimento do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Passivo	160.186.923	164.067.724	157.469.999	157.433.043	155.638.095	155.661.032	157.031.712	160.861.290	162.133.991	167.249.792	172.716.816	180.458.536	188.359.608
Diferença	13.784.584	12.827.747	29.858.326	30.044.145	36.109.113	38.046.298	40.895.476	43.646.663	40.535.514	38.537.514	35.535.372	32.535.550	29.535.580
Total Ativo e Passivo	88.156.091	88.627.218	107.132.151	108.171.333	114.237.201	116.740.024	125.927.294	141.567.843	148.131.188	156.787.302	163.662.180	170.693.738	177.715.188

PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO 2025

2.3. Demonstração dos Resultados por natureza previsual

	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035				
Provisões de Serviços	23 931 186	27 423 409	14 755 806	28 453 907	7 393 261	14 301 918	30 780 147	20 355 186	7 616 650	14 735 135	21 413 096	29 215 300	7 763 155	15 020 873	21 634 395	29 780 375
Risco de Crédito	3 493 180	8 313 933	812 844	3 751 835	2 539 359	5 541 076	8 418 765	11 202 436	3 988 805	9 278 983	15 270 553	22 182 898	4 089 547	11 758 826	17 272 621	22 298 886
Defeituoso/parcialmente recuperável	1 508 676	1 791 121	-1 439 020	164 481	272 144	1 020 064	1 952 398	2 418 930	320 791	1 128 947	2 203 524	2 601 036	362 510	1 215 827	2 546 702	2 875 255
Ganhos de Vendas/Valorado das Incertezas	-530 901	-642 107	-252 237	-542 594	-135 253	-304 085	-444 668	-604 549	-160 175	-313 769	-418 907	-623 847	-183 013	-319 279	-466 878	-634 275
Ganhos de Construção	1 493 180	8 313 933	812 844	3 751 835	2 539 359	5 541 076	8 418 765	11 202 436	3 988 805	9 278 983	15 270 553	22 182 898	4 089 547	11 758 826	17 272 621	22 298 886
Formosidade e Serviços Especiais	10 215 283	12 539 293	5 106 589	12 373 731	2 985 237	6 183 586	8 897 549	12 283 260	3 101 946	6 144 151	9 094 802	12 152 489	2 010 423	5 952 715	8 898 452	11 888 037
Ganhos com Previsão	-4 315 937	-4 927 337	-2 190 624	-1 896 384	-1 389 856	-2 714 224	-1 136 371	-5 605 397	-1 330 840	-3 065 462	-1 561 459	-4 080 918	-1 531 161	-3 098 226	-4 542 118	-6 048 924
Amortiz. Depreciações e Reversões dos Exercícios	-6 882 121	-7 092 491	-4 013 055	-7 853 891	-2 062 105	-4 124 275	-6 182 471	-8 202 310	-2 092 984	-4 186 090	-8 279 039	-8 371 988	-2 094 744	-4 189 165	-6 283 387	-8 370 634
Provisões e Reversões do Exercício																
Perdas por Imparidade e Reversões	2 112 083	1 951 809	1 184 278	2 135 968	304 809	1 008 977	1 513 466	2 017 954	497 393	994 786	1 492 138	1 889 571	897 723	995 445	1 493 188	1 990 890
Subsidios de Investimento	182 216	-207 483	-122 042	215 283	77 718	-130 294	-190 012	253 443	89 708	163 982	215 400	139 714	-126 012	-240 069	-382 310	-493 888
Quotas Ganhos e Perdas Operacionais	50 031	107 839	76 421	76 234	21 663	43 326	61 990	86 633	21 875	43 751	45 426	87 502	22 090	-19 180	66 769	89 359
Resultados Operacionais	5 445 108	5 451 261	2 832 959	5 347 925	1 541 919	2 927 822	4 309 330	5 849 164	1 400 456	3 026 944	4 036 817	6 234 954	1 721 920	3 523 930	5 376 839	7 296 601
Ganhos Financeiros	-2 295 483	1 629 616	813 580	1 561 504	596 014	895 062	1 423 155	1 878 261	475 062	974 285	1 316 192	2 114 086	640 577	1 766 635	2 122 241	2 922 372
Resultados Financeiros	237 338	153 155	124 022	276 371	61 395	112 311	142 206	178 102	31 770	54 626	60 451	64 076	5 823	-11 250	16 875	22 500
Ganhos (Perdas) de Investimentos Financeiros																
Resultados Financeiros	-2 058 145	-1 476 461	-789 558	-1 285 133	535 219	882 751	-1 278 148	-1 700 159	-413 291	-919 459	-1 455 742	-2 048 012	-654 952	-1 355 385	-2 105 768	-2 899 872
Resultado antes de Impostos	3 187 963	3 974 799	2 053 401	4 062 792	1 076 938	3 810 644	5 587 182	4 148 965	987 165	3 107 485	4 581 075	4 186 942	1 066 968	2 168 545	3 271 071	4 396 729
Impostos do Exercício	-318 453	-1 189 055	-1 108 170	-1 583 288	-370 917	-629 892	-848 178	-1 179 186	-357 438	-600 990	-752 322	-1 223 010	-319 548	-537 247	-854 216	-989 535
Impostos diferidos	-40 936	193 280	352 085	534 841	113 179	116 095	80 784	145 083	94 580	77 185	-26 766	66 843	13 099	25 971	-134 021	-27 994
Resultado Líquido do Exercício	2 828 574	3 978 004	1 297 316	3 014 345	719 200	3 296 847	4 419 788	3 974 799	1 124 307	2 585 215	3 802 067	3 205 773	760 519	1 656 273	2 382 834	3 379 199



PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO 2025

2.4. Demonstração de Fluxos de Caixa

	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Atividades operacionais							
Recebimentos de clientes	24.941.256	12.918.112	29.689.038	8.301.315	17.064.989	24.132.664	31.412.870
Pagamentos a fornecedores	(12.100.816)	(16.124.882)	(8.465.028)	(5.275.032)	(9.355.492)	(13.132.253)	(17.097.914)
Pagamentos a pessoal	(2.342.214)	(2.627.765)	(2.153.064)	(898.300)	(2.086.141)	(2.009.707)	(4.141.609)
Fluxo gerado pelas operações	9.498.246	(1.311.535)	4.400.010	2.127.894	5.625.336	7.990.305	(8.173.947)
Pagamentos/tratamentos de impostos sobre o rendimento	(577.191)	(664.305)	(11)	(1.318.561)	(1.318.561)	(1.318.561)	(1.318.561)
Outros recebimentos/pagamentos relativos a atividades operacionais	(885.794)	1.446.597	(140.357)	(2.316.147)	(45.359)	(207.458)	(560.575)
Fluxo gerado por outras atividades operacionais	(1.462.984)	482.292	(140.603)	(2.216.160)	(254.018)	(2.086.021)	(2.139.138)
Fluxo de atividades operacionais	8.035.262	11.993.890	4.259.407	11.764.147	1.553.635	4.201.414	8.034.809
Atividades de investimento							
Recuperação de propriedades de investimento	2.341.827	-	-	-	-	-	-
Investimentos financeiros	-	-	-	-	-	-	-
Adquisição de terrenos	-	-	-	-	-	-	-
Adquisição de imóveis	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos	-	-	-	-	-	-	-
Fluxo dos pagamentos de atividades de investimento	(2.341.827)	-	-	-	-	-	-
Fluxo de atividades de investimento	(2.341.827)	-	-	-	-	-	-
Atividades de financiamento							
Recebimentos provenientes de:							
Emprestimos obtidos	2.144.284	847.661	847.661	5.493.703	22.136.084	65.286.002	34.088.098
Outros empréstimos	14.325	230.310	44.208	40.271	34.333	1.059.654	48.314
Fluxo dos recebimentos de atividades de financiamento	2.228.709	847.661	44.208	5.534.974	22.170.417	66.345.656	34.136.414
Pagamentos realizados a:							
Redução de capital e outros investimentos de capital próprio	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos	(5.141.000)	(5.533.315)	(3.600.351)	(8.225.246)	(3.778.142)	(8.844.113)	(10.343.806)
Emprestimos obtidos (R1)	(1.898.548)	(1.678.626)	(985.040)	(248.492)	(1.646.188)	(1.695.938)	(1.732.740)
Emprestimos obtidos (R2)	(57.802)	(86.862)	(120.756)	(26.492)	(37.432)	(44.151)	(210.515)
Outros empréstimos	(7.097.370)	(2.264.803)	(8.305.411)	(2.220.579)	(2.294.984)	(20.388.603)	(42.307.064)
Fluxo dos pagamentos de atividades de investimento	(7.097.370)	(2.264.803)	(8.305.411)	(2.220.579)	(2,294,984)	(20,388,603)	(42,307,064)
Transferências de caixa e suas equivalentes	(103.916)	(5.955.894)	(3.857.751)	(6.142.409)	(330.775)	83.231	4.038.577
Caixa e suas equivalentes no início do período	2.204.649,15	2.204.649,15	2.200.873	3.478.517	3.478.517	3.478.517	3.478.517
Caixa e suas equivalentes no fim do período	2.204.649,15	1.300.100	1.479.254	3.478.517	2.014.973	1.500.100	1.500.100

PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO 2025

3.2. Quadro de Pessoal

Quadro de Pessoal	2023 REAL		2024 EF		2025 PAO		2025 PAO		2026 ESTIMADO		2027 ESTIMADO	
	jan	dez	jan	dez	jan	set	mar	dez	mar	set	jun	dez
Orgãos Sociais (a)	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12
Pessoal	120	124	133	133	134	142	148	156	156	156	156	158
Total	132	136	145	145	146	154	160	168	168	168	168	170

(a) Engloba Mesa da Assembleia Geral, Conselho Fiscal, Conselho de Administração e ROC

I. Volume de Negócios

Venda	2023 REAL		2024 EF		2025 PAO		2025 PAO		2026 ESTIMADO		2027 ESTIMADO	
	jan	dez	jan	dez	jan	set	mar	dez	mar	set	jun	dez
Prestitação de serviços	€ 23.931.186	27.423.409	14.753.608	21.338.711	28.452.907	7.793.361	14.301.918	20.780.147	28.355.106	7.616.050	14.735.135	21.413.096
Subsídios	€ 15.333.894	37.137.087	20.372.901	29.408.284	78.218.155	10.562.015	19.462.170	28.272.338	38.487.846	10.183.867	19.662.737	28.565.617
Outros	€ 66.735	1	0.220,7	0.235,6	0.223,5	0.234,7	0.234,9	0.230,0	0.234,9	0.248,1	0.249,5	0.249,6
Total	€ 23.931.186	27.423.409	14.753.608	21.338.711	28.452.907	7.793.361	14.301.918	20.780.147	28.355.106	7.616.050	14.735.135	21.413.096
Total	€ 23.931.186	27.423.409	14.753.608	21.338.711	28.452.907	7.793.361	14.301.918	20.780.147	28.355.106	7.616.050	14.735.135	21.413.096

PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO 2025

2.4. Gastos com Pessoal

Descrição	2025		2024		2023		2022		2021		2020		2019		2018		2017		
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
Gastos com Pessoal	279.688	319.886	120.303	291.640	191.398	286.596	382.295	286.596	191.398	286.596	382.295	95.699	286.596	382.295	95.699	191.398	286.596	382.295	
Remunerações dos Órgãos Sociais	2.967.393	3.372.528	1.563.850	3.272.821	918.059	1.832.884	2.768.380	3.258.073	1.033.081	2.068.730	3.069.166	4.093.555	1.032.961	2.053.678	4.082.275	492.507	738.051	984.597	
Remuneração do Pessoal	730.607	821.160	375.219	788.542	222.221	443.756	674.859	912.462	247.550	495.591	741.624	987.189	247.464	492.507	738.051	984.597	984.597	984.597	
Encargos sobre Remunerações	240.045	261.915	115.141	232.447	84.539	168.670	257.696	350.392	97.998	196.609	294.403	391.993	98.202	195.793	293.791	392.405	392.405	392.405	
Seguros	97.705	161.849	16.112	110.934	48.887	97.516	148.841	202.176	56.511	113.334	169.671	225.885	56.837	113.306	170.001	227.151	227.151	227.151	
Outros Gastos com Pessoal																			
Trabalhos para a Própria Empresa																			
Total	3.553.132	4.072.132	2.059.352	4.669.384	3.165.106	5.911.223	4.116.711	5.902.997	3.310.810	4.965.041	4.501.409	5.280.914	1.531.014	4.965.041	4.501.409	3.310.810	4.965.041	4.501.409	4.501.409

3. Endividamento

Descrição	2025		2024		2023		2022		2021		2020		2019		2018		2017		
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
Passivos Não Correntes	56.043.706	50.255.765	53.217.184	50.692.334	50.692.334	47.849.634	44.920.749	44.920.749	44.920.749	41.905.744	41.905.744	38.806.259	41.905.744	38.806.259	41.905.744	38.806.259	35.678.934	35.678.934	32.389.689
Emprestimos	56.043.706	50.255.765	53.217.184	50.692.334	50.692.334	47.849.634	44.920.749	44.920.749	44.920.749	41.905.744	41.905.744	38.806.259	41.905.744	38.806.259	41.905.744	38.806.259	35.678.934	35.678.934	32.389.689
IEI																			
Passivos Correntes	5.523.315	8.727.506	5.623.360	6.255.201	6.581.137	10.162.974	17.103.208	18.864.558	23.254.750	27.437.036	36.990.178	41.423.100	47.990.938	52.238.100	60.505.735	60.505.735	60.505.735	60.505.735	60.505.735
Emprestimos	5.523.315	8.727.506	5.623.360	6.255.201	6.581.137	10.162.974	17.103.208	18.864.558	23.254.750	27.437.036	36.990.178	41.423.100	47.990.938	52.238.100	60.505.735	60.505.735	60.505.735	60.505.735	
IEI (MFP - amortização ano regular)																			
Itens Correntes/Suplementos	5.523.315	8.727.506	5.623.360	6.255.201	6.581.137	5.702.758	6.084.485	6.637.695	6.744.271	6.172.611	6.496.465	7.446.775	6.998.534	6.739.557	7.519.522	8.543.710	8.543.710	8.543.710	
Outros	2.214.284	2.214.284	2.214.284	2.214.284	2.214.284	4.440.216	5.034.426	10.460.513	12.210.207	17.082.138	20.744.521	29.543.403	34.424.565	41.251.381	44.718.578	51.962.024	51.962.024	51.962.024	
Total	61.567.021	58.983.271	58.840.544	56.947.535	57.273.471	58.002.608	62.023.957	63.785.307	70.509.500	69.342.780	78.890.356	83.348.862	89.920.309	94.424.637	121.011.470	121.011.470	96.184.668	96.184.668	92.895.423
Ativos Financeiros	2.200.673	1.300.100	1.609.253	3.478.517	2.016.473	1.500.100	1.500.100	1.500.100	1.500.100	1.500.100	1.500.100	1.500.100	1.500.100	1.500.100	1.500.100	1.500.100	1.500.100	1.500.100	1.500.100
Causa e Bancos	2.200.673	1.300.100	1.609.253	3.478.517	2.016.473	1.500.100	1.500.100	1.500.100	1.500.100	1.500.100	1.500.100	1.500.100	1.500.100	1.500.100	1.500.100	1.500.100	1.500.100	1.500.100	1.500.100
Total	63.767.694	60.283.371	60.449.797	60.426.052	59.289.944	59.502.708	63.547.914	65.330.614	72.010.000	70.842.780	80.390.456	84.848.962	91.420.409	95.924.737	122.511.570	122.511.570	97.684.668	97.684.668	94.395.523

Variação do Endividamento
Emprestimos Bancários de MFP
Emprestimos Bancários
FPA
Novos Investimentos
Capital Social

PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO 2025

4. PMP

Descrição	2024		2025		2026		2027		2028		2029					
	2024	2025	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2024	2025	2026	2027				
Dívida de curto prazo a fornecedores (saldo à data)	1.705.943	3.700.666	1.115.611	4.480.223	3.320.913	3.440.923	3.198.765	3.389.284	3.812.484	4.223.899	5.037.642	4.939.670	4.522.249	4.282.184	4.519.359	3.721.818
Aquisições de bens e serviços (diferença entre meses)	4.183.820	6.700.633	3.401.862	5.949.926	6.023.676	6.679.086	6.200.702	6.559.732	7.589.801	8.811.433	9.441.771	10.474.082	9.599.722	9.111.419	8.957.583	8.614.900
2024	5.889.763	10.401.300	4.517.473	10.430.149	9.344.589	10.120.009	9.400.467	10.349.016	11.402.285	13.035.332	14.479.414	15.413.752	14.599.471	13.393.603	13.476.942	12.336.718



Instruções de Preparação do Plano de Atividades e Orçamento

Instruções para a Elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2025-2027, incluindo o Plano de Investimentos, das empresas públicas, reclassificadas e não reclassificadas, do Setor Empresarial do Estado (SEE), com exclusão das entidades públicas empresariais do SNS.

Na elaboração do seu Plano de Atividades e Orçamento para 2025-2027 (PAO), cada empresa do SEE deverá adotar a estrutura seguinte, sendo que os elementos abaixo indicados correspondem à informação mínima a disponibilizar. Poderão ser apresentados outros elementos adicionais, nas secções indicadas, desde que relevantes para os *stakeholders* da empresa.

I. Introdução

A caracterização da empresa, a sua missão e visão, o modelo de negócio, incluindo recursos humanos, bem como outra informação, designadamente financeira, e sempre que adequado situando-a por referência ao setor em que atua.

II. A estratégia de médio prazo (três anos)

Nesta secção deverá ser especificada a estratégia da empresa, o seu contributo para o desenvolvimento económico e social e para a competitividade e sustentabilidade das finanças públicas e da economia nacional.

Deverá incluir os objetivos estratégicos e setoriais (com os correspondentes indicadores operacionais que melhor permitam caracterizá-los e avaliar do seu impacto económico e social), para cada ano do triénio. Estes objetivos devem ser especificados, para cada ano do triénio e categoria (estratégicos/financeiros e setoriais), no formato (*indicador, meta*) onde *indicador* é a especificação do objetivo, v.g. como uma fórmula ou condição; *meta* é a quantificação relativa ao ano, isto é, o valor do indicador que implica o cumprimento da meta.

Determina-se ainda, se aplicável, a inclusão da execução física e financeira dos projetos de investimento abrangidos pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), detalhando o grau de execução do projeto, da sua maturidade, data inicial de conclusão, data de conclusão revista bem como os montantes aprovados, recebidos e executados por fonte de financiamento, sem prejuízo da informação a prestar nos termos da alínea iv)X.3. referente às instruções para a elaboração da proposta do PAO.

III. Plano de atividades e indicadores de desempenho

Nesta secção devem ser descritas as atividades que decorrem da estratégia apresentada na secção anterior, e que permitem atingir os objetivos aí estabelecidos.

Uma breve descrição dos principais produtos/serviços que se pretendem disponibilizar/prestar, ligando-os aos objetivos a alcançar, e dos meios/recursos e bens intermédios a serem utilizados.

IV. Plano de Investimentos

Deve ser igualmente apresentado o plano de investimentos, com a indicação das respetivas fontes de financiamento (vd. Ponto 3.), acompanhado das demonstrações financeiras previsionais, para cada um dos três anos, com as necessárias notas explicativas.

V. Recursos Humanos

Para assegurar o cumprimento das suas atribuições com a necessária eficiência na utilização dos meios em termos de gestão estratégica e operacional de recursos humanos, para o triénio de 2025-2027, deve apresentar um plano plurianual de entradas e saídas de trabalhadores, devidamente fundamentado através de uma análise custo benefício, excluindo as situações de substituição de trabalhadores, tendencialmente económico-financeira, a curto e médio prazo (5 anos), dependendo da previsão de duração da necessidade de recursos. Devem ser evidenciados os recrutamentos efetuados para substituição de saídas de trabalhadores (desagregando as saídas ocorridas em 2023, as estimadas ocorrer em 2024 e as relativas ao triénio referido), bem como os recrutamentos em cada um dos anos que implicam um aumento líquido do número de trabalhadores.

Deverá ainda ser preenchido o quadro "Mapa RH", constante da folha de cálculo anexa.

VI. Informação Financeira

O Plano Financeiro para o triénio 2025-2027 visa garantir os recursos financeiros necessários à realização das atividades da empresa previstas no Plano de Atividades, devendo o mesmo ser apresentado com a indicação precisa das fontes de financiamento da atividade operacional e de investimento e do serviço da dívida, quando exista. As ações ou atividades que sejam objeto de financiamento ainda não concretizado no momento de elaboração da proposta de PAO (v.g., objeto de candidatura a fundos comunitários ainda não aprovada) devem ser claramente identificadas, uma vez que a sua execução está condicionada à concretização desse financiamento.

Os quadros constantes do ficheiro em folha de cálculo, apenso ao presente despacho, depois de devidamente preenchidos, devem ser todos integrados neste capítulo (devendo o ficheiro em folha de cálculo, preenchido, ser igualmente carregado no SISEE, a acompanhar a proposta de PAO).

VII. Contrato Programa/Contrato de Serviço Público/Contrato de Concessão de Serviço Público
(aplicável apenas às empresas a que for confiada a prestação de serviço público ou serviço de interesse geral devidamente contratualizados)

As empresas públicas do SEE que beneficiem de contratos de serviço público, contratos programa ou outros instrumentos de contratualização de serviço público ou serviço de interesse geral devem identificar, em secção própria ou integrados nas secções II e III atrás, as componentes da sua atividade que respeitam ao cumprimento das obrigações assumidas nos termos desses contratos, com os indicadores e metas anuais e plurianuais que correspondem à sua execução e a que estão obrigados, por forma a ser demonstrado que o PAO é plenamente compatível com o serviço público ou de interesse geral contratualizado a ser prestado e satisfaz as obrigações de serviço definidas neste contrato.

VIII. Quadro síntese de autorizações requeridas

Nesta secção deve ser apresentada uma síntese das autorizações necessárias¹.

Apenas serão objeto de análise e decisão os atos identificados no quadro abaixo. Não sendo identificados, consideram-se automaticamente não autorizados. Se a empresa já dispuser de algum despacho do membro do Governo, deve identificá-lo.

Autorizações Necessárias	Fundamentação	Normativo Aplicável	Página do PAO correspondente
(...)			

unidade: €

IX. Outros

Devem ser apresentados quaisquer elementos adicionais que a empresa considere necessários.

¹ Incluindo eventuais pedidos de dispensa do cumprimento dos princípios enunciados nas presentes Instruções (e os correspondentes despachos dos membros do Governo, se os houver).



X. Anexos

Esta secção contém os anexos ao PAO, conforme descrito no ponto "9. Documentação Anexa", bem como outros que a empresa considere necessários e relevantes.

Adicionalmente, e sempre que estiver em causa a divulgação de informação comercialmente sensível necessária para o cumprimento destas instruções e à cabal apreciação e aprovação do PAO, a empresa deverá informar do mesmo e colocar essa informação num anexo, sem número, que não será sujeito a divulgação.

ELABORAÇÃO DA PROPOSTA DE PAO

1. Pressupostos macroeconómicos de referência

Os Planos de Atividade e Orçamento devem ter em consideração o seguinte cenário macroeconómico:

PIB e componentes da Despesa em termos reais (%)	2024	2025	2026	2027
PIB	1,5	1,9	2,0	1,5
Consumo Privado	1,5	1,7	1,7	1,8
Consumo Público	1,8	1,1	1,4	1,0
Investimento (FBCF)	4,4	3,9	5,1	-0,5
Exportações de Bens e Serviços	3,1	4,2	3,9	3,8
Importações de Bens e Serviços	4,0	4,5	4,6	3,1
Evoluções dos Preços	2,9	2,6	2,5	2,3
IHPC	2,5	2,1	2,0	2,0

Fonte: GPEARI

2. Orientações financeiras para o triénio 2025-2027

Na elaboração das propostas de PAO, todas as empresas públicas, para cada ano e ao longo do triénio 2025-2027, devem, sem prejuízo do cumprimento de todas as disposições legais:

- Prever um crescimento gradual do volume de negócios (vendas e prestações de serviços) e a maximização das receitas mercantis;
- Melhorar o resultado operacional, líquido de provisões, imparidades e correções de justo valor, neste último caso com a eventual exceção, se tal for recomendável, daquelas em que as correções de justo valor são inerentes à sua atividade, como no caso dos ativos biológicos, e refletir esta orientação nos objetivos, planeamento da atividade e planeamento financeiro;
- Melhorar o resultado líquido, resultante da execução da proposta de PAO, sempre que possível;
- Realizar apenas os novos investimentos (que não de substituição) que viabilizem um aumento do resultado operacional ou necessários à prestação de serviço público ou de serviço de interesse geral contratualizados, a demonstrar, por exemplo, por um valor atualizado líquido positivo. Qualquer investimento que não verifique esta condição deve ser referido como tal, acompanhado da devida fundamentação, carecendo de autorização expressa no ato de aprovação do PAO. Deve ser apresentado o *Return on Assets* (ROA, calculado como resultado operacional dividido pelo ativo total), que deve melhorar em cada ano;
- Otimizar a utilização dos recursos humanos, prevendo as ações de formação que permitam melhorar a produtividade, assegurando em cada ano que é melhorado o rácio do resultado operacional pelo número de trabalhadores, que constitui condição *sine qua non* para a

- autorização do aumento do número de trabalhadores ao serviço da empresa;
- f) Desenvolver planos financeiros que sustentem a atividade da empresa, incluindo os investimentos, com a apresentação das fontes de financiamento e a menção clara de que ações ou investimentos estão contingentes na concretização de financiamentos (v.g., de candidaturas aos fundos estruturais). O plano financeiro deve separar claramente o financiamento da atividade operacional do investimento e o endividamento da empresa deve, como orientação geral, diminuir em termos nominais. Deve ser apresentado o *Return on Equity* (ROE, calculado como resultado líquido do exercício dividido pelo capital próprio), que deve melhorar em cada ano (no caso de a *equity* ser negativa, deverá ser demonstrado pela comparação da variação percentual do resultado operacional e do capital próprio);
 - g) Reduzir o endividamento, em termos reais, ;
 - h) Reduzir o volume dos "pagamentos em atraso" (*arrears*).

Deverá ser dada particular atenção à fundamentação de um crescimento real do volume de negócios (vendas e serviços prestados) superior ao do PIB, para qualquer dos anos do triénio, bem como nos casos em que a taxa de crescimento dos gastos operacionais seja superior à do volume de negócios.

As empresas públicas cujo PAO plurianual não preveja uma melhoria do desempenho financeiro no triénio deverão fundamentar a situação, indicando as razões que o determinam e a estratégia de correção a médio prazo desta situação. A não observação da melhoria de desempenho, ou o cumprimento não integral das orientações anteriormente indicadas, desde que, devidamente fundamentados, poderão ser autorizados pelo membro do Governo responsável pela área das finanças.

O incumprimento destas orientações, e o não respeito pelos limites de despesa daqui resultantes ou autorizados em PAO aprovado, implicam para os membros do Conselho de Administração a perda total ou parcial da remuneração variável referente a esse ano ou triénio, nos termos que vierem a ser estabelecidos nos Decretos-Leis de Execução Orçamental, independentemente do que constar nos respetivos contratos de gestão.

3. Princípios de elaboração dos PAO²

A proposta de PAO e respetivas projeções financeiras devem respeitar a legislação e as orientações vigentes para o SEE. O ano de referência a ser tomado para a elaboração do plano anual, será o ano 2024³. É face a ele que se deve perspetivar a atividade das empresas e fundamentar as variações dos

² Relativamente às empresas do setor financeiro, ter em consideração que os indicadores carecem das devidas adaptações e os princípios indicados, designadamente o princípio do endividamento, poderão não ser aplicáveis nos termos das normas orçamentais em vigor.

³ Com base na melhor estimativa à data da elaboração da proposta de PAO.

respetivos orçamentos, obviamente referindo os dois últimos exercícios (2022 e 2023) nos casos em que tal seja necessário para explicar trajetórias ou variáveis. Nos anos subsequentes (2026 e 2027) devem ser considerados como anos de referência os exercícios anteriores.

Na elaboração da proposta de PAO devem ser identificados e quantificados, em particular:

- i) os gastos e os réditos associados às novas atividades/investimentos a desenvolver e os indicadores de execução material e financeira que permitam aferir a respetiva viabilidade económica e financeira e a sua sustentabilidade;
- ii) eventuais contingências, nomeadamente garantias concedidas, e comprovativo da obtenção prévia do respetivo cabimento, nos termos do artigo 5.º da Lei n.º 112/97, de 16 de setembro, na sua redação atual;
- iii) Os eventos sem repetição que traduzam impactos financeiros de elevada materialidade, com a respetiva caracterização e estimativa das implicações financeiras em cada ano do triénio;
- iv) o conjunto de gastos, projetos e investimentos que sejam financiados através de fundos comunitários, com o respetivo planeamento e calendarização, identificando claramente os que serão objeto de financiamento no âmbito do PRR com detalhe sobre a dimensão, componente e investimento/reforma a que respeitam;

Nos casos em que as empresas apresentem proposta de PAO com um valor negativo para o resultado operacional (EBIT), excluindo variações de justo valor, provisões e imparidades, deverá constar em anexo à proposta a estratégia da empresa para repor a sua viabilidade económica e financeira a curto e médio prazo, que não carece de ser apresentado no caso de empresas públicas em liquidação ou que constituem veículos de liquidação de património.

Nas situações em que as empresas apresentem capital próprio negativo por um período de três exercícios económicos consecutivos, tendo em vista o saneamento financeiro das empresas públicas do setor empresarial do Estado, devem ser apresentadas medidas concretas destinadas a mitigar a situação deficitária.

A proposta de PAO anual e plurianual deve, assim, contemplar medidas de otimização de desempenho, visando maximizar o resultado operacional, tendo em conta designadamente, para cada ano do triénio:

v) Eficiência operacional

A proposta de PAO para 2025-2027 deverá garantir a eficiência operacional da empresa, medida pelo rácio dos gastos operacionais (GO) sobre o volume de negócios (VN), o qual deve ser igual ou inferior ao verificado no ano anterior, excluídos os impactos extraordinários



decorrentes do cumprimento de disposições legais.

Para o efeito, o **VN** integra, quando existam, além da rubrica de Vendas e Prestações de Serviços, as indemnizações compensatórias, nos termos dos respetivos contratos de serviço público ou, na ausência destes, quando atribuídas por referência ao volume das obrigações de serviço público ou de interesse geral efetivamente asseguradas pela empresa.

Por sua vez, entende-se por **GO** o somatório de Custo com Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas (CMVMC), Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) e Gastos com Pessoal (GcP) ou de Gastos com Pessoal (GcP) e Gastos Administrativos, conforme aplicável.

Em situações muito excecionais, caso a empresa entenda que o rácio indicado não se revele adequado para aferir o nível da sua atividade, ou em que o rácio seja afetado por fatores extraordinários com impacto significativo, incluindo o cumprimento de imposições legais ou requisitos de segurança da respetiva atividade operacional, a empresa pode propor outro indicador para aferir a eficiência operacional em 2025, o qual deve ser mantido, pelo menos, nos exercícios de 2026 e 2027, a autorizar expressamente pelos membros do Governo responsáveis pela área das finanças e pela área setorial.

Caso a empresa, no passado, tenha sido autorizada a utilizar outro indicador para medir a eficiência operacional, deve ser evidenciada a evolução favorável do mesmo.

No caso de uma reestruturação empresarial, em que exista transferências de, pelo menos, competências e pessoal entre duas ou mais empresas que estejam, ou não, em relação de grupo, a eficiência operacional, em 2025, pode ser avaliada em termos agregados, desde que tal mereça concordância do membro de Governo responsável pela área das finanças. Nestes casos, não pode ser usado um indicador alternativo, exceto nos casos de empresas em liquidação ou liquidadoras de património.

vi) Otimização de Gastos

Os Gastos Operacionais (CMVMC + FSE + GcP)⁴ devem ser iguais ou inferiores ao valor registado ou estimado para o ano anterior, corrigido da taxa de inflação prevista, sem prejuízo do disposto no decreto-lei de execução orçamental.

Neste âmbito, os GcP devem ser desagregados e fundamentados, permitindo uma análise autónoma, designadamente, dos gastos relativos aos órgãos sociais, dos impactos do

⁴ CMVMC – Custos das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas; FSE – Fornecimentos e Serviços Externos; GcP – Gastos com Pessoal.



cumprimento de disposições legais, de orientações expressas do acionista Estado em matéria de concretização do acordo de médio prazo para a melhoria dos rendimentos, dos salários e da competitividade, das valorizações remuneratórias que sejam obrigatórias, do efeito do absentismo e de indemnizações por rescisão contratual, excluindo rescisões por mútuo acordo.

A estimativa de evolução de GcP para 2025 deve explicitar, desagregando, os impactos em ano completo das medidas implementadas em 2024, devidamente suportadas no respetivo enquadramento legal.

O acréscimo dos GO, apenas pode ocorrer em situações excecionais, devidamente fundamentadas e sustentadas em análise custo-benefício, e acompanhadas da demonstração da efetiva cobertura orçamental, mediante autorização do membro do Governo responsável pela área das finanças, em sede de aprovação da proposta de PAO da empresa.

vii) O recrutamento que implique aumento da despesa de pessoal ou aumento do número efetivo de trabalhadores deve ser devidamente fundamentado, sempre que possível numa análise custo/benefício integrada na proposta de PAO, tendo em vista que no momento do recrutamento:

- a Todos os encargos dele decorrentes estejam incluídos na proposta de orçamento anual e plurianual, evidenciando o impacto no ano da contratação e no respetivo triénio, com identificação do montante remuneratório dos trabalhadores a contratar, tendo por referência a base da respetiva carreira e categoria profissional prevista em instrumento de regulamentação coletiva de trabalho ou em regulamento interno, ou, quando não exista, a menor remuneração base que vinha sendo paga na empresa para o exercício da mesma categoria profissional, devendo esta assegurar a inexistência de práticas discriminatórias em matéria salarial;
- b Exista efetiva dotação orçamental para despesas com pessoal;
- c O recrutamento seja considerado imprescindível para a prossecução das atribuições e o cumprimento das obrigações de prestação de serviço público da respetiva entidade;
- d Seja apresentado, por parte da empresa, um plano plurianual de saídas de trabalhadores por motivos, nomeadamente, de aposentação/reforma, identificando:
 - i A média etária na empresa;
 - ii O número de trabalhadores por grupo profissional, com idade igual ou superior a 60 anos de idade e com idade de acesso a pensão de reforma/aposentação;

- e Cumprimento, atempado e integral, dos deveres de informação e reporte, incluindo os previstos na Lei n.º 104/2019, de 6 de setembro, bem como as demais obrigações previstas na lei ou determinadas pelo acionista Estado;
- f Cumprimento dos demais requisitos legais aplicáveis.

viii) Os pedidos de recrutamento de pessoal que não tenham sido objeto de aprovação em PAO anterior, e cuja necessidade se mantenha, devem ser novamente objeto de proposta e expressa autorização. As autorizações de recrutamento para determinado exercício económico devem ser efetivadas nesse ano, mantendo-se válidas pelo prazo adicional de 6 meses, se estiverem a decorrer os devidos procedimentos de seleção, considerando-se sem efeito todas as demais autorizações anteriormente concedidas.

ix) As empresas do SEE apenas podem adquirir ou locar veículos para a frota operacional que se mostrem imprescindíveis à atividade da empresa e veículos não operacionais mediante a apresentação, quanto a estes últimos, de uma análise custo benefício. A fundamentação da necessidade, assim como os respetivos gastos devem ser pormenorizados e expressamente identificados na proposta de PAO.

As empresas do SEE integradas no perímetro de consolidação das Administrações Públicas mediante a aplicação dos critérios definidos no Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais, comumente designada por Empresa Pública Reclassificada (EPR) devem ainda evidenciar, de modo genérico, a conformidade do PAO com a proposta do Orçamento de Estado para 2025.

4. Endividamento

A atividade das empresas públicas do SEE, e em especial o seu planeamento financeiro, deve contemplar uma política de limitação do crescimento do endividamento das empresas.

O endividamento tem também subjacente os aumentos de capital previstos por conversão de créditos em capital ou para cobertura do serviço da dívida.

Atendendo a que o crescimento do endividamento das empresas públicas, quando aplicável, se encontra limitado a 2%, nos termos da Lei do Orçamento do Estado e do respetivo decreto-lei de execução, a proposta de PAO não deve prever um aumento do endividamento individual da empresa



superior a 2%⁵ considerando o financiamento remunerado corrigido pelo capital social realizado e outros instrumentos de capital próprio, excluindo, de novos investimentos com expressão material e de investimentos previstos no PRR.

Para este fim, são considerados novos investimentos com expressão material os que não figuram no plano de investimentos do ano anterior e cuja despesa prevista para qualquer ano do triênio seja igual ou superior a 10,7 milhões de euros ou o resultante da aplicação de 10% do orçamento anual da empresa.

Sem prejuízo do disposto nas normas orçamentais, para aferição da variação do endividamento é aplicada a seguinte fórmula:

$$\frac{(FR_t - FR_{t-1}) + (Capital_t - Capital_{t-1}) - \text{Novos Investimentos}_t}{FR_{t-1} + Capital_{t-1}}$$

em que:

FR – Financiamento remunerado;

Capital – Capital Social ou Capital Estatutário realizado;

Novos Investimentos – Financiamento de novos investimentos com expressão material.

As empresas públicas devem apresentar um quadro resumo que sistematize a seguinte informação relativamente ao serviço da dívida (amortizações e juros) contratualmente previsto:

- i) Designação do empréstimo;
- ii) Finalidade do empréstimo;
- iii) Indicação do mutuante (por exemplo, DGTF, BEI, banca comercial nacional, etc.);
- iv) Indicação da taxa de juro considerada;
- v) Indicação do período de carência e a maturidade do empréstimo;
- vi) Montante das amortizações e dos juros com vencimento em cada ano do triênio;
- vii) Indicação das condições implícitas à amortização antecipada, em concreto quanto à eventualidade da existência do pagamento de prémio e qual o seu valor, caso já exista essa informação.

5. Execução do PAO e autonomia de gestão

A elaboração das propostas de PAO não pode ser desligada dos procedimentos para a sua execução, após a respetiva aprovação. Na execução do PAO as empresas públicas gozam da autonomia de gestão concedida no artigo 25.º do RJSPE, com as limitações decorrentes também da Lei do Orçamento do

⁵ Em situações excecionais e devidamente fundamentadas, o limite do endividamento pode ser aferido no conjunto de empresas que estejam em relação de grupo, competindo à empresa mãe assegurar o efetivo cumprimento daquele limite.

Estado, do Decreto-Lei de Execução Orçamental e de outras normas que venham a ser aprovadas nesta matéria, além de, no caso das empresas reclassificadas, das regras vigentes em matéria de execução dos orçamentos das entidades da Administração Indireta do Estado.

Neste contexto, e atento o referido no parágrafo anterior, os órgãos de administração das empresas públicas do SEE já dispõem de competência para autorizar a celebração de contratos de trabalho sem termo para substituição, para a mesma função, de trabalhadores que cessem o vínculo de emprego por causa não imputável à entidade empregadora e que desempenhem tarefas correspondentes a necessidades permanentes, devidamente justificadas, nos termos do decreto-lei de execução orçamental.

Adicionalmente, no ato de aprovação do PAO, pode, entre outras, ser conferida competência aos órgãos de administração das empresas públicas do SEE no exercício da autonomia financeira para:

1. a celebração de contratos de trabalho a termo resolutivo para substituição de trabalhadores detentores de contrato sem termo, para a mesma função, que se encontrem ausentes, nomeadamente por doença ou parentalidade;
2. a autorização para o recrutamento antecipado para substituição de trabalhadores que deixam a empresa no ano a que respeita o PAO, até ao limite de 5% do número de trabalhadores na categoria, arredondado por excesso, desde que previsto no planeamento de recursos humanos que integra o PAO e identificado no correspondente mapa do anexo.

As empresas informam trimestralmente, através do SISEE, a DGTF e a UTAM das contratações efetuadas ao abrigo dos números anteriores, até ao final do mês seguinte ao fim do trimestre.

6. Plano de Investimentos Anual e Plurianual

O Plano de Investimentos a apresentar deve identificar o montante global de cada projeto e quantificar as fontes de financiamento por projeto e por cada ano do triénio 2025-2027, bem como, o valor remanescente de investimento a realizar (pós 2027), desagregado também por fonte de financiamento. O grau de prioridade de cada projeto de investimento e o enquadramento nos objetivos fixados para a empresa devem ser explicitados de forma clara. Os projetos que já tenham sido objeto de portaria de extensão de encargos deverão ser referenciados como tal, assim como os respetivos termos.

Os novos investimentos, anuais e plurianuais, devem ter cobertura financeira garantida ou pelo menos estarem incluídos em candidaturas a programas comunitários ou PRR (caso em que só serão

executados se a candidatura for aprovada e tiverem a correspondente contrapartida nacional assegurada, quando aplicável) e serem suportados em análise económica e financeira que comprove a sua necessidade social e/ou a sua rentabilidade. Os investimentos devem refletir uma estratégia concertada de sustentabilidade nos domínios económico, social e ambiental. Sempre que a viabilidade económica e financeira do investimento não estiver verificada, deve ser fundamentada a imprescindibilidade do mesmo e, em particular, explicitado, fundamentando, com indicadores sempre que possível, se se trata de um bem público ou se se destina à produção de um bem ou serviço com significativas externalidades.

Os projetos de novos investimentos cujo financiamento implique o recurso a endividamento remunerado ou aumento de capital devem respeitar as orientações vigentes e ter como suporte medidas que minimizem os riscos e os custos para a empresa. As medidas de racionalização do investimento em empresas públicas subsidiárias e no património imobiliário devem também ser incluídas neste plano.

Os novos investimentos com expressão material⁶ propostos pela empresa devem incluir o seguinte, para o horizonte temporal adequado, mas nunca inferior a três anos:

- i) Memória descritiva;
- ii) Programação anual material do investimento, incluindo indicadores físicos que permitam monitorizar a sua execução;
- iii) Plano financeiro plurianual, que inclua o conjunto dos gastos e réditos previstos, garantindo a sua sustentabilidade, e a indicação, para cada ano, das fontes de financiamento durante o período de programação;
- iv) Objetivos a atingir, de forma calendarizada, incluindo indicadores que permitam aferir *ex ante* e verificar *ex post* a viabilidade económico-financeira dos investimentos propostos (designadamente, ROI, TIR, VAL e/ou Período de Recuperação do Investimento);
- v) Indicadores financeiros que permitam o acompanhamento e monitorização da implementação destes investimentos, articulados com os indicadores físicos.

No caso de projetos de investimento em curso, deve ser indicado o respetivo grau de execução física e financeira, o valor aprovado (no âmbito de PAO anteriores), a estimativa de execução até ao final do ano de referência, bem como o valor remanescente de investimento a realizar em cada ano do triénio e pós 2027 (quando aplicável) e desagregados por fonte de financiamento.

⁶ São considerados novos investimentos com expressão material os que não figuram no plano de investimentos do ano anterior e cuja despesa prevista para qualquer ano do triénio seja igual ou superior a 10,7 milhões de euros ou a 10% do orçamento anual da empresa.

7. Plano de Reestruturação e Plano de Liquidação

As empresas em reestruturação que não têm Plano de Reestruturação aprovado devem diligenciar no sentido de submeter um Plano de Reestruturação, onde devem ser indicadas as medidas a adotar num horizonte temporal de 3 anos, que cumpra as orientações governamentais específicas para a empresa e permita restaurar a sua viabilidade económica e financeira. Este Plano deverá conter, necessariamente:

- i) As atividades a desenvolver, a sua calendarização e programação financeira, bem como os indicadores de atividade necessários para o seu acompanhamento e avaliação;
- ii) As medidas de gestão operacional, financeira e de RH a adotar com vista à recuperação da empresa e otimização de recursos;
- iii) Projeções económico-financeiras e respetivos indicadores que permitam acompanhar, monitorizar e avaliar a performance financeira da empresa, e designadamente, as demonstrações financeiras anuais para o triénio.

O Plano de Reestruturação integra assim o Plano de Atividades e Orçamento destas empresas, nos termos e para os efeitos do artigo 39.º do RJSPE, sendo-lhe aplicáveis as presentes instruções, com as devidas adaptações.

Às empresas em liquidação ou liquidadoras de património não são aplicáveis as regras relativas: à melhoria do resultado operacional e à viabilidade económica e financeira; à eficiência operacional. No tocante às orientações financeiras para o triénio só terão de as observar enquanto tal não impedir o cumprimento do Plano de Liquidação.

As empresas em liquidação, em particular, deverão apresentar propostas de PAO que permitam dar pleno cumprimento ao Plano de Liquidação, que compreenderá as ações a tomar para liquidação da empresa, com a respetiva calendarização e programação financeira. O PAO destas empresas pode reportar-se a um prazo inferior a três anos sempre que a liquidação termine antes do final do triénio, e compreenderá em particular as atividades a desenvolver e os recursos a utilizar, humanos e financeiros, necessários à boa execução do Plano de Liquidação.

As empresas em liquidação que não tenham Plano de Liquidação aprovado ou que, tendo-o, o pretendam alterar, deverão apresentar a respetiva proposta de Plano de Liquidação ou de alteração⁴, em anexo à proposta de PAO, incluindo necessariamente a proposta de recalendarização das ações, acompanhada de memória descritiva que justifique e fundamente quer o incumprimento do plano anterior ou a desadequação deste, quer a nova proposta de plano.

8. Data Limite para Entrega dos PAO e procedimentos de análise

A data limite para entrega dos IPG é o dia **20 de setembro de 2024**, na sua forma completa e de acordo com as presentes instruções, devendo a proposta de PAO e toda a documentação que a acompanhe, incluindo o referido ficheiro em folha de cálculo, ser disponibilizada de forma desmaterializada através da plataforma SISEE.

Salienta-se ainda que, nos termos do artigo 43.º do RJSPE, as empresas públicas estão obrigadas a cumprir a missão e os objetivos que lhes tenham sido fixados, elaborar PAO adequados aos recursos e fontes de financiamento disponíveis.

⁴ Também neste caso sem prejuízo do necessário processo de apreciação e aprovação dos planos de liquidação, nos termos e para os efeitos da legislação aplicável.

A apresentação e subsequente aprovação tempestivas dos PAO e dos Planos de Investimento é determinante para a normal gestão e funcionamento das empresas públicas, permitindo o pleno exercício da autonomia de gestão prevista no RJSPE, e a avaliação do desempenho dos administradores e da qualidade, a par de maior responsabilização da gestão, além de viabilizar o cumprimento dos objetivos fixados naqueles planos e nos contratos de gestão.

As propostas de PAO são analisadas pela UTAM, que aprecia a sua conformidade e compatibilidade face ao equilíbrio das contas públicas e da execução orçamental das verbas afetas a cada ministério, nos termos do disposto no RJSPE, da Lei do Orçamento do Estado e do Decreto-Lei de Execução Orçamental para cada ano.

No âmbito do n.º 1 do artigo 12.º e para os efeitos previstos na alínea e) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto Regulamentar n.º 1/2014, de 10 de fevereiro, na sua redação atual, as empresas públicas do setor empresarial do Estado devem colaborar com a UTAM no sentido de assegurar que as respetivas propostas sejam submetidas tempestivamente e com instrução completa, de modo a reunirem condições de merecer aprovação.

Assim, e por forma a agilizar o processo de análise e aprovação de propostas de PAO ou de alteração aos PAO aprovados, determina-se que:

- 1) Quando, no âmbito da análise das propostas de PAO, seja identificado o incumprimento das instruções para elaboração dos mesmos, designadamente, quando a proposta de PAO apresente instrução incompleta e/ou quando a instrução impossibilite a sua aprovação, ou quaisquer outras

questões que suscitem uma apreciação negativa ou justifiquem a apresentação de melhor fundamentação, a UTAM, através de comunicação escrita, solicita à empresa que informe, no prazo de 5 dias úteis, a contar daquela comunicação, sobre a intenção de:

- a) prestar esclarecimentos sobre a proposta de PAO, no prazo de 10 dias úteis; ou,
 - b) apresentar uma nova proposta de PAO, no prazo de 20 dias úteis.
- 2) Caso a empresa não informe a UTAM no prazo referido no número anterior, ou não preste os esclarecimentos ou não apresente uma nova proposta de PAO nos prazos estabelecidos nas alíneas a) e b) do número anterior, respetivamente, o diretor da UTAM pode decidir arquivar a proposta de PAO, considerando-se a mesma como não recebida, para todos os efeitos legais.
- 3) A UTAM informa a empresa, através de comunicação escrita, da decisão de arquivamento da proposta de PAO, dando conhecimento à DGTF, para efeitos de registo no SISEE.
- 4) O disposto nos números anteriores aplica-se às propostas de alteração ao PAO, com as devidas adaptações.
- 5) Sem prejuízo do disposto no número 1, a UTAM pode, se considerar existirem condições para o efeito, propor a aprovação do Plano de Investimentos.

9. Documentação Anexa

Devem ainda estar anexos ou integrar a proposta de PAO os seguintes documentos, sempre que aplicável:

- i) Parecer do Órgão de Fiscalização (Conselho Fiscal, Fiscal Único e ROC, quando aplicável); Despachos do membro do Governo da área das finanças de dispensa do cumprimento dos princípios enunciados nas presentes Instruções, com impacto na proposta de PAO, caso aplicável, designadamente:
 - i) Despachos de autorização de utilização de indicador alternativo para aferição da eficiência operacional;
 - ii) Despachos de autorização de dispensa dos princípios relativos à eficiência operacional ou gastos operacionais ou aquisição e locação de veículos;
 - iii) Despachos de autorização da dispensa do cumprimento dos princípios respeitantes à gestão dos recursos humanos, e em particular autorizações de recrutamentos concedidas e ainda não exercidas;
- ii) Demonstrações financeiras previsionais, detalhadas para o triénio de 2025-2027, e

desagregadas por trimestre no ano de 2025:

- i Balanço previsional;
- ii Demonstração de resultados por natureza;
- iii Demonstração dos fluxos de caixa previsional⁷;

(Para este efeito devem ser utilizados os quadros remetidos em folha de cálculo).

- iii) Planificação de Recursos Humanos, para o triénio, cabalmente fundamentada e demonstrada a sua efetiva cobertura no orçamento aprovado, no contrato programa ou no contrato de serviço público em vigor, quando aplicável.
- iv) Planeamento financeiro para 2025-2027, detalhado por trimestre em relação à previsão para 2024, com separação por financiamento da atividade operacional e do investimento, por fonte de financiamento, e a discriminação dos encargos financeiros por natureza do instrumento/tipo de dívida.
- v) Plano de Investimentos quantificado e detalhado, com as respetivas fontes de financiamento por projeto e por ano. No caso de projetos de investimento em curso deverá ser indicada, conforme atrás referido, a respetiva execução física e financeira acumulada até 2023, a estimativa para 2024, os valores previsionais de 2025 a 2027, e o valor remanescente de investimento a realizar, com dados desagregados por fonte de financiamento.
- vi) Memória descritiva de cada um dos novos investimentos com expressão material propostos pela empresa (quando este último limite se revele inferior), com a identificação do conjunto dos gastos e réditos previstos, desagregados por ano e por fonte de financiamento, os objetivos a atingir e os indicadores económico-financeiros (designadamente, ROI, TIR, VAL e/ou Período de Recuperação do Investimento) e a programação material e financeira;
- vii) Portarias de extensão de encargos já emitidas relativamente a investimentos, quando aplicável;
- viii) Plano de Reestruturação, Plano de Liquidação ou alteração ao Plano de Liquidação, quando aplicável;
- ix) Outros elementos considerados relevantes.

⁷ Do qual devem constar notas explicativas dos fluxos projetados.



Fichas descritivas das empreitadas a realizar em 2025

SELEÇÃO DE INVESTIMENTOS PLURIANUAIS ESPECÍFICOS PARA ACOMPANHAMENTO

A menção a "investimento plurianual" destina-se apenas a clarificar o caráter universal da seleção, visto que o investimento anual é apenas um caso particular do plurianual. Entende-se "investimento" como o conjunto de processos que culminará na realização e conclusão de uma determinada empreitada mas que começa muito antes da mesma (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, geotécnia, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às empreitadas, prestação desse apoio, aquisição/expropriação/terceio de terrenos, concurso para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua finalização).

No entanto, por uma questão de maior foco e simplicidade, todos os dados "numéricos" (valores, datas, mês ou ratios) presentes nesta ficha referem-se exclusivamente à empreitada, a qual representa uma percentagem muito importante do valor global do investimento. Considera-se que o acompanhamento "numérico" é mais simples e realista se se concentra num processo individual, sendo certo que a empreitada (incluindo fornecimento e montagem de equipamentos) é de longe o processo individual mais relevante no conjunto dos investimentos. Mas há que alertar que não são apenas os aspetos "numéricos" que estão aqui em causa e que as notas sobre o desenvolvimento do investimento devem abarcar os vários componentes do mesmo.

LEGENDA: XXXX - Introdução de dados

Nome da empresa

SIMARSUL, SA

Denominação completa da empresa

Data de elaboração do planeamento

31-07-2024

Data formal da conclusão do processo de elaboração do planeamento; por definição, esta data refere-se sempre ao último dia do mês em causa

Informação com vista à seleção dos investimentos a considerar para efeitos de acompanhamento, de acordo com o planeamento

N	Empreitada	Valor total previsto para a obra (milhares de euros)	Execução prevista para o ano 2025	Mês de início real ou previsto	Mês de conclusão previsto	Tipo de investimento		
						Obra nova	Reabilitação/Remodificação/Substituição	Total
						(%)		

Lista das dez empreitadas com maior valor que tenham execução em 2025, por ordem decrescente desse valor, de acordo com o planeamento

1	Empreitada para Substituição do Sistema de Anejoamento da Vala de Oxidação, substituição do Circuito de Escorrências e Beneficiações Gerais da ETAR de Pinhal Novo	1 103	441	Jul/24	mar/25			
2	Empreitada de Reabilitações Gerais na ETAR Quinta da Bomba (Fase 1)	1 065	334	dez/24	ago/26			
3	Empreitada de Execução da Reabilitação de Infra-estruturas de Drenagem e Elevação do Subsistema da Quinta da Bomba - INT Bacia A	990	891	abr/25	jan/26			
4	[GB]-Empreitada de Reabilitação no âmbito do Período de Garantias da Empreitada de Conceção-Constuição da ETAR Fernão Ferro	879	586	set/24	ago/25			
5	Empreitada para Reabilitação do Interceptor da Amora	850	850	mar/25	out/25			
6	Programa ZERO > Neutralidade Energética > Produção > SOLAR III (Concurso Centralizado AdP)	727	415	jun/25	jun/26	100%		
7	Empreitada de Execução da Reabilitação de Infra-estruturas de Drenagem e Elevação do Subsistema da Quinta da Bomba - INT Fanqueiro - Fase 1	720	576	mai/25	fev/26			
8	Empreitada de substituição do sistema de desidratação da ETAR de Sesimbra e dos Sítos de Lamas	700	700	mai/25	dez/25			
9	Empreitada de Execução da Remodificação do Emissário da Atalaia (Subsistema do Afonsoeiro) - Fase 2	700	161	abr/24	jan/25			
10	Empreitada de Construção do Sistema de Drenagem e Elevatório da Lançada (Subsistema Afonsoeiro)	650	163	out/25	set/26	100%		

Lista das dez empreitadas com maior execução prevista ao longo do ano 2025, por ordem decrescente dessa execução, de acordo com o planeamento

1	Empreitada de Execução da Reabilitação de Infra-estruturas de Drenagem e Elevação do Subsistema da Quinta da Bomba - INT Bacia A	990	891	abr/25	jan/26			
2	Empreitada para Reabilitação do Interceptor da Amora	850	850	mar/25	out/25			
3	Empreitada de substituição do sistema de desidratação da ETAR de Sesimbra e dos Sítos de Lamas	700	700	mai/25	dez/25			
4	[GB]-Empreitada de Reabilitação no âmbito do Período de Garantias da Empreitada de Conceção-Constuição da ETAR Fernão Ferro	879	586	set/24	ago/25			
5	Empreitada de Execução da Reabilitação de Infra-estruturas de Drenagem e Elevação do Subsistema da Quinta da Bomba - INT Fanqueiro - Fase 1	720	576	mai/25	fev/26			
6	Empreitada para Substituição do Sistema de Anejoamento da Vala de Oxidação, substituição do Circuito de Escorrências e Beneficiações Gerais da ETAR de Pinhal Novo	1 103	441	Jul/24	mar/25			
7	Programa ZERO > Neutralidade Energética > Produção > SOLAR III (Concurso Centralizado AdP)	727	415	jun/25	jun/26	100%		
8	Empreitada de Reabilitações Gerais na ETAR Quinta da Bomba (Fase 1)	1 065	334	dez/24	ago/26			
9	Empreitada de Execução para Conclusão dos Sistemas de Drenagem e Elevatórios do Subsistema da Quinta do Conde - Fase 1 - Alto das Vinhas	564	226	jun/24	mar/25	100%		
10	Programa ZERO > Neutralidade Energética > Biogás > Implementação de Soluções para Otimização da Produção de Energia Elétrica a partir do Biogás e/ou outras fontes	514	210	abr/25	jan/27	100%		

Lista das cinco empreitadas propostas pela empresa para efeitos de acompanhamento a realizar

1	Empreitada de Execução da Reabilitação de Infra-estruturas de Drenagem e Elevação do Subsistema da Quinta da Bomba - INT Bacia A	990	891	abr/25	jan/26			
2	Empreitada para Reabilitação do Interceptor da Amora	850	850	mar/25	out/25			
3	Empreitada de substituição do sistema de desidratação da ETAR de Sesimbra e dos Sítos de Lamas	700	700	mai/25	dez/25			
4	Empreitada de Execução da Reabilitação de Infra-estruturas de Drenagem e Elevação do Subsistema da Quinta da Bomba - INT Fanqueiro - Fase 1	720	576	mai/25	fev/26			
5	[GB]-Empreitada de Reabilitação no âmbito do Período de Garantias da Empreitada de Conceção-Constuição da ETAR Fernão Ferro	879	586	set/24	ago/25			

As cinco empreitadas propostas pela empresa podem ser todas, integrantes de uma ou das duas listas de dez obras acima, ou podem não o ser, quando existam motivos que tornem muito relevante uma outra obra.

Fundamentação para a seleção de investimentos proposta pela empresa

Foram selecionadas as empreitadas com maior execução prevista para 2025 e/ou mais relevantes para o sistema multimunicipal

Razões pelas quais a empresa considera serem as cinco investimentos acima aqueles que merecem maior atenção

FICHA DESCRITIVA DE INVESTIMENTO PLURIANUAL - 1

O número de ordem identifica o investimento, de acordo com a seleção de investimentos realizada.
A menção a "Investimento plurianual" destina-se apenas a clarificar o caráter universal da ficha, visto que o investimento anual é apenas um caso particular do plurianual.
Entende-se "investimento" como o conjunto de processos que culminará na realização e conclusão de uma determinada empreitada mas que começa muito antes da mesma (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, geotecnia, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às expropriações, prestação de apoio, aquisição/implantação/servidão de terrenos, oneroso para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização).
No entanto, por uma questão de maior foco e simplicidade, todos os dados "numéricos" (valores, datas-mês ou ratios) presentes nesta ficha referem-se exclusivamente à empreitada, a qual representa uma percentagem muito importante do valor global do investimento. Considera-se que o acompanhamento "numérico" é mais simples e imediato se se concentra num processo individual, sendo certo que a empreitada (incluindo o fornecimento e montagem de equipamentos) é de longe o processo individual mais relevante no consumo dos investimentos. Mas há que acentuar que não são apenas os aspetos "numéricos" que estão aqui em causa e que as notas sobre o desenvolvimento do investimento devem abarcar os diversos componentes do mesmo.
Nota importante de preenchimento: nos campos nos quais é solicitada a introdução de determinado mês, a data introduzida tem de ser a do primeiro dia do mês, ou seja, o formato de introdução de data é "mm/aa".

LEGENDA: - introdução de dados

Nome da empresa

SIMARBUSUL, SA

Denominação completa da empresa

Data de elaboração do planeamento

Data formal de conclusão do processo de elaboração do planeamento; por definição, esta data refere-se sempre ao último dia do mês em causa

Designação do investimento

Empreitada de substituição do sistema de desidratação da ETAR de Sesimbra e dos Silos de Lamas

A designação do investimento coincide com a designação da empreitada.

Tipo de investimento

Obra de Reabilitação/Remodelação/Substituição

Uma obra exclusivamente de ampliação e considerada uma "obra nova".

(milhares de euros)

Estimativa do valor total da empreitada

Valor total estimado para a empreitada, considerando a totalidade da sua duração, passada e futura.

Estimativa do valor total da componente "obra nova"

(habitantes)

Valor total estimado para a componente da empreitada afecta à nova população a servir (se for o caso), podendo corresponder à obra inteira, e uma parcela ou a ajuda.

População servida

População residente, população flutuante, equivalente industrial, consoante os casos; é indiferente tratar-se de uma obra nova ou de uma obra de reabilitação/remodelação/substituição.

População adicional servida

Esta em causa apenas a parcela de população que não estava servida pela empresa anteriormente e que beneficia da componente "obra nova" (parcial ou total) da empreitada.

(euros)

Custo per capita para a obra total

Ratio do valor total da empreitada sobre a população servida

Custo per capita relativo à "obra nova"

Ratio do valor total da componente "obra nova" sobre a população adicional servida

Localização física do investimento

Sesimbra

Deve fazer-se menção ao município ou municípios em cujo território a obra se desenvolve, e à povoação/povoações ou ao local/localis se for caso disso.

Breve descrição da obra a realizar

A intervenção consiste na substituição da centrífuga existente por uma nova, reabilitando o digestor anaeróbio de lamas que se encontra fora de serviço por forma a utilizar este volume ocioso para armazenagem das lamas em caso de avaria. A intervenção engloba ainda a flexibilização do By-Pass da ETAR, desinfeção da água de serviço e substituição dos silos de lamas que se encontram em estado avançado de deterioração.

Descrição sumária que permita conhecer, nas suas grandes linhas, a obra em causa.

Justificação da necessidade do investimento

A ETAR de Sesimbra encontra-se dotada de uma única centrífuga para desidratação das lamas produzidas encontrando-se em operação há cerca de 20 anos. Nos últimos anos o equipamento já recebeu manutenções muito avultadas. Acresce à idade avançada do equipamento de desidratação de lamas, a elevada afluência de população flutuante à zona de Sesimbra durante os meses de Verão, e consequentemente o aumento do caudal de lamas a tratar durante esse período, que se traduzem num elevado risco de falha de funcionamento dessa etapa e por conseguinte de toda a ETAR. Os silos de lamas apresentam também um estado elevado de corrosão sendo necessária a sua substituição

Recumo dos aspetos essenciais que levaram a que este investimento tenha tido prioridade face a outros (aspetos esses que podem ter que ver com alargamentos, remodelações, substituição, cumprimento de normativos, melhorias de serviço, etc.) e que se presidem sempre com o retorno a obter (que pode ser financeiro mas também, se for o caso, de sustentabilidade ou de qualidade).

Mês de início anterior à data do planeamento

A primeira apenas se o início da obra for anterior à data de elaboração do planeamento. Entende-se "mês de início" como o mês a que se refere a primeira faturação da empreitada.

Mês previsto para o começo da contagem do tempo

A primeira sempre. Está em causa o mês previsto para o início da obra, entendido como o mês a que se refere a primeira faturação da empreitada (com exceção do caso da linha seguinte). Se o mês de início da obra tiver ocorrido antes da data de elaboração do planeamento, a contagem do tempo começa no mês imediato a tal data, a menos que haja uma suspensão da obra, caso em que a contagem começa no mês previsto para a retoma.

Mês previsto para a conclusão da obra

O mês de conclusão previsto resulta da adição do prazo previsto (jubilica seguinte) ao mês previsto para o começo da contagem do tempo (jubilica anterior).

FICHA DESCRITIVA DE INVESTIMENTO PLURIANUAL - 1

O número da ordem identifica o investimento, de acordo com a seleção de investimentos realizados.
A menção a "investimento plurianual" destina-se apenas a clarificar o carácter universal da ficha, visto que o investimento anual é apenas um caso particular do plurianual.
Entende-se "investimento" como o conjunto de processos que culminará na realização e conclusão de uma determinada empreitada mas que começa muito antes da mesma (contratação de estudos de engenharia, elaboração de trabalhos de topografia, geotecnia, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às expropriações, prestação de apoio às expropriações/serviço de terrenos, concurso para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização).

No entanto, por uma questão de maior foco e simplicidade, todos os dados "numéricos" (valores, datas-mês ou ratios) presentes nesta ficha referem-se exclusivamente à empreitada, a qual representa uma percentagem muito importante do valor global do investimento. Considera-se que o acompanhamento "numérico" é mais simples e imediato se se concentra num processo individual, sendo certo que a empreitada (incluindo o fornecimento e montagem de equipamentos) é de longe o processo individual mais relevante no comum dos investimentos. Mas há que acentuar que não são apenas os aspetos "numéricos" que estão aqui em causa e que as notas sobre o desenvolvimento do investimento devem abarcar as diversas componentes do mesmo.

Nota importante de preenchimento: nos campos nos quais é solicitada a introdução de determinado mês, a data introduzida tem de ser a do primeiro dia do mês (sugere-se o seguinte formato de inserção: "Jun16").

LEGENDA: - introdução de dados

Nome da empresa
SIMARSUL, SA

Denominação completa da empresa

Data de elaboração do planeamento
31-07-2024

Data formal de conclusão do processo de elaboração do planeamento; por definição, esta data refere-se sempre ao último dia do mês em causa

Designação do investimento

Empreitada para Reabilitação do Interceptor da Amora

A designação do investimento coincide com a designação da empreitada.

Tipo de investimento

Obra de Reabilitação/Remodelação/Substituição

Pode tratar-se de "obra nova", de "obra de reabilitação/remodelação/substituição" ou ter as duas componentes (caso em que deve ser indicada a estimativa do peso percentual que cabe a cada uma).
Uma obra exclusivamente de ampliação é considerada uma "obra nova".

Estimativa do valor total da empreitada
850 (milhares de euros)

Valor total estimado para a empreitada, considerando a totalidade da sua duração, passada e futura.

Estimativa do valor total da componente "obra nova"
(milhares de euros)

Valor total estimado para a componente da empreitada afecta à nova população a servir (se for o caso), podendo corresponder à obra inteira, a uma parcela ou a nada.

População servida
82 612 (habitantes)

Pode incluir população residente, população flutuante, equivalente industrial, consoante os casos; é indiferente tratar-se de uma obra nova ou de uma obra de reabilitação/remodelação/substituição.

População adicional servida
(habitantes)

Está em causa apenas a parcela da população que não estava servida pela empresa anteriormente e que beneficia da componente "obra nova" (parcial ou total) da empreitada.

Custo per capita para a obra total
10 (euros)

Ratio do valor total da empreitada sobre a população servida

Custo per capita relativo à "obra nova"
(euros)

Ratio do valor total da componente "obra nova" sobre a população adicional servida

Localização física do investimento

Seixal

Deve fazer-se menção ao município ou municípios em cujo território a obra se desenvolve, e à povoação/povoações ou ao local/focais se for caso disso.

Breve descrição da obra a realizar

A obra prevê a reabilitação de troços do INT da Amora por relining. A empreitada prevê a introdução de dispositivos de controle de caudal e minimização de entrada de água pluvial e água salina do estuário.

Descrição sumária que permita conhecer, nas suas grandes linhas, a obra em causa.

Justificação da necessidade do investimento

O Interceptor recebe contribuições pluviais e água de mar e apresenta deficiências na capacidade de transporte sendo fundamental corrigir estas deficiências

Resumo dos aspetos essenciais que levaram a que este investimento tenha tido prioridade face a outros (aspetos esses que podem ter que ver com alargamentos, remodelações, fiabilidade, cumprimento de normativos, melhorias de serviço, etc.) e que se prendem sempre com o retorno a obter (que pode ser financeiro mas também, se for o caso, de sustentabilidade ou de qualidade).

Mês de início anterior à data do planeamento
(mês e ano)

A preencher apenas se o início da obra foi anterior à data de elaboração do planeamento. Entende-se "mês de início" como o mês a que se refere a primeira faturação da empreitada.

Mês previsto para o começo da contagem do tempo
mar/25

A preencher sempre. Está em causa o mês previsto para o início da obra, entendido como o mês a que se refere a primeira faturação da empreitada (com exceção do caso da linha seguinte).

Se o mês de início da obra tiver ocorrido antes da data de elaboração do planeamento, a contagem do tempo começa no mês imediato a tal data, a menos que haja uma suspensão da obra, caso em que a contagem começa no mês previsto para a retoma.

Mês previsto para a conclusão da obra
out/25

O mês de conclusão previsto resulta da adição do prazo previsto (rubrica seguinte) ao mês previsto para o começo da contagem do tempo (rubrica anterior).

FICHA DESCRITIVA DE INVESTIMENTO PLURIANUAL - 1

O número de ordem identifica o investimento, de acordo com a seleção de investimentos realizada.
 A menção a "investimento plurianual" designa-se apenas a clarificar o carácter universal da ficha, visto que o investimento anual é apenas um caso particular do plurianual.
 Entende-se "investimento" como o conjunto de processos que culminará na realização e conclusão de uma determinada empreitada mas que começa muito antes da mesma (contratação de estudos, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, geotécnia, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, realdo do projeto, contratação de apoio às apropriações, prestação de apoio à apropriação) servindo de terreno, contorno para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização).
 No entanto, por uma questão de maior foco e simplicidade, todos os dados "numéricos" (valores, datas-mês ou ratios) presentes nesta ficha referem-se exclusivamente à empreitada, a qual representa uma percentagem muito importante do valor global do investimento. Considera-se que o acompanhamento "numérico" é mais simples e imediato se se concentrar num processo individual, sendo certo que a empreitada (incluindo o fornecimento e montagem de equipamentos) é da longe o processo individual mais relevante no comum dos investimentos. Mas há que acenar para o facto de apenas os algarismos "numéricos" que estão aqui em causa e que as notas sobre o desenvolvimento do investimento devem abarcar as diversas componentes do mesmo.
 Nota importante de preenchimento: nos campos nos quais é solicitada a introdução de determinado mês, a data introduzida tem de ser a do primeiro dia do mês (seguinte à data de início do investimento, em 15).

LEGENDA: - introdução de dados

Nome da empresa
 SIMARSUL, SA

Denominação completa da empresa
 Denominação completa da empresa

Data de elaboração do planeamento
 Data formal de conclusão do processo de elaboração do planeamento; por definição, esta data refere-se sempre ao último dia do mês em causa

Designação do investimento
 Empreitada de Execução da Reabilitação de Infra-estruturas de Drenagem e Elevação do Subsistema da Quinta da Bomba - INT Figueirido - Fase I

Tipo de investimento
 A designação do investimento coincide com a designação da empreitada.

Obra de Reabilitação/Remodelação/Substituição
 Pode tratar-se de "obra nova", de "obra de reabilitação/remodelação/substituição" ou ter as duas componentes (caso em que deve ser indicada a estimativa do peso percentual que cabe a cada uma).
 Uma obra exclusivamente de ampliação é considerada uma "obra nova".

Estimativa do valor total da empreitada
 Valor total estimado para a empreitada, considerando a totalidade da sua duração, passada e futura. (milhares de euros)

Estimativa do valor total da componente "obra nova"
 Valor total estimado para a componente da empreitada afecta à nova população a servir (se for o caso), podendo corresponder à obra inteira, a uma parcela ou a nada. (milhares de euros)

População servida
 Pode incluir população residente, população flutuante, população industrial, consoante os casos; é indiferente tratar-se de uma obra nova ou de uma obra de reabilitação/remodelação/substituição. (habitantes)

População adicional servida
 Está em causa apenas a parcela da população que não estava servida pela empresa anteriormente e que beneficia da componente "obra nova" (parcial ou total) da empreitada. (habitantes)

Custo per capita para a obra total
 Ratio do valor total da empreitada sobre a população servida. (euros)

Custo per capita relativo à "obra nova"
 Ratio do valor total da componente "obra nova" sobre a população adicional servida. (euros)

Localização física do investimento
 Selhal

Deve fazer-se menção ao município ou municípios em cujo território a obra se desenvolve, e a povoação/povoações ou ao local/localos se for caso disso.

Breve descrição da obra a realizar
 Contempla os trabalhos a executar de reabilitação do interceptor entre, mas não incluindo, a travessia da estrada EN10, sensivelmente ao pk 8+000, e a Rua Infante Dom Augusto, junto à EE do Talaminho, na zona da Quinta da Princesa. O mau funcionamento do interceptor deve-se igualmente ao "barramento" efetuado por proprietários de terrenos agrícolas, junto da Quinta da Princesa de modo a aproveitarem o esgoto transportado pelo interceptor para rega dos seus cultivos. Esta situação de saúde pública tem sido analisada em conjunto com o Município do Selhal que se encontra à presente data a efetuar intervenções nesta zona para a criação de hortas comunitárias com sistema de rega através de furo de captação.

Descrição sumária que permita conhecer, nas suas grandes linhas, a obra em causa.

Justificação da necessidade do investimento
 O presente Projeto de Execução visa a eliminação de troços com inclinações antrregulamentares, e reduções de diâmetros. O que promoverá o aumento das velocidades de escoamento e consequentemente diminuição das alturas da lâmina líquida. A eliminação dos problemas infraestruturais irá garantir a diminuição de entrada de afluências indevidas, bem como de obstruções no interceptor. As alterações de traçado previstas irão também facilitar as ações de desvio de água residual, que para além de se constituírem como custos em manutenções e reabilitações adicionais para a SIMARSUL, são um perigo para a saúde e para o meio ambiente.

Resumo dos aspetos essenciais que levaram a que este investimento tenha sido priorizado face a outros (aspetos esses que podem ter que ver com alargamento, remodelações, fiabilidade, cumprimento de normativos, melhorias de serviço, etc.) e que se prendem sempre com o retorno a obter (que pode ser financeiro mas também, se for o caso, de sustentabilidade ou de qualidade).

Mês de início anterior à data do planeamento
 A preencher apenas se o início da obra foi anterior à data de elaboração do planeamento. Entende-se "mês de início" como o mês a que se refere a primeira faturação da empreitada.

Mês previsto para o começo da contagem do tempo
 A preencher sempre. Está em causa o mês previsto para o início da obra, entendido como o mês a que se refere a primeira faturação da empreitada (com exceção do caso da linha seguinte).
 Se o mês de início da obra tiver ocorrido antes da data de elaboração do planeamento, a contagem do tempo começa no mês imediato a tal data, e meses que haja uma suspensão da obra, caso em que a contagem começa no mês previsto para a retoma.

Mês previsto para a conclusão da obra
 O mês de conclusão previsto resulta da adição do prazo previsto (nubrica seguinte) ao mês previsto para o começo da contagem do tempo (nubrica anterior).

FICHA DESCRITIVA DE INVESTIMENTO PLURIANUAL - 1

O número de ordem identifica o investimento, de acordo com a seleção de investimentos realizada.

A menção a "investimento plurianual" destina-se apenas a clarificar o carácter universal da ficha, visto que o investimento anual é apenas um caso particular do plurianual.

Entende-se "investimento" como o conjunto de processos que culminam na realização e conclusão de uma determinada empreitada mas que começa muito antes da mesma (contratação de estudos de engenharia, elaboração de trabalhos de topografia, geolectiva, etc., contratação de outros serviços/assessorias; contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às expropriações, prestação de serviços de terrenos, concurso para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização).

No entanto, por uma questão de maior foco e simplicidade, todos os dados "numéricos" (valores, datas-mês ou rastos) presentes nesta ficha referem-se exclusivamente à empreitada, a qual representa uma percentagem muito importante do valor global do investimento. Considera-se que o acompanhamento "numérico" é mais simples e imediato se se concentra num processo individual, sendo certo que a empreitada (incluindo o fornecimento e montagem de equipamentos) é de longe o processo individual mais relevante no comum dos investimentos. Mas há que acentuar que não são apenas os aspetos "numéricos" que estão aqui em causa e que as notas sobre o desenvolvimento do investimento devem abarcar as diversas componentes do mesmo.

Nota importante de preenchimento: nos campos nos quais é solicitada a introdução de determinado mês, a data introduzida tem de ser a do primeiro dia do mês seguinte ao seguinte formato de inserção: "jan16"

LEGENDA: - introdução de dados

Nome da empresa

SIMARSUL, SA

Denominação completa da empresa

Data de elaboração do planeamento

31-07-2024

Data formal de conclusão do processo de elaboração do planeamento; por definição, esta data refere-se sempre ao último dia do mês em causa

Designação do investimento

Empreitada de Execução da Reabilitação de Infra-estruturas de Drenagem e Elevação do Subsistema da Quinta da Bomba - INT Bacia A

A designação do investimento coincide com a designação da empreitada.

Tipo de investimento

Obra de Reabilitação/Remodelação/Substituição

Obra tratar-se de "obra nova", de "obra de reabilitação/remodelação/substituição" ou ter as duas componentes (caso em que deve ser indicada a estimativa do peso percentual que cabe a cada uma).

Uma obra exclusivamente de ampliação é considerada uma "obra nova".

Estimativa do valor total da empreitada

Valor total estimado para a empreitada, considerando a totalidade da sua duração, passada e futura.

990 (milhares de euros)

Estimativa do valor total da componente "obra nova"

Valor total estimado para a componente da empreitada afectada à nova população a servir (se for o caso), podendo corresponder à obra inteira, a uma parcela ou a nada.

199 416 (habitantes)

População servida

Podem incluir população residente, população flutuante, população industrial, consoante os casos; é indiferente tratar-se de uma obra nova ou de uma obra de reabilitação/remodelação/substituição.

População adicional servida

Está em causa apenas a parcela da população que não estava servida pela empresa anteriormente e que beneficia da componente "obra nova" (parcial ou total) da empreitada.

5 (euros)

Custo per capita para a obra total

Rácio do valor total da empreitada sobre a população servida

(euros)

Custo per capita relativo à "obra nova"

Rácio do valor total da componente "obra nova" sobre a população adicional servida

Localização física do investimento

Selhal

Deve fazer-se menção ao município ou municípios em cujo território a obra se desenvolve, e à povoação/povoações ou ao local/locais se for caso disso.

Breve descrição da obra a realizar

A obra prevê a reabilitação de troços do EM da Bacia A e a execução de um novo coletor. O Intercetor desenvolve-se numa extensão de 714 m em DN1000 em betão e PVC

Descrição sumária que permita conhecer, nas suas grandes linhas, a obra em causa.

Justificação da necessidade do investimento

Resumo dos aspetos essenciais que levaram a que este investimento tenha tido prioridade face a outros (aspetos esses que podem ter que ver com alargamentos, remodelações, fiabilidade, cumprimento de normativos, melhorias de serviço, etc.) e que se prendem sempre com o retorno a obter (que pode ser financeiro mas também, se for o caso, de sustentabilidade ou de qualidade).

Mês de início anterior à data do planeamento

A preencher apenas se o início da obra foi anterior à data de elaboração do planeamento. Entende-se "mês de início" como o mês a que se refere a primeira faturação de empreitada.

abr/75

Mês previsto para o começo da contagem do tempo

A preencher sempre. Está em causa o mês previsto para o início da obra, entendido como o mês a que se refere a primeira faturação da empreitada (com exceção do caso da linha seguinte).

Se o mês de início da obra tiver ocorrido antes da data de elaboração do planeamento, a contagem do tempo começa no mês imediato a tal data, e menos que haja uma suspensão da obra, caso em que a contagem começa no mês previsto para a reforma.

Mês previsto para a conclusão da obra

O mês de conclusão previsto resulta da adição do prazo previsto (rubrica seguinte) ao mês previsto para o começo da contagem do tempo (rubrica anterior).

jan/26

FICHA DESCRITIVA DE INVESTIMENTO PLURIANUAL - 1

O número de ordem identifica o investimento, de acordo com a seleção de investimentos realizada.
A menção a "investimento plurianual" destina-se apenas a clarificar o carácter universal da ficha, visto que o investimento anual é apenas um caso particular do plurianual.
Entende-se "investimento" como o conjunto de processos que culminará na realização e conclusão de uma determinada empreitada mas que começa muito antes da mesma (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos de topografia, contratação de estudos de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio à execução, prestação de apoio à execução, prestação de apoio à obra, fase de gestão, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio à execução, prestação de apoio à obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização).
No entanto, por uma questão de maior foco e simplicidade, todos os dados "numéricos" (valores, datas-mês ou ratios) presentes nesta ficha referem-se exclusivamente à empreitada, a qual representa uma percentagem muito importante do valor global do investimento. Considera-se o acompanhamento "numérico" é mais simples e imediato de se concentrar num processo individual, sendo certo que a empreitada (incluindo o fornecimento e montagem de equipamentos) é de longe o processo individual mais relevante no comum dos investimentos. Mas há que assinalar que não são apenas os aspetos "numéricos" que estão aqui em causa e que as notas sobre o desenvolvimento do investimento devem abarcar as diversas componentes do mesmo.
Nota importante de preenchimento: nos campos nos quais é solicitada a introdução de determinado mês, a data introduzida tem de ser a do primeiro dia do mês (exemplo: 01/01/2025).

LEGENDA: XXXXX - introdução de dados

Nome da empresa
SIMARSLU, SA

Data de elaboração do planeamento
31-07-2025

Designação do investimento
(G)-Empreitada de Reabilitação no âmbito do Período de Garantias da Empreitada de Conceção-Construção da ETAR Fernão Ferro

Tipo de investimento
Obra de Reabilitação/Remodelação/Substituição

Estimativa do valor total da empreitada
879 (milhares de euros)

Estimativa do valor total da componente "obra nova"
(milhares de euros)

População servida
32.700 (habitantes)

População adicional servida
(habitantes)

Custo per capita para a obra total
27 (euros)

Custo per capita relativo à "obra nova"
(euros)

Localização física do investimento
Seixal

Breve descrição da obra a realizar
A intervenção contempla obras de beneficiação da construção civil, englobando órgãos de tratamento e edifícios industriais e fornecimento e montagem de equipamentos metalomecânicos, eletromeccânicos elétricos e instrumentação de controlo de processo.

Justificação da necessidade do investimento
O presente investimento irá permitir proceder à correção de deficiências verificadas em sede de Receção Provisória e Definitiva da "Empreitada de Conceção-Construção da ETAR de Fernão Ferro", bem como de deficiências detetadas no decorrer da operação da ETAR, permitindo assim, melhorar as condições de operação, bem como a segurança dos seus operadores. Será atestado um montante de garantias bancárias no total de 221.148,96 euros para a empreitada

Mês de início anterior à data do planeamento
15/12

Mês previsto para o começo da contagem do tempo
09/25

Mês previsto para a conclusão da obra
09/25

Mês de início anterior à data do planeamento
15/23

Mês previsto para o começo da contagem do tempo
09/25

Mês previsto para a conclusão da obra
09/25

Mês de início anterior à data do planeamento
15/23

Mês previsto para o começo da contagem do tempo
09/25

Mês previsto para a conclusão da obra
09/25

Demonstrações Financeiras aprovadas PAO 2024-2026

Demonstração da posição financeira previewal

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA PREVISIONAL	2022	2023	2023	2024	2025	2026
Unidade: Eur	REAL	PAO	EF	PAO	ESTIMADO	ESTIMADO
Ativos não correntes	224 657 369	227 096 824	218 863 401	221 474 555	229 794 092	237 950 212
Ativos intangíveis líquidos	152 071 449	151 629 882	146 958 808	148 284 283	154 735 492	161 938 707
Ativos fixos tangíveis líquidos	30 363	29 268	28 974	27 800	26 591	25 389
Ativos sob direito de uso líquidos	83 906	546 623	243 392	156 001	369 930	647 305
Outros ativos financeiros	2 353 148	77 543	79 989	79 989	79 989	79 989
Impostos diferidos ativos	4 561 367	5 150 497	4 803 684	5 039 132	5 246 145	5 374 522
Desvio tarifário ativo	64 799 963	69 151 204	66 236 748	67 627 869	69 335 945	69 884 300
Clientes e outros ativos não correntes	757 173	511 807	511 807	259 482	0	0
Ativos correntes	11 781 306	10 609 770	14 158 465	9 288 637	9 554 152	9 681 165
Inventários	405 008	47 060	56 250	58 484	58 749	59 016
Clientes	6 317 614	6 871 428	8 169 280	5 632 817	5 581 641	5 754 570
Imposto sobre o rendimento do exercício	0	312 817	0	0	110 508	0
Outros ativos correntes	2 706 535	2 078 365	3 334 453	2 297 236	2 503 154	2 567 479
Outros ativos financeiros	47 500	0	0	0	0	0
Caixa e seus equivalentes	2 304 649	1 300 100	2 598 482	1 300 100	1 300 100	1 300 100
TOTAL DO ATIVO	236 438 675	237 706 594	233 021 866	230 763 192	239 348 244	247 631 377
Capital social	25 000 000	25 000 000	25 000 000	25 000 000	25 000 000	25 000 000
Reservas e outros ajustamentos	652 660	748 013	764 832	896 197	1 045 149	1 198 794
Resultados transitados	42 193 041	44 004 737	44 324 305	46 820 245	49 450 320	52 569 586
Resultado líquido do exercício	2 243 435	2 425 716	2 627 306	2 979 026	3 072 912	3 171 724
Total do capital próprio	70 089 137	72 178 465	72 716 443	75 695 468	78 768 380	81 940 104
Passivos não correntes	157 482 088	148 314 858	148 873 675	140 720 172	131 010 679	119 067 368
Provisões	0	30 080	0	0	0	0
Empréstimos	61 534 576	56 109 224	56 027 350	50 255 765	44 141 275	37 724 705
Passivos da locação	39 178	96 354	100 216	11 986	212 265	421 394
Fornecedores e outros passivos não correntes	10 633 714	10 393 283	10 218 006	9 818 491	9 422 610	9 030 375
Impostos diferidos passivos	15 720 969	16 366 569	15 874 928	15 917 096	16 028 028	15 841 371
Acréscimos de Gastos do Investimento Contratual	16 049 027	13 944 488	15 070 898	15 086 366	13 586 630	10 428 976
Subsídios ao investimento	53 504 624	51 374 861	51 582 277	49 630 468	47 619 870	45 620 547
Passivos correntes	8 867 450	17 213 271	11 431 748	14 347 552	29 569 185	46 623 905
Empréstimos	5 197 897	13 144 792	6 311 399	8 727 506	23 294 346	39 756 040
Passivos da locação	17 340	17 853	86 862	88 231	106 155	242 933
Fornecedores	1 359 958	2 564 045	2 399 480	3 706 261	4 243 433	4 099 217
Outros passivos correntes	2 070 173	1 486 581	1 669 702	1 622 474	1 925 251	2 257 934
Imposto sobre o rendimento do exercício	222 081	0	964 305	203 081	0	267 781
Total do passivo	166 319 538	165 528 129	160 305 423	155 067 724	160 579 864	165 691 273
TOTAL PASSIVO + CAPITAL PRÓPRIO	236 438 675	237 706 594	233 021 866	230 763 192	239 348 244	247 631 377

Detalhe trimestral anexo ao presente documento

Demonstração de Resultados por naturezas previsual

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS <i>Unidade: Eur</i>	2022 REAL	2023 PAO	2023 EC	2024 PAO	2025 ESTIMADO	2026 ESTIMADO
Prestações de Serviços	18 101 783	28 400 138	23 890 721	27 423 409	28 129 113	28 852 441
Rédito da Construção	11 492 047	10 851 668	2 515 681	8 313 933	15 165 830	17 535 296
Defice/superavit tarifário recup. custo	518 795	3 326 824	1 436 785	1 391 121	1 708 076	548 355
Gasto das Vendas/Varição dos Inventários	-351 177	-539 669	-581 496	-642 107	-644 986	-647 880
Gastos da Construção	-11 492 047	-10 851 668	-2 515 681	-8 313 933	-15 165 830	-17 535 296
Fornecimentos e Serviços Externos	-5 843 558	-14 508 412	-10 680 341	-12 539 293	-12 172 850	-11 903 826
Gastos com Pessoal ⁽¹⁾	-3 654 174	-4 762 749	-4 202 148	-4 937 337	-5 531 786	-5 535 583
Amortiz., Depreciações e Reversões do Exercício	-5 636 670	-9 120 165	-6 710 874	-7 092 491	-7 397 663	-7 481 731
Provisões e Reversões do Exercício	0	0	0	0	0	0
Perdas por Imparidade e Reversões	-1 006	0	71	0	0	0
Subsídios ao Investimento	1 849 605	2 309 312	1 924 390	1 951 809	2 010 598	1 999 323
Outros Gastos e Perdas Operacionais	-161 081	-207 216	-202 052	-207 683	-267 069	-374 163
Outros Rendimentos e Ganhos Operacionais	118 023	183 964	71 043	103 834	103 834	103 834
Resultados Operacionais	4 940 539	5 082 028	4 946 098	5 451 261	5 937 266	5 560 770
Gastos Financeiros	-2 139 876	-2 032 371	-1 682 282	-1 629 616	-1 866 746	-1 318 430
Rendimentos Financeiros	197 171	124 498	242 536	153 155	13 000	13 000
Resultados Financeiros	-1 942 705	-1 907 873	-1 439 746	-1 476 461	-1 853 746	-1 305 430
Resultados Antes de Impostos	2 997 835	3 174 155	3 506 352	3 974 801	4 083 520	4 255 340
Imposto do Exercício	-799 605	-621 335	-967 405	-1 189 055	-1 106 690	-1 398 650
Imposto Diferido	45 206	-127 104	88 359	193 280	96 081	315 034
Resultado Líquido do Exercício	2 243 435	2 425 716	2 627 306	2 979 026	3 072 911	3 171 724

Detalhe trimestral anexo ao presente documento.

⁽¹⁾ Dar nota de que os gastos com pessoal relativos ao PAO2023 foram limitados a 4 779 mil euros, de acordo com o despacho N° 304/2023 do SET, datado de 20 de julho de 2023 e o despacho conjunto coberto pelo ofício n° 4943, datado de 24 de julho de 2023.

Demonstração de fluxos de caixa previsual

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	2022	2023	2023	2024	2025	2026
Unidade: Eur	REAL	PAO	LF	PAO	ESTIMADO	ESTIMADO
Atividades operacionais						
Recebimentos de clientes	19 430 326	29 391 757	24 324 006	31 463 849	29 680 734	30 444 059
Pagamentos a fornecedores	-7 573 040	-18 248 508	-10 638 409	-16 324 482	-15 691 187	-15 284 709
Pagamentos ao pessoal	-2 647 472	-3 476 428	-3 671 831	-3 627 769	-3 929 721	-3 950 983
Fluxo gerado pelas operações	9 209 814	7 666 821	10 013 766	11 511 598	10 059 826	11 208 367
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento	-868 816	-851 806	-222 069	-964 305	-203 081	110 508
Outros recebimentos/pagamentos relativos à atividade operacional	-1 016 360	1 846 357	-1 713 811	1 446 597	499 829	691 357
Fluxo gerado por outras atividades operacionais	-1 885 176	994 551	-1 935 880	482 292	296 748	801 865
Fluxo de atividades operacionais	7 324 638	8 661 372	8 077 885	11 993 890	10 356 574	12 010 232
Atividades de investimento						
Recebimentos provenientes de:						
Investimentos financeiros	47 500	-	2 274 998	-	-	-
Juros e Rendimentos Similares	-	-	58 240	-	-	-
Subsídios de Investimento	-	173 567	-	-	-	-
Outros ativos	-	-	-	-	-	-
Fluxo dos recebimentos da atividade de investimento	47 500	173 567	2 333 238	-	-	-
Pagamentos respeitantes a:						
Investimentos financeiros	-	2 274 998	-	-	-	-
Ativos fixos tangíveis e intangíveis em curso	-4 540 001	-11 663 774	-2 662 748	-7 834 192	-16 753 689	-20 672 948
Ativos Intangíveis	-	-179 646	-1 491 653	-399 515	-395 881	-392 235
Outros ativos	-	-	-1 184	-2 671	-25 416	-54 387
Fluxo dos pagamentos de atividades de investimento	-4 540 001	-9 568 422	-4 155 585	-8 236 378	-17 174 986	-21 119 570
Fluxo de atividades de Investimento	-4 492 501	-9 394 855	-1 822 347	-8 236 378	-17 174 986	-21 119 570
Atividades de financiamento						
Recebimentos provenientes de:						
Empréstimos obtidos	-	30 905 372	-	2 214 284	86 065 600	274 893 972
Outras operações Financiamento	-	23 717	199 255	14 625	405 248	593 227
Fluxo dos recebimentos da atividade de financiamento	-	30 929 089	199 255	2 228 909	86 470 847	275 487 199
Pagamentos respeitantes a:						
Empréstimos obtidos	-4 900 365	-29 287 183	-5 141 000	-5 523 315	-77 713 963	-264 446 930
Empréstimos obtidos (CP)	-	-	-	-	-	-
Juros e gastos similares	-2 106 723	-1 997 835	-931 744	-1 674 626	-1 761 179	-1 693 361
Outras operações Financiamento	-84 878	-	-88 216	-86 862	-177 293	-237 571
Fluxo dos pagamentos de atividades de financiamento	-7 091 966	-31 285 018	-6 160 960	-7 284 803	-79 652 435	-266 377 861
Fluxo de atividades de Financiamento	-7 091 966	-355 929	-5 961 705	-5 055 894	6 818 412	9 109 338
Variações de caixa e seus equivalentes	-4 259 829	-1 089 411	293 833	-1 298 382	-	-0
Caixa e seus equivalentes no início do período	6 564 479	2 389 511	2 304 649	2 598 482	1 300 100	1 300 100
Caixa e seus equivalentes no fim do período	2 304 649	1 300 100	2 598 482	1 300 100	1 300 100	1 300 100

**Simarsul - Saneamento da Península de Setúbal,
S.A.**

**Relatório do Revisor Oficial de Contas sobre o
Plano de Atividades e Orçamento para o exercício
de 2025**

RELATÓRIO SOBRE O PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO

Ao Conselho de Administração da
Simarsul - Saneamento da Península de Setúbal, S.A.

Introdução

Procedemos à revisão do Plano de Atividades e Orçamento respeitante ao exercício de 2025, incluídos no documento "Plano de Atividades e Orçamento 2025", (que evidencia um total de ativo de 238.111.046 Euros e um total de capital próprio de 79.245.756 Euros, incluindo um resultado líquido de 3.114.902 Euros) da Simarsul - Saneamento da Península de Setúbal, S.A. ("Simarsul" ou "Entidade"), preparado nos termos do artigo n.º 43 do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro e baseados nas Instruções para a Elaboração dos Planos de Atividades/ Investimento e Orçamento para 2025-2027 publicadas pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças, incluindo os princípios e pressupostos em que se basearam, os quais se encontram descritos ao longo do referido documento.

Responsabilidade do órgão de gestão sobre os planos de atividade e orçamento

É da responsabilidade do órgão de gestão a preparação e apresentação de Planos de Atividades e Orçamento, a divulgação dos princípios e pressupostos em que as previsões neles incluídas se baseiam e a criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. Estes Planos de Atividades e Orçamento são preparados nos termos exigidos pelo artigo n.º 43 do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro e baseados nas instruções definidas para a elaboração dos Planos de Atividades e Orçamento para 2025-2027.

Responsabilidades do auditor sobre a revisão dos planos de atividade e orçamento

A nossa responsabilidade consiste em (i) avaliar a razoabilidade dos pressupostos utilizados na preparação dos Planos de Atividades e Orçamento; (ii) verificar se os Planos de Atividades e Orçamento foram preparados de acordo com os princípios, e se incluem, quando aplicável, as fundamentações para pedidos de dispensa do cumprimento daqueles princípios; (iii) concluir sobre se a apresentação dos Planos de Atividades e Orçamento é adequada, e emitir o respetivo relatório; e (iv) obter da compreensão do sistema de controlo interno.

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade 3400 (ISAE 3400) – Exame de Informação Financeira Prospetiva, e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.



"Deloitte", "nós" e "nossos" refere-se a uma ou mais firmas-membro e entidades relacionadas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTTL"). A DTTL (também referida como "Deloitte Global") e cada uma das firmas-membro e entidades relacionadas são entidades legais separadas e independentes entre si e, consequentemente, para todos e quaisquer efeitos, não obrigam ou vinculam as demais. A DTTL e cada firma-membro da DTTL e respetivas entidades relacionadas são exclusivamente responsáveis pelos seus próprios atos e omissões não podendo ser responsabilizadas pelos atos e omissões das outras. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação, acesse a www.deloitte.com/pt/about.

A Deloitte é líder global na prestação de serviços de Audit & Assurance, Tax & Legal, Consulting, Financial Advisory e Risk Advisory a quase 90% da Fortune Global 500® entre milhares de empresas privadas. Os nossos profissionais apresentam resultados extraordinários e mensuráveis, o que reforça a confiança pública nos mercados de capital, permitindo o sucesso dos nossos clientes e o reconhecendo a uma economia mais forte, a uma sociedade mais equitativa e a um mundo mais sustentável. Com mais de 175 anos de história, a Deloitte está presente em mais de 150 países e territórios. Saiba como as 415.000 pessoas da Deloitte criam um impacto relevante no mundo em www.deloitte.com.

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula: 501776311 | Capital social: € 981.020,00 | Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 51 - 13P, 4150-146 Porto

Conclusão

Com base no trabalho efetuado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que: (i) os pressupostos utilizados não proporcionam uma base razoável para nos permitir concluir sobre as previsões contidas no "Plano de Atividades e Orçamento 2025"; (ii) a projeção não está devidamente preparada com base nos princípios, e não inclui, quando aplicável, as fundamentações para pedidos de dispensa do cumprimento daqueles princípios e linhas orientadoras; e (iii) a projeção não está apresentada de acordo com o exigido nos termos do artigo n.º 43 do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro e nas instruções definidas para a elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2025-2027.

Devemos, ainda, advertir que, frequentemente, os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais serão provavelmente diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

Ênfases

Chamamos a atenção para as seguintes situações referentes ao "Plano de Atividades e Orçamento 2025":

1. O Plano de Atividades e Orçamento de 2025, foi aprovado pelo Conselho de Administração em 17 de outubro de 2024, mas será ainda objeto de apreciação pelo acionista, pela Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial ("UTAM") e objeto de despacho pela Tutela, pelo que na eventualidade do referido Plano de Atividades e Orçamento não vir a ser aprovado, a revisão das estimativas utilizadas na preparação da Informação Financeira Prospetiva poderá ter um impacto significativo no mesmo.
2. A Entidade estima um aumento percentual do volume de negócios, face ao ano de referência, superior à taxa de crescimento real do PIB. Esta situação é decorrente da existência de eventos extraordinários ocorridos no ano de referência. Caso estes eventos não fossem considerados, para efeitos de apuramento deste indicador, o volume de negócios apresentava um decréscimo, face ao ano de referência. No ponto 1., do capítulo G do "Plano de Atividades e Orçamento 2025" o Conselho de Administração da Entidade fundamenta os motivos para que estas variações sejam consideradas para efeitos de avaliação deste indicador, pelo que o cumprimento das Instruções para a Elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2025-2027 encontra-se dependente da decisão que vier a ser tomada.
3. A Entidade estima um aumento dos gastos operacionais, face ao valor registado no ano de referência. Nos pontos 1. e 2., do capítulo H do "Plano de Atividades e Orçamento 2025" o Conselho de Administração da Entidade fundamenta os motivos para este aumento e para que um conjunto de gastos operacionais seja ajustado para efeitos de comparabilidade no apuramento do rácio GO/VN, e solicita autorização para o mesmo, pelo que o cumprimento das Instruções para a Elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2025-2027 encontra-se dependente da decisão que vier a ser tomada sobre os referidos pedidos de autorização.
4. A Entidade estima um aumento do número efetivo de colaboradores, face ao ano de referência. No ponto 3., do capítulo F e no ponto 2.4., do capítulo G do "Plano de Atividades e Orçamento 2025" o Conselho de Administração da Entidade fundamenta os motivos para este aumento e solicita autorização para a aceitação do mesmo, pelo que o cumprimento das Instruções para a Elaboração dos Planos de Atividades e Orçamento para 2025-2027 encontra-se dependente da decisão que vier a ser tomada sobre os referidos pedidos de autorização.

5. A Entidade estima o aumento da frota operacional, face ao ano de referência que, no entender da Administração, são imprescindíveis à sua atividade. No ponto 2.3., do capítulo G do “Plano de Atividades e Orçamento 2025” o Conselho de Administração da Entidade fundamenta a necessidade de aquisição e/ou locação de veículos para a frota operacional e solicita o respetivo pedido de autorização, pelo que o cumprimento das Instruções para a Elaboração dos Planos de Atividades e Orçamento para 2025-2027 encontra-se dependente da decisão que vier a ser tomada sobre os referidos pedidos de autorização.
6. A Entidade estima um aumento do endividamento superior a 2%, face ao ano de referência. No ponto 3., do capítulo G do “Plano de Atividades e Orçamento 2025-2027” o Conselho de Administração da Entidade fundamenta os motivos para o aumento do endividamento e solicita autorização para a aceitação do mesmo, pelo que o cumprimento das Instruções para a Elaboração dos Planos de Atividades e Orçamento para 2025-2027 encontra-se dependente da decisão que vier a ser tomada sobre o referidos pedido de autorização.

A nossa conclusão não é modificada em relação a estas matérias.

Outras matérias

O Plano de Atividades e Orçamento para o Ano de 2024 foi alvo de parecer por parte de outra Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, cujo parecer datado de 2 de novembro de 2023, não inclui reservas e inclui sete ênfases.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram objeto de auditoria por parte de outra Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, cuja Certificação Legal das Contas datada de 8 de março de 2024, não contém reservas ou ênfases.

Restrição na distribuição do uso

Este relatório é emitido unicamente para informação e uso do Conselho de Administração da Entidade e apresentação à Direção-Geral do Tesouro e Finanças, para a finalidade mencionada no parágrafo da Introdução, pelo que não deve ser utilizado para quaisquer outras finalidades, nem ser distribuído a outras entidades sem nossa autorização expressa.

Lisboa, 30 de outubro de 2024



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Ana Alexandra Dornelas Pinheiro, ROC
Registo na OROC n.º 1496
Registo na CMVM n.º 20161106

PARECER DO CONSELHO FISCAL
DA SIMARSUL-SANEAMENTO DA PENÍNSULA DE SETÚBAL, S.A.
SOBRE O PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2025

1. INTRODUÇÃO

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis, o Conselho Fiscal emite o presente Parecer sobre o Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2025 (PAO 2025) da SIMARSUL- Saneamento da Península de Setúbal, S.A. (SIMARSUL), em versão aprovada pelo Conselho de Administração, em 17 de outubro de 2024.

O PAO 2025, cuja preparação e apresentação são da responsabilidade do Conselho de administração da SIMARSUL, compreende um Plano de Atividades e Orçamento, um Plano de Investimento/financiamento, anual e plurianual (3 anos), as correspondentes demonstrações financeiras previsionais (a demonstração da posição financeira previsional, demonstração dos resultados por natureza previsional e demonstração dos fluxos de caixa previsional), bem como, a análise do cumprimento das orientações legais vigentes para o Setor Empresarial do Estado.

Na elaboração do presente Parecer, além do conteúdo do PAO para o triénio 2025-2027, elaborado pelo Conselho de Administração, tomámos em consideração:

- Orientações emanadas pela Entidade Reguladora e pela AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.;
- Instruções para a Elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2025-2027 (IEPAO);
- Decreto-Lei de execução Orçamental para 2024, n.º 17/2024 (DLEO 2024), de 29 de janeiro;
- Lei do Orçamento de Estado, Lei n.º 82/2023, de 29 de dezembro (LEO 2024);
- O Plano de Atividades e Orçamento de 2024, aprovado pela UTAM em 08/01/2024 e pelo despacho n.º 185/2024-SET das Finanças, em 15/03/2024;
- Relatório e Contas de 2023, aprovado em Assembleia Geral de Acionistas de 26 de março de 2024;
- Esclarecimentos prestados pelos órgãos da Administração e pelos seus serviços administrativos.

Tomámos também em consideração o Relatório do Revisor Oficial de Contas, sobre o Plano de Atividades e Orçamento para o ano 2025, datado de 30/10/2024, e obtivemos deste todas as informações necessárias para o exercício das tarefas de fiscalização.



2. LIMITAÇÃO

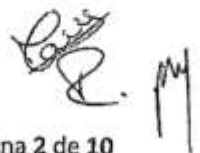
Esta versão do PAO 2025, aprovada pelo Conselho de Administração, será ainda objeto de apreciação pela Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (UTAM) e objeto de despacho da Tutela, pelo que, eventualmente, se não for aprovado, a sua revisão poderá vir a ser objeto de alterações.

3. PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO

O PAO de 2025, aprovado pelo Conselho de Administração, consubstancia as orientações definidas pela tutela relativamente aos Instrumentos Previsionais de Gestão e em conformidade com as orientações emanadas pela Entidade Reguladora, e pela AdP, para o triénio 2025-2027.

O exercício orçamental para 2025, bem como para 2026 e 2027 decorre das previsões do Estudo de Viabilidade Económica e Financeira (EVEF), anexo ao Contrato de Concessão do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da península de Setúbal, celebrado a 24 de março de 2017, pelo Decreto-Lei nº 34/2017.

Nos quadros seguintes, encontram-se as demonstrações financeiras previsionais da SIMARSUL onde se evidencia os dados de, "2023 REAL" contas aprovadas em Assembleia Geral, "2024 PAO" aprovado, "2024 Estimativa Fecho (EF)" (valores reais até Junho 2024 e a melhor estimativa até dezembro de 2024) e "2025 PAO", tendo estas sido estimadas com base nos pressupostos e orientações referidas em parágrafos anteriores.

Handwritten signatures in black ink, appearing to be initials or names, located in the bottom right corner of the page.

3.1 DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA PREVISIONAL

As variações nos quadros seguintes são o resultado da comparação entre a estimativa de fecho (EF) para 2024 e os valores do PAO para 2025:

Posição Financeira Previsional	Valores em euros					
	2023 REAL	2024 PAO	2024 Estimativa Fecho (EF)	2025 PAO	Variação PAO 2025/2024 EF Valor	%
Ativo						
Ativos não correntes	219,895,132	221,474,555	217,483,613	224,814,308	7,330,695	3.37%
Ativos intangíveis	148,003,858	148,284,283	145,016,706	148,823,961	3,807,255	2.63%
Ativos tangíveis	28,661	27,800	27,169	25,978	-1,191	-4.38%
Ativos sob direito de uso	156,414	156,001	296,040	1,121,949	825,909	278.99%
Outros ativos financeiros	79,989	79,989	79,989	79,989	0	0.00%
Impostos diferidos ativos	4,807,765	5,039,132	5,206,064	5,612,901	406,837	7.81%
Desvlo tarifário ativo de recuperação de custos	66,306,638	67,627,869	66,471,119	68,890,049	2,418,930	3.64%
Clientes e outros ativos não correntes	511,807	259,482	386,526	259,482	-127,045	-32.87%
Ativos correntes	13,428,300	9,288,637	16,080,283	13,296,737	(2,783,546)	-17.31%
Inventários	599,954	58,484	47,656	51,469	3,813	8.00%
Clientes	7,258,678	5,632,817	8,217,729	7,044,085	-1,173,643	-14.28%
Estado e outros entes Públicos	1,793,683	887,199	2,699,428	3,079,299	379,871	14.07%
Outros ativos correntes	1,575,312	1,410,037	1,636,953	1,621,784	-15,169	-0.93%
Caixa e seus equivalentes	2,200,673	1,300,100	3,478,517	1,500,100	-1,978,417	-56.88%
Total do Ativo	233,323,432	230,763,192	233,563,896	238,111,045	4,547,149	1.95%
Capital próprio e Passivo						
Capital próprio	73,116,509	75,695,468	76,130,854	79,245,755	3,114,901	4.09%
Capital social	25,000,000	25,000,000	25,000,000	25,000,000	0	0.00%
Reservas e outros ajustamentos	764,832	896,197	916,201	1,066,918	150,717	16.45%
Resultados transitados	44,324,305	46,820,245	47,200,308	50,063,936	2,863,627	6.07%
Resultado líquido do exercício	3,027,372	2,979,026	3,014,345	3,114,900	100,557	3.34%
Passivo	160,206,923	155,067,724	157,433,042	158,865,290	1,432,248	0.91%
Passivo não corrente	150,148,878	140,720,172	143,073,462	136,480,524	(6,592,938)	-4.61%
Provisões	-	-	-	-	0	0.00%
Empréstimos	56,043,706	50,255,765	50,692,334	44,920,749	-5,771,585	-11.39%
Passivos da locação	69,701	11,986	16,136	658,857	642,721	0.00%
Fornecedores e outros passivos não correntes	11,280,044	9,818,491	10,864,337	10,464,822	-399,515	-3.68%
Impostos diferidos passivos	16,008,303	15,917,096	15,871,761	16,133,514	261,753	1.65%
Acréscimos de Gastos do Investimento Contratual	15,313,533	15,086,366	16,348,537	17,040,179	691,642	4.23%
Subsídios ao Investimento	51,425,590	49,630,468	49,280,357	47,262,403	-2,017,954	-4.09%
Passivo corrente	10,066,045	14,347,552	14,359,580	22,384,766	8,025,186	95.89%
Empréstimos	5,521,315	8,727,506	6,233,201	17,103,208	10,848,007	173.42%
Passivos da locação	54,958	80,231	195,616	381,785	186,169	95.17%
Fornecedores	1,682,807	3,706,261	4,488,223	3,389,284	-1,098,939	-24.48%
Outros passivos correntes	2,062,744	738,428	1,841,978	669,317	-1,172,661	-63.66%
Estado e outros entes Públicos	742,222	1,087,127	1,578,562	841,173	-737,389	-46.71%
Total do Capital próprio e Passivo	233,323,432	230,763,192	233,563,896	238,111,045	4,547,149	1.95%

Fonte: PAO 2025-versão aprovada pelo CA

Verifica-se uma subida no ativo do balanço do PAO 2025 face à estimativa de fecho para 2024 (2024 EF) de (€4.547.148) que se deve, essencialmente, à subida do investimento programado e orçamentado para este triénio, dado que o investimento previsto no contrato de concessão, apenas foi realizado em 50%, por diversos constrangimentos, conforme mencionado no PAO 2025 emitido pela Administração.

O aumento do passivo, quando comparamos com 2024-EF e o PAO 2025 deve-se ao aumento de empréstimos por via do aumento dos investimentos não realizados em anos anteriores e que estão aqui previstos para este triénio. O PAO 2025 prevê um financiamento de curto prazo junto da banca comercial ou através de suprimentos do acionista, em aproximadamente de 10,5 milhões de euros, pela necessidade de financiar o novo ciclo de investimentos programados. De salientar que,

o financiamento contratado junto do BEI de aproximadamente 100 milhões de euros, já foi utilizado na totalidade e será reembolsado até 2034.

3.2 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS PREVISIONAL

Demonstração do resultados por naturezas	Valores em euros					
	2023	2024	2024	2025	Variação PAO 2025/2024(EF)	
	REAL	PAO	Estimativa Fecho (EF)	PAO	Valor	%
Prestação de serviços	23,931,186	27,423,409	28,452,907	28,355,106	-97,802	-0.34%
Serviços de Construção (IFRIC 12)	3,493,180	8,313,933	3,751,835	11,203,436	7,451,601	198.61%
Desvio de recuperação de gastos	1,506,676	1,391,121	164,481	2,418,930	2,254,449	1370.64%
Custo das Vendas	-530,901	-642,107	-542,594	-604,569	-61,975	11.42%
Serviços de construção (IFRIC 12)	-3,493,180	-8,313,933	-3,751,835	-11,203,436	-7,451,601	198.61%
Fornecimentos e serviços externos	-10,244,263	-12,539,293	-12,173,731	-12,263,560	-89,829	0.74%
Gastos com pessoal	-4,315,437	-4,937,337	-4,696,384	-5,605,397	-909,013	19.36%
Amortizações, depreciações e reversões do exercício	-6,882,121	-7,092,491	-7,853,691	-8,302,510	-448,819	5.71%
Provisões e Reversões do Exercício	71	0	0	0	0	
Perdas por imparidade e reversões		0	0	0	0	
Subsídios ao investimento	2,112,083	1,951,809	2,135,986	2,017,954	-118,032	-5.53%
Outros gastos operacionais	-182,216	-207,683	-215,283	-253,443	-38,160	17.73%
Outros rendimentos e ganhos operacionais	50,031	103,834	76,234	86,653	10,419	13.67%
Resultados operacionais	5,445,108	5,451,261	5,347,925	5,849,164	501,239	9.37%
Gastos financeiros	-2,295,483	-1,629,616	-1,561,504	-1,878,261	-316,757	20.29%
Rendimentos financeiros	237,138	153,155	276,371	178,102	-98,269	-35.56%
Resultados financeiros	-2,058,345	-1,476,461	-1,285,133	-1,700,159	-415,026	32.29%
Resultados antes de impostos	3,386,763	3,974,801	4,062,792	4,149,005	86,213	2.12%
Imposto sobre o rendimento do exercício	-318,455	-1,189,055	-1,583,288	-1,179,186	404,102	-25.52%
Impostos diferidos	-40,936	193,280	534,841	145,083	-389,758	-72.87%
Resultado líquido do exercício	3,027,372	2,979,026	3,014,345	3,114,902	100,557	3.34%

Fonte: PAO 2025-versão aprovada pelo CA

A previsão do resultado líquido no orçamento para 2025 sobe 3.34 % (100.557 euros) quando comparado com a estimativa de fecho de 2024 e aumentando também em relação ao previsto no PAO 2024 em cerca de 135.876 euros (2.89%).

Importa referir que para 2025 o rédito manteve-se praticamente inalterado face a 2024-EF, sendo a variação negativa 97.802 euros, embora tenha aumentado em relação ao previsto no PAO 2024. De assinalar várias alterações ao caudal devido a eventos extraordinários que ocorreram durante o exercício de 2024 e refletidos na coluna 2024-EF, conforme mencionado no relatório emitido pelo CA no ponto onde trata as explicações à demonstração de resultados por natureza.

3.3 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PREVISIONAIS

Demonstração do Fluxos de Caixa	Valores em euros					
	2023	2024	2024	2025	Variação PAO 2025/2024(EF)	
	REAL	PAO	Estimativa Fecho (EF)	PAO	Valor	%
Fluxo de caixa das actividades operacionais	8,015,262	11,993,890	11,784,147	8,034,809	(3,749,338)	-31.82%
Fluxo de caixa das actividades de investimento	(1,021,868)	(8,236,378)	(4,363,894)	(14,051,803)	(9,687,909)	222.00%
Fluxo de caixa das actividades de financiamento	(7,097,370)	(5,055,894)	(6,142,409)	4,038,577	10,180,986	-165.75%
Variação de Caixa e seus equivalentes	(103,976)	(1,298,382)	1,277,844	(1,978,417)	(3,256,261)	-254.82%
Caixa e seus equivalentes no início do período	2,304,649	2,598,482	2,200,673	3,478,517	1,277,844	58.07%
Caixa e seus equivalentes no fim do período	2,200,673	1,300,100	3,478,517	1,500,100	(1,978,417)	-56.88%

Fonte: PAO 2025-versão aprovada pelo CA

A variação a ocorrer nos fluxos de caixa das actividades de investimento (cerca de 10,180 milhões de euros) é em consequência do aumento do fluxo de pagamento das actividades de investimento

previsto para 2025 em ativos intangíveis, pela execução dos investimentos previstos em contrato de concessão.

No que diz respeito ao Fluxo das atividades de financiamento, este resulta de financiamentos de curto prazo junto da banca comercial para fazer face a necessidades de tesouraria.

4. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES FINANCEIRA DA DGTF

Na preparação do PAO 2025 da SIMARSUL, teve-se em consideração uma política de otimização da estrutura de gastos/receitas operacionais e a promoção de um equilíbrio das contas com o objetivo de dar cumprimento às métricas de eficiência, segundo as orientações financeiras previstas nas Instruções para a Elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2025-2027. O ano de referência tomado em conta para elaboração do plano anual foi o do ano de 2024-EF.

Plano de Redução de Custos - Gastos Operacionais/Volume de Negócios (GO/VN)

De acordo com as orientações previstas, o PAO 2025 deve garantir que o rácio dos gastos operacionais sobre o volume de negócios, excluídos os impactos decorrentes do cumprimento de imposições legais, devidamente fundamentados, seja igual ou inferior a 2024.

PLANO DE REDUÇÃO DE CUSTO	Valores em euros				
	2023	2024	2024	2025	Variação PAO 2025/2024-EF
GASTOS OPERACIONAIS/VOLUME DE NEGÓCIOS	REAL	PAO	Estimativa Fecho (EF)	PAO	Valor %
Custo das Vendas	-530,901	-642,107	-542,594	-604,569	-61,975 11.42%
Fornecimentos e serviços externos	-10,244,263	-12,539,293	-12,173,731	-12,263,560	-89,829 0.74%
Gastos com pessoal	-4,315,437	-4,937,337	-4,696,384	-5,605,397	-909,013 19.36%
Correções (conforme tabela 24 e 38 do PAO 2025)			126,491	443,211	316,720 250.39%
Gastos com pessoal (corrigidos)	-4,315,437	-4,937,337	-4,569,893	-5,162,186	-592,293 12.96%
Total Gastos Operacionais	-15,090,602	-18,118,737	-17,286,218	-18,030,315	-744,097 4.30%
Volume de Negócios	23,931,186	27,423,409	28,452,907	28,355,106	-97,802 -0.34%
Eventos extraordinários			-1,267,913		1,267,913 -100.00%
Volume de Negócios corrigidos	23,931,186	27,423,409	27,184,994	28,355,106	1,170,111 4.30%
GO / VN	63.06%	66.07%	63.59%	63.59%	0.00%

Conforme o quadro e face à melhor estimativa de fecho para 2024, este PAO 2025 prevê que o peso dos gastos operacionais no volume de negócios seja igual ao verificado em 2024, estando de acordo com o estipulado nas orientações vigentes, por ter seguido a tendência de redução do rácio com ajustamento dos encargos suportados, mas também pelo ténue crescimento do volume de negócios ajustados, da SIMARSUL.

Relativamente à evolução do volume de negócios, verificou-se ajustamentos no valor de 1.267.913 euros, para se poder comparar o exercício de 2024 EF com o previsto no PAO 2025. Os ajustamentos efetuados referem-se a eventos extraordinários ocorridos em 2024 e que não se repetirão em 2025, conforme explicado no relatório do PAO para 2025 emitido pela Administração.

Relativamente aos Fornecimentos e serviços externos (FSE) destaca-se o ligeiro aumento quando comparado com o ano 2024 EF. A SIMARSUL pede autorização para que os FSEs constantes no PAO

2025 sejam superiores aos estimados para o fecho de 2024, fundamentando o pedido de autorização, através da análise de cada rubrica que compõem os FSEs.

Encargos com a frota automóvel

Segundo as orientações, estes encargos para 2025 devem manter-se ou reduzirem-se face ao ano de 2024 EF.

Valores em euros

Gastos com Frota Automóvel	2023	2024	2024	2025	Variação PAO 2025/2024 EF	
	REAL	PAO	Estimativa a Fecho (EF)	PAO	Valor	%
Gastos com a frota automóvel	311,367	328,556	295,300	443,283	147,983	50.11%
Total	311,367	328,556	295,300	443,283	147,983	50.11%
Número de Veículos	46	47	48	52	4	8.33%
Gasto Médio por Veículo	6,769	6,991	6,152	8,525	2,373	38.57%

Fonte: PAO 2025-versão aprovada pelo CA

Como podemos constatar no quadro acima, o PAO de 2025, apresentado pela SIMARSUL, contempla um aumento dos encargos com a frota automóvel no valor de €147.983, incumprindo, deste modo, o estipulado nas orientações vigentes. Contudo, a previsão para 2025 incorpora a renovação em 88% da frota automóvel segundo o plano da frota verde de substituição das viaturas por viaturas preferencialmente elétricas ou híbridos, aprovado pelo Grupo AdP e conforme é explicado no relatório do PAO para 2025 emitido pela Administração.

A SIMARSUL pede autorização para que seja aceite a aquisição de 5 viaturas novas constantes no PAO 2025, fundamentando o pedido de autorização.

a) Evolução de Recursos Humanos

De acordo com as orientações vigentes, quer da tutela quer das aplicáveis ao setor empresarial do Estado, os gastos com o pessoal não devem ser superiores aos valores do ano de referência 2024 EF.

Evolução dos Recursos Humanos	2023	2024	2024	2025	Variação PAO 2025/2024 EF	
	REAL	PAO	Estimativa Fecho (EF)	PAO	Valor	%
Gastos totais com Pessoal	4,315,437	4,937,337	4,696,384	5,605,397	909,013	19.36%
Total Gastos de Pessoal	4,315,437	4,937,337	4,696,384	5,605,397	909,013	19.36%
Número total de RH (inclui órgãos sociais e ROC e pessoal)	132	156	145	160	15	10.34%

Fonte: PAO 2025-versão aprovada pelo CA

No orçamento para 2025, verifica-se um aumento dos gastos com o pessoal, face a 2024 em 10.34%, uma parte através do aumento de 15 trabalhadores, não estando de acordo com o solicitado nas orientações vigentes.

Conforme referido no relatório elaborado pela Administração da SIMARSUL, esta, solicita o pedido de autorização para:

- A proposta de PAO de 2024-2026 pedia autorização, devidamente fundamentada, para um reforço de 15 trabalhadores e apenas foram autorizados 8 trabalhadores. Na proposta do PAO 2025-2027 estão a solicitar autorização para os restantes 7 trabalhadores. No ponto 3.2, a Administração apresenta a fundamentação para este pedido.
- Aumento de 8 trabalhadores para fazer face ao aumento da atividade de manutenção, em substituição do contrato outsourcing de manutenção preventiva e corretiva celebrado em 2019 e em vigor até 31 de julho de 2025.
- Proceder a ajustes salariais para 2025 de cerca de 0,9% do valor de 2024.
- Recrutamento antecipado para a substituição, ao longo de 2025, de trabalhadores que cessem o emprego por reforma e cujas funções são imprescindíveis para a continuação da prestação de um serviço público a que a Simarsul está obrigada a prestar.
- Celebração de contratos a termo resolutivo para a substituição de trabalhadores com contrato sem termo, para a mesma função, mas que se ausentam, nomeadamente por doença ou parentalidade.

PLANO DE INVESTIMENTO E ENDIVIDAMENTO

Plano de Investimento

O investimento para 2025 é justificado pelas obrigações contratuais que a SIMARSUL assumiu no âmbito do contrato de concessão, bem como pela necessidade de assegurar a qualidade do serviço público prestado e deverá atingir cerca de 11.203 milhares de euros, bastante acima do valor da melhor estimativa de fecho para 2024. Esta subida deve-se ao facto de atrasos verificados na contratação e arranque de algumas empreitadas. Esta situação obrigou à reprogramação do plano de empreitadas para o ano de 2025, no sentido de assegurar o cumprimento do respetivo plano de investimentos da empresa, previsto no contrato de concessão para o quinquénio, recuperando desta forma o atraso verificado.

O quadro seguinte evidencia os valores ao longo dos anos, assim como o previsto para 2025:

Investimento em Capital Fixo	Valores em euros					
	2023	2024	2024	2025	Variação PAO 2025/2024	
Unidade: euros	REAL	PAO	Estimativa Fecho (EF)	PAO	Valor	%
Edifícios e Outras Construções	2,304,652	4,191,651	1,444,646	4,351,217	2,906,571	201.20%
Equipamento Básico	1,500,206	3,014,036	1,687,998	3,468,527	1,780,529	105.48%
Outros	-311,679	1,108,245	619,192	3,383,692	2,764,500	446.47%
Investimento	3,493,179	8,313,932	3,751,836	11,203,436	7,451,600	198.64%

Fonte: PAO 2025-versão aprovada pelo CA

Em 2025, a SIMARSUL não apresenta quaisquer investimentos considerados relevantes ou com expressão material, o que significa que a empresa não apresenta investimentos previstos para qualquer ano do triénio que sejam iguais ou superiores a 10 milhões de euros ou a 1.0% do orçamento da empresa em qualquer ano, conforme os cálculos apresentados no ponto 1.3 do PAO 2025.

Fontes de financiamento

Relativamente às fontes de financiamento e de acordo com a informação apresentada no PAO no ponto 1.2, prevê-se que o investimento a realizar seja suportado por autofinanciamento, participação de fundos comunitários e também, recurso ou à banca comercial ou através de suprimentos, para fazer face ao volume de investimento previsto realizar pela empresa:

Fontes de Financiamento	2023	2024	2024	2025	Valores em euros	
	REAL	PAO	Estimativa Fecha (EF)	PAO	Variação PAO 2025/2024 EF	%
Passivos não Correntes	107,469,295	99,886,233	99,972,692	92,183,152	-7,789,540	-7.79%
Empréstimos	56,043,706	50,255,765	50,692,334	44,920,749	-5,771,585	-11.39%
BEI	56,043,706	50,255,765	50,692,334	44,920,749	-5,771,585	-11.39%
Subsídios ao Investimento	51,425,589	49,630,468	49,280,358	47,262,403	-2,017,955	-4.09%
Subsídios Comunitários	48,096,967	46,231,681	46,023,340	44,005,385	-2,017,955	-4.38%
Outros Subsídios	3,328,622	3,398,787	3,257,018	3,257,018	0	0.00%
Passivos Correntes	5,523,315	8,727,506	6,255,201	17,103,208	10,848,007	173.42%
Empréstimos	5,523,315	8,727,506	6,255,201	17,103,208	10,848,007	173.42%
BEI	5,523,315	6,513,222	6,255,201	6,637,695	382,494	6.11%
Banca comercial/suprimentos	0	2,214,284	0	10,465,513	10,465,513	0.00%
Total	112,992,610	108,613,739	106,227,893	109,286,360	3,058,467	2.88%

Fonte: PAO 2025-versão aprovada pelo CA

Endividamento

No que diz respeito à evolução do endividamento, o orçamento prevê um aumento do endividamento para 2025 em relação à estimativa de fecho para 2024.

O quadro seguinte mostra o endividamento bruto e líquido:

Endividamento	2023	2024	2024	2025	Valores em euros	
	REAL	PAO	Estimativa Fecha (EF)	PAO	Variação PAO 2025/2024 EF	%
Empréstimos não Correntes	56,043,706	50,255,765	50,692,334	44,920,749	-5,771,585	-11.39%
Empréstimos Correntes	5,523,315	8,727,506	6,255,201	17,103,208	10,848,007	173.42%
Endividamento Bruto	61,567,021	58,983,271	56,947,535	62,023,957	5,076,422	8.91%
Activos financeiros	0	0	0	0	0	0.00%
Caixa e Bancos	2,200,673	1,300,100	3,478,517	1,500,100	-1,978,417	-56.88%
Endividamento líquido	59,366,348	57,683,171	53,469,018	60,523,857	7,054,839	13.19%

Fonte: PAO 2025-versão aprovada pelo CA

Verifica-se um aumento, de 8.91% do endividamento bruto e de 13.19% do endividamento líquido, quando comparado com o ano de 2024 EF. O cálculo da variação do endividamento, segundo a aplicação da fórmula dos IEPG 2025, apresenta um aumento de 6.2% se compararmos 2024 EF

com o previsto para 2025, não cumprindo com o aí exigido (até 2%). O quadro seguinte evidencia o cálculo da variação do endividamento:

Cálculo da variação do endividamento	Valor (€)
1- Financiamento remunerado para o final de 2024	56,947,535
2- Financiamento previsto remunerado do 2025	62,023,957
3- Montante previsto 2025, novos investimentos	0
4-Capital social realizado de 2024	25,000,000
5-Capital social previsto de 2025	25,000,000
% de endividamento = $\frac{((2-1)+(5-4)-3)}{(1+4)}$	6.2%

Contudo, em situações excepcionais, como se demonstra o PAO 2025-2027 emitido pela Administração, o limite do endividamento vai ser aferido no conjunto das empresas do Grupo AdP, competindo à empresa-mãe assegurar o seu cumprimento.

Prazo médio de pagamentos (PMP)

No que se refere ao prazo médio de pagamentos, o quadro seguinte evidencia a evolução ao longo dos diversos períodos:

Prazo Médio de Pagamento	2023	2024	2024	2025	Variação PAO 2025/2024	
	REAL	PAO	Estimativa Fecho (EF)	PAO	Valor	%
PMP(dias)	36	54	57	48	-9	-15.8%

Fonte: PAO 2025-versão aprovada pelo CA

Verifica-se uma descida no número de dias face a 2024, passando de 57 para 48 dias. Para os anos de 2026 e 2027 verifica-se um decréscimo, devido ao crescimento do investimento programado para esses anos.

A SIMARSUL não está a cumprir com o previsto na Resolução do Conselho de Ministros nº 34/2008, de 22 de fevereiro, atualizada pelo Despacho n.º 9870/2009 de 13 de abril, no que se refere à redução do número de dias aí prevista. No entanto, apesar desta situação, assegura o cumprimento dos pagamentos atempados de todas as faturas recebidas, nos termos das regras da contratação pública.

5. PARECER

O Plano de Atividades e Orçamento para 2025 da SIMARSUL, na versão aprovada pelo Conselho de Administração em 17 de outubro de 2024 e submetido a Parecer deste Conselho Fiscal, o qual inclui um ativo, capital próprio e resultado líquido do exercício, respetivamente, de 238.111.046 euros, 79.245.756 euros e 3.114.902 euros, não vai, totalmente, ao encontro do disposto nas Instruções para a Elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2025-2027, tendo a Administração solicitado o pedido de autorização das diversas exceções, com as devidas justificações, nos capítulos G e H do PAO 2025, e respetivas conclusões no quadro síntese de autorizações requeridas .

Este Conselho Fiscal é da opinião que, mesmo com todos os pedidos de autorização de exceção, o PAO 2025 aqui apresentado, está em condições de merecer a aprovação pelas respetivas tutelas, sectorial e financeira.

Chamamos a vossa atenção à limitação colocada no ponto 2 deste parecer, onde se refere que esta versão do PAO 2025, será ainda objeto de apreciação pela Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (UTAM) e objeto de despacho da Tutela, pelo que, se não for aprovada, a sua revisão poderá, eventualmente, conter algumas alterações.

Recomenda-se ao órgão de administração que na execução do documento em apreço, seja diligenciado o cumprimento da legislação em vigor, observando, simultaneamente, as orientações proferidas pelos acionistas.

Finalmente, devemos, contudo, advertir que se os acontecimentos futuros não ocorrerem da forma esperada, os resultados reais poderão vir a ser diferentes dos previstos nesta Informação Financeira Prospetiva e as variações poderão ser ou não materialmente relevantes.

Seixal, 30 de outubro de 2024

O Conselho Fiscal



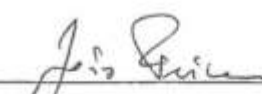
Maria do Carmo Reis Silva Mendes

(Presidente)



Rui Alexandre dos Santos Sá Carrilho

(Vogal)



João Carlos Alves Faim

(Vogal)